... Ao morrer, em 1968, Mário Ferreira dos Santos deixou, além de uma quase centena de livros publicados, uma volumosa coleção de inéditos, entre os quais se encontram – posso assegurar – suas obras mais valiosas. Dentre elas, destacam-se estas *Leis Eternas*, que um exame objetivo permite situar, sem qualquer exagero, como um dos cumes do pensamento metafísico no século XX ...

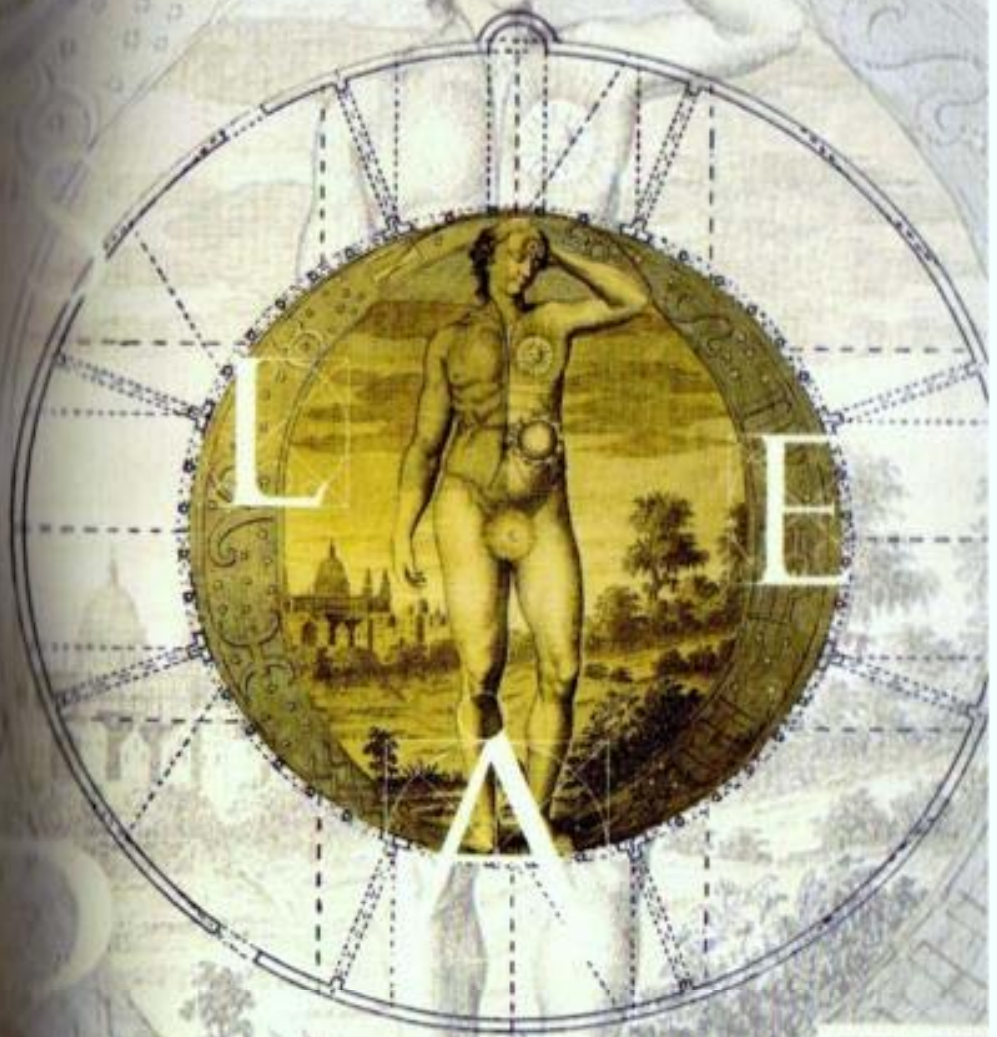
... Em qualquer país sério, um legado filosófico deste porte seria considerado patrimônio nacional e haveria equipes técnicas, sob estipêndio do Estado, esforçando-se para organizar os manuscritos, editá-los, estudá-los e discuti-los sob todos os aspectos. Mário Ferreira é, afinal, de pleno direito, o *Philosophus brasiliensis*; sua obra testemunha a eclosão, tardia mas esplêndida, de uma consciência filosófica integral neste país e marca, assim, o verdadeiro ingresso do Brasil na história espiritual do mundo, já não na condição de ouvinte, mas na de orador e mestre ...

Olavo de Carvalho

ISBN 85-88062-03-8

9 788588 062030

A Sabedoria das Leis Eternas



Introdução, edição de texto e notas Olavo de Carvalho

Mário Ferreira dos Santos (1907-1968), nasceu em Tietê, Estado de São Paulo, tendo passado sua infância e adolescência em Pelotas, Rio Grande do Sul. Licenciou-se em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de Porto Alegre. Mudou-se para São Paulo, onde fundou duas editoras para publicação e divulgação de suas obras: Editora Logos e Editora Matese).

Escritor e pensador extraordinariamente fecundo, publicou, em menos de quinze anos, a coleção Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais, que abrange 45 volumes, parte de caráter teorético e parte histórico-críticos. Em 1957, publicou Filosofia Concreta, *que estabelece o seu modo de filosofar. Mário Ferreira dos Santos considera a Filosofia como ciência*

A
S *abedoria das*
L *eis*
E *ternas*

Impresso no Brasil, setembro de 2001

Copyright © 2001 by Nadiejda Santos Nunes Galvão e
Yolanda Lhullier dos Santos
Copyright da introdução e notas © 2001 by Olavo de Carvalho

Editor Edson Manoel de Oliveira Filho

Capa e projeto gráfico Shadow Design

1ª Revisão Carlos Nougué

2ª Revisão Tereza Maria Lourenço Pereira

Ilustrações Capitulares - Alfabeto Luca Pacioli
pág. 3 - D. Wiener (Lámina XLII)
pág. 44 - Leonardo da Vinci
págs. 40, 62, 73, 110 - Leonardo da Vinci (corpos geométricos)
pág.134 - Wentzel Jamnitzer (corpos geométricos)

Fotolito Oesp

Impressão Donnelley Cochrane

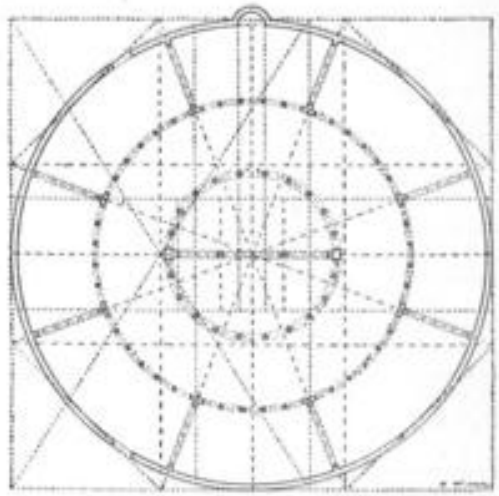
Os direitos dessa edição pertencem a É Realizações Ltda.
Caixa Postal: 45321 - 04009 970 - São Paulo SP
Telefax: (11) 5572 5363
e-mail: e@erealizacoes.com.br - www.erealizacoes.com.br

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica, seja mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

Mário Ferreira dos Santos

A Sabedoria das Leis Etern

Enciclopédia das Ciências Filosóficas
Série III: *Mathesis Megiste* · Parte II (Analítica) · Tomo IV



Introdução, edição de texto e notas
Olavo de Carvalho

Sumário

INTRODUÇÃO

Mário Ferreira dos Santos 12
A *Enciclopédia* e sua realização. 16
O texto desta edição 29
Estrutura da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* 42

A SABEDORIA DAS LEIS ETERNAS

I. A Lei de Unidade e a Lei de Oposição 46
[O tema destas lições] 46
[Distinções] 50
1 [Lei da Unidade] 51
[A díada Indeterminada] 53
[O Ato e a Potência] 57
2 [Lei da Oposição] 60

II. As demais leis da Década 63
3 [Lei da Relação] 63
4 [Lei de Reciprocidade, ou Lei do Quaternário] 65
5 [Lei da Forma, ou Lei do Quinário] 66
6 [Lei de Harmonia, ou Lei do Senário] 68
7 [Lei de Evolução, ou Lei Setenária] 69
8 [Lei de Superação, ou Lei do Octonário] 71
9 [Lei da Integração, ou Lei Nonária] 71
10 [Lei da Unidade Transcendente, ou Lei Denária] 72
[Conclusão das Leis da Década] 72

III. Leis Diádicas e Parte I das Leis Triádicas 74
13 [Unidade, Relação] 75
14 [Unidade, Reciprocidade] 75
15 [Unidade, Forma] 76
17 [Unidade, Evolução] 76
18 [Unidade, Assunção] 76
[Conclusão das Leis Binárias] 76
[Leis Ternárias: Parte I – Nota sobre as Tensões] 77
123 Unidade, Oposição, Relação 79
124 Unidade, Oposição, Reciprocidade 81
[Comentários às duas leis anteriores] 83

IV. Leis Triádicas (Parte II) 85
125 Unidade, Oposição, Forma 85
126 Unidade, Oposição, Harmonia 87
127 Unidade, Oposição, Evolução 91
128 Unidade, Oposição, Assunção 94

V. Leis Triádicas (Parte III) 98
129 Unidade, Oposição, Universalidade 98
134 Unidade, Relação, Reciprocidade 98
135 Unidade, Relação, Forma 99
136 Unidade, Relação, Harmonia 99
137 Unidade, Relação, Evolução 99
138 Unidade, Relação, Assunção 100
139 Unidade, Relação, Universalidade 100
145 Unidade, Reciprocidade, Forma 100
146 Unidade, Reciprocidade, Harmonia 100
147 Unidade, Reciprocidade, Evolução 101
148 Unidade, Reciprocidade, Assunção 101
149 Unidade, Reciprocidade, Universalidade 101
156 Unidade, Forma, Harmonia 102
157 Unidade, Forma, Evolução 102
158 Unidade, Forma, Transformação 103
159 Unidade, Forma, Universalidade 104
167 Unidade, Harmonia, Evolução 104
168 Unidade, Harmonia, Transformação 105
169 Unidade, Harmonia, Universalidade 105
178 Unidade, Evolução, Transformação 105
179 Unidade, Evolução, Universalidade 106
189 Unidade, Transformação, Universalidade 106
[Leis que partem da oposição] 106
234 Oposição, Relação, Reciprocidade 106
235 Oposição, Relação, Ordem 107
236 Oposição, Relação, Harmonia 107
237 Oposição, Relação, Evolução 107
238 Oposição, Relação, Transformação 108
239 Oposição, Relação, Universalidade 108
245 Oposição, Reciprocidade, Forma 108

VI. Leis Triádicas (Parte IV) 111
[Escolástica e pitagorismo] 111
246 Oposição, Reciprocidade, Harmonia 114
247 Oposição, Reciprocidade, Evolução 114
248 Oposição, Reciprocidade, Assunção 114
249 Oposição, Reciprocidade, Universalidade Cósmica 115
256 Oposição, Forma, Harmonia 115
257 Oposição, Forma, Evolução 116

258 Oposição, Forma, Assunção 117
259 Oposição, Forma, Universalidade Cósmica 117
[Excurso: O Problema do Mal] 117
267 Oposição, Harmonia, Evolução 118
268 Oposição, Harmonia, Assunção 119
[Substância e *Orexis*] 119
269 Oposição, Harmonia, Universalidade Cósmica 120
278 Oposição, Evolução, Assunção 121
279 Oposição, Evolução, Universalidade Cósmica 121
289 Oposição, Assunção, Universalidade Cósmica 121
345 Relação, Reciprocidade, Forma 122
346 Relação, Reciprocidade, Harmonia 122
347 Relação, Reciprocidade, Evolução 123
348 Relação, Reciprocidade, Transformação 123
349 Relação, Reciprocidade, Universalidade Cósmica 123
356 Relação, Forma, Harmonia 124
357 Relação, Forma, Evolução 124
358 Relação, Forma, Transformação-Assunção 124
359 Relação, Forma, Universalidade Cósmica 125
367 Relação, Harmonia, Evolução 126
368 Relação, Harmonia, Transformação 126
369 Relação, Harmonia, Universalidade Cósmica 126
378 Relação, Evolução, Transformação 127
379 Relação, Evolução, Universalidade Cósmica 127
389 Relação, Transformação, Universalidade Cósmica 127

VII. Parte V das Leis Triádicas e Conclusão 128
456 Reciprocidade, Forma, Harmonia 128
457 Reciprocidade, Forma, Evolução 128
458 Reciprocidade, Forma, Assunção 128
459 Reciprocidade, Forma, Universalidade Cósmica 129
467 Reciprocidade, Harmonia, Evolução 129
468 Reciprocidade, Harmonia, Assunção 129
469 Reciprocidade, Harmonia, Universalidade Cósmica 129
478 Reciprocidade, Evolução, Transformação 130
479 Reciprocidade, Evolução, Universalidade Cósmica 130
489 Reciprocidade, Transformação, Universalidade Cósmica 130
[Leis da Forma] 130
567 Forma, Harmonia, Evolução 131
568 Forma, Harmonia, Transformação 131
569 Forma, Harmonia, Universalidade Cósmica 131
578 Forma, Evolução, Transformação 131
579 Forma, Evolução, Universalidade Cósmica 132
589 Forma, Transformação, Universalidade Cósmica 132
[Leis da Harmonia] 132
678 Harmonia, Evolução, Transformação 132
689 Harmonia, Transformação, Universalidade Cósmica 132
789 Evolução, Transformação, Universalidade Cósmica 132
[Conclusão] 133

APÊNDICES
Ortografia da *Enciclopédia* 136
Bibliografia de Mário Ferreira dos Santos 137

Mário Ferreira dos Santos
(1907-1968)

Introdução

Guia Breve para o Estudioso da Obra Filosófica de *Mário Ferreira dos Santos*

Por quanto tempo ainda conseguirá a aliança entre a displicência, a inépcia e o invejoso desdém manter estendida a rede de sombras que, desde a morte do maior dos nossos filósofos, caiu sobre a sua obra luminosa? Por quanto tempo ainda durará o reinado dos momos filosóficos, cujo ruidoso carnaval abafa o discurso da mais alta inteligência?

Na esperança de que esse reinado esteja perto do fim, apresento aqui a obra magnífica que desenterrei dos inéditos legados por Mário Ferreira dos Santos, e à qual dei, atendendo a honroso pedido da filha do autor, a preparação textual melhor que pude, fazendo-a acompanhar desta *Introdução* para guiamento do leitor.

Nas páginas que se seguem, não intento um resumo ou análise do pensamento filosófico de Mário Ferreira dos Santos, matéria para estudo de maior fôlego, mas delineio apenas um rápido perfil biográfico do autor, um esquema da estrutura da obra cíclica em que este livro se insere – a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* – e um breve relato dos trabalhos editoriais desenvolvidos para a publicação destas *Leis Eternas*. Bem sei que discernir numa montanha de textos os lineamentos de uma estrutura interna global é já interpretar, e muito. É pelo menos remover o principal obstáculo no caminho de uma interpretação, sobretudo no caso de uma obra de dimensões oceânicas, em que mesmo leitores habilitados não souberam enxergar senão um caos movente e inabarcável. Mas, se

aqui entro na investigação dessa estrutura, não é bem na posição de intérprete filosófico, ao menos por enquanto, e sim apenas na de *introdutor* propriamente dito, para que não se perca o leitor entre as colunatas e corredores do maior templo filosófico já erigido em língua portuguesa. Estas páginas têm, portanto, um sentido exclusivamente prático e utilitário, sem a ambição de ser um estudo filosófico, que não obstante elas preparam e anunciam, no intuito sincero de que a promessa bem-intencionada não se substitua ao cumprimento do dever.

Mário Ferreira dos Santos[1]

Mário [Dias] Ferreira dos Santos nasceu em Tietê, Estado de São Paulo, no dia 3 de janeiro de 1907, às 13h20, filho de Francisco Dias Ferreira dos Santos e de Maria do Carmo Santos.

Seu pai, português de nascimento, descendia de uma família de advogados e juristas, mas seguiu carreira de artista e se notabilizou como um dos pioneiros do cinema, tendo produzido e dirigido dezenas de filmes, incluindo *O Crime dos Banhados*, reconhecido como o primeiro longa-metragem da filmografia mundial. Mário, quando menino, participou como ator de alguns filmes do pai.

Casado com uma senhora muito católica, Francisco Santos era ateu e maçom. Mário contaria a seus filhos que o contraste entre as crenças do pai e da mãe foi um dos primeiros motivos de espanto

[1] Para estas notas biográficas, baseei-me amplamente em trabalho inédito de Nadiejda Santos Nunes Galvão, *Mário Ferreira dos Santos: Biografia* (original datilografado, 55p.), e também em informações que me foram transmitidas por Yolanda Lhullier dos Santos.

que despertaram prematuramente sua inquietação filosófica. Apesar de suas convicções, Francisco Santos era grande admirador da educação jesuítica, motivo pelo qual, após instalar-se com a família em Pelotas, Rio Grande do Sul, matriculou o filho no Ginásio Gonzaga (hoje em dia dirigido por padres maristas).

Mário Ferreira dos Santos sempre se considerou devedor dos jesuítas, dos quais recebeu as primeiras noções de filosofia e a formação religiosa a que permaneceria fiel, apesar de crises temporárias, até o último dia. Deveu a eles algo mais: sentindo despertar em si o que supôs ser uma vocação clerical, foi orientado pelos mestres a que buscasse noutra direção o rumo da sua vida.

Em 1925, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, estreando como advogado em 1928, com sucesso, antes mesmo de formar-se. No ano mesmo em que se bacharelou em Direito e Ciências Sociais, 1930, abandonou a profissão para trabalhar na empresa de produções cinematográficas de seu pai. Simultaneamente, dirigia o jornal gaúcho *A Opinião Pública*. Como jornalista, apoiou ativamente a Revolução de 1930, mas não tardou a criticar certos atos do novo governo revolucionário, sendo por isto preso e obrigado a afastar-se da direção do jornal.

Ainda em Porto Alegre, trabalhou no *Diário de Notícias*, no *Correio do Povo* e em algumas revistas. Como comentarista político, escreveu mais de uma centena de artigos sobre a II Guerra Mundial, alguns deles depois reunidos em livros.

De 1943 a 1944, fez várias traduções para a Editora Globo, entre as quais *Os Pensamentos*, de Blaise Pascal, *Diário Íntimo*, de Amiel, *A Fisiologia do Casamento*, de Balzac, e *Vontade de Potência*, de Nietzsche.

Nietzsche foi uma influência marcante na formação do nosso filósofo, que depois traduziu ainda – sempre diretamente do original

alemão – *Aurora*, *Além do Bem e do Mal* e *Assim Falava Zaratustra*, este último acompanhado de comentários minuciosos que, analisando o simbolismo da obra, constituem até hoje um dos mais valiosos itens na bibliografia dos estudos nietzschianos. Ainda sobre Nietzsche, Mário Ferreira escreveu um longo ensaio, *O Homem Que Nasceu Póstumo*, no qual, tomando a palavra em nome do filósofo-poeta, o defende contra seus detratores.

Datam desse período vários outros ensaios de tema filosófico – mas de tratamento antes literário –, em que vemos pouco a pouco delinear-se alguns dos temas básicos da preocupação do autor. Encontrando dificuldade para publicá-los, Mário Ferreira tornou-se seu próprio editor, obtendo notável sucesso de livraria com obras publicadas sob uma estonteante variedade de pseudônimos. Daí por diante, ele não deixaria mais a atividade editorial, fundando várias empresas; as principais foram a Livraria e Editora Logos S.A. e a Editora Matese Ltda., ambas de São Paulo, pelas quais publicou – imprimindo-os em gráfica própria – não apenas os seus livros, mas uma infinidade de traduções de obras clássicas, bem como enciclopédias, dicionários e antologias de toda sorte.

Na década de 1950, mudou-se para a capital paulista, onde, enquanto prosseguia sua atividade editorial, dirigia quatro cinemas, ao mesmo tempo que dava cursos e conferências, escrevia para jornais e revistas e ainda ia redigindo, em velocidade crescente com o decorrer dos anos, a sua obra filosófica. Homem de atividade vulcânica – típico *colérico* da tipologia de Le Senne – e dotado de gênio empresarial, Mário foi o introdutor, no Brasil, do sistema de livros a crédito, vendidos de porta em porta. Fez enorme sucesso, ainda aumentado pela repercussão

de seu *Curso de Oratória e Retórica*, freqüentado por políticos, empresários e intelectuais de renome, e que, publicado em livro, vendeu nada menos que onze edições. Nos intervalos, dirigia um *Curso de Filosofia por Correspondência*, corrigindo pessoalmente as lições enviadas por centenas de alunos e ainda encontrando tempo para atuar como conselheiro de pessoas aflitas que recorriam freqüentemente ao auxílio de sua sabedoria. Esta última atividade inspirou-lhe dois livros que ainda estão entre os mais interessantes no gênero auto-ajuda: *Curso de Integração Pessoal* e *Convite à Psicologia Prática*.

De 1952 em diante, entregou-se com paixão avassaladora à construção de sua obra filosófica magna: a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, cinco dezenas de volumes cuja maior parte chegou a ser publicada em vida do autor, restando porém inéditos alguns textos fundamentais, dos quais o presente volume inicia a publicação ordenada.

Mário Ferreira dos Santos jamais ocupou um cargo público ou uma cátedra universitária. Nem procurou fazê-lo, ele que pautou sua vida por uma independência feroz e que mostrou sua capacidade de vencer sozinho obstáculos ante os quais tremeram gerações inteiras. Sua única passagem pelo corpo docente de uma universidade deu-se no último ano de sua vida, quando, por insistência de um admirador e amigo, o filósofo letoniano radicado no Brasil pe. Stanislavs Ladusãns, s.j., Mário consentiu em dar algumas aulas na Faculdade de Filosofia N. S^{ra}. Medianeira, dos padres jesuítas, encerrando, portanto, sua vida de estudioso, tal como a iniciara, entre os soldados de Cristo. As aulas duraram apenas umas poucas semanas. Mário já estava muito mal de saúde, com graves problemas cardíacos, agravados pelo excesso de

trabalho e pela imensa tristeza do filósofo ante o avanço do poder militar que dominava o Brasil; e a direção da escola, prevendo o pior, mandou instalar, ao lado da sala de aula, um balão de oxigênio para alguma emergência.

Mário não morreu na cátedra, mas em casa, cercado de seus entes queridos – sua esposa Yolanda, suas filhas Yolanda e Nadiejda, seus genros Fernando e Wilmar: os únicos verdadeiros aliados e colaboradores que tivera numa vida de batalhas e construções. Sentindo aproximar-se o instante derradeiro, o filósofo pediu que os familiares o erguessem. Morrer deitado, afirmou, era indigno de um homem. Morreu de pé, recitando as palavras do *Pai-Nosso*.

A *Enciclopédia* e sua realização

Se Mário Ferreira dos Santos tivesse morrido na primeira metade da década de 1950, sua biografia já teria mostrado um homem notável pela criatividade, pela multiplicidade dos talentos, pela atuação pública de jornalista, editor e educador. Mas ocorreu que, escondida sob essa variedade de ocupações, se desenrolava uma biografia interior de riqueza ainda maior.

Pouco nos dizem a respeito os documentos. O desenvolvimento intelectual e espiritual de Mário Ferreira é um mistério, pois os escritos publicados até 1952 só de maneira parcial e obscura refletem as inquietações mais graves que o agitavam por dentro e os vastos planos cuja realização já se preparava, talvez, em seu subconsciente. Sabe-se, é claro, que durante todo esse período ele não cessou de estudar as grandes obras de filosofia, de tomar notas, de mandar buscar no exterior os livros raros de que necessitava, e mesmo de encomendar cópias de velhos fólios em bibliotecas, como, por exemplo, fez com os de filósofos portugueses do Renascimento, aos quais ele foi talvez o primeiro grande pensador, depois de Leibniz, a devotar longo estudo e profunda admiração. Essa atividade interior foi gerando secretamente, por dentro do ensaísta, do tradutor-comentarista de Nietzsche, do jornalista e editor brilhante, um novo homem: um filósofo no sentido mais pleno da palavra. Na verdade, *o* filósofo brasileiro. Mas os escritos publicados até o princípio da década de 1950, se anunciam os temas e problemas fundamentais de que o filósofo iria ocupar-se, nem de longe deixam transparecer a profundidade, a envergadura e a solidez dos pensamentos que germinavam na alma de Mário Ferreira dos Santos. Inteiramente desproporcional com o anterior, o novo homem surge pronto, como se vindo do nada, e explode numa seqüência de dez obras geniais, publicadas entre 1952 e 1957: *Filosofia e Cosmovisão*, *Lógica e Dialética*, *Psicologia*, *Teoria do Conhecimento*, *Ontologia*, *Tratado de Simbólica*, *Filosofia da Crise*, *O Homem Perante o Infinito*, *Noologia Geral* e sobretudo a obra maior desse período: *Filosofia Concreta*, em três tomos. Publicadas, não; disparadas, à razão de um volume cada quatro meses. O estado das edições reflete o improviso da produção, incapaz de acompanhar a tempestade de intuições fulgurantes que se sucediam, cada vez mais ricas e abrangentes, no interior de uma inteligência que parecia querer abraçar com um só olhar a totalidade do real. O inacabamento desses livros, o descuido com a revisão, os freqüentes hiatos na exposição e as súbitas mudanças de assunto podem ter repelido muitos leitores, num país onde o esnobismo das capas elegantes e das edições bem cuidadinhas ainda é uma *conditio sine qua non* para que um livro seja respeitado até mesmo pelos intelectuais. Mas aí está contido,

sob uma forma literária descuidada e opaca, não só um pensamento maravilhosamente ordenado, mas uma filosofia total, orgânica, sistêmica – *enciclopédica* no sentido etimológico do termo: um ensinamento abrangente, de estrutura perfeitamente circular ou esférica. Porque é evidente que esses dez livros foram concebidos todos de uma vez, como capítulos de uma exposição seguida, destinada a abranger de maneira global e pela ordem lógica os temas básicos da indagação filosófica. Pela ordem, sim, porque a desordem ali é só do pormenor estilístico: a estrutura, tanto da série como de cada livro, é límpida.

Mas não é só do exame dos livros que se conclui a unidade do conjunto. Os familiares do autor contam que, dando uma conferência em São Paulo, Mário repentinamente se calou e, após alguns minutos de constrangimento geral, pediu aos ouvintes que o desculpassem: acabara de ter uma idéia e precisava registrá-la no papel antes que escapasse. Foi para casa e redigiu na mesma noite a série de teses principais da *Filosofia Concreta*. Estas teses, numeradas, progridem como numa demonstração matemática, dos princípios auto-evidentes até as mais remotas conseqüências para os vários domínios da filosofia. Mais tarde Mário acrescentou demonstrações – cruzando vários métodos lógicos e dialéticos –, comentários, escólios etc. Basta examinar os nove títulos restantes da Primeira Série da *Enciclopédia* para verificar que eles não fazem senão dar recheio à armadura então esboçada, realizar em detalhe o programa da *Filosofia Concreta*, desdobrando, num confronto dialético com múltiplas correntes de pensamento, e enriquecendo, com uma variedade de exames segundo as perspectivas de diferentes disciplinas filosóficas, o esquema que, no último livro da série, será apresentado numa síntese geometricamente ordenada.

O primeiro volume, *Filosofia e Cosmovisão*, ainda mostra hesitações do autor quanto ao rumo da coleção. De um lado, tratava-se de apresentar uma filosofia nova, original até à audácia, ao mesmo tempo que arraigada no solo arcaico do pitagorismo; e de fazê-la dialogar com as correntes principais do pensamento contemporâneo, às quais ela se opunha dialeticamente, ao mesmo tempo que se oferecia como síntese abrangente dos seus momentos positivos. De outro lado, falava a vocação do educador, que queria ensinar a todos, ser didático, espalhar livros de filosofia por todo o Brasil, ser compreendido até pelo mais humilde operário do centro anarquista, onde suas conferências lhe haviam conquistado sólidas e duradouras amizades.

A mistura impossível não deu certo. Oscilando entre o didatismo vão, nos trechos em que coloca os problemas clássicos da filosofia, e a obscuridade inevitável, naqueles em que apresenta suas respostas de uma ousadia e de uma grandeza sem par, Mário nos deixou uma obra híbrida e hesitante, que constitui, a meu ver, a pior introdução possível ao seu pensamento. Isto não desmerece, é claro, os elevados méritos do livro, sobretudo das suas partes finais, em que Mário, como que num súbito arranque, num acesso de urgência, abandona toda preocupação didática e informativa para nos entregar, em páginas de extrema densidade, o núcleo vivo do seu pensamento. O resultado, porém, é que o leitor versado em filosofia é repelido pelo didatismo das primeiras páginas, e o leigo pela obscuridade das últimas, de modo que, faltando a este a paciência e àquele a humildade, ambos deixam de tirar proveito da leitura.

O segundo volume padece do mesmo defeito, mas atenuado, porque entre a primeira parte – um manual de lógica clássica – e

a segunda – uma apresentação resumida do novo método dialético concebido pelo autor, a *decadialética* –, um capítulo intermediário sobre as várias dialéticas havidas na História faz as vezes de ponte, produzindo um efeito de *graduação crescente da dificuldade*, que era provavelmente o que o Mário quisera fazer, sem sucesso, no primeiro volume.

Do terceiro em diante, a argumentação toma impulso, as novas perspectivas abertas pelo método decadialético vão surgindo com progressão deslumbrante, a filosofia de Mário Ferreira dos Santos vai tomando corpo até perfazer-se com uma *summa* de demonstração geométrica nos três volumes da *Filosofia Concreta*.

A meio caminho, Mário tem uma recaída no didatismo, mas é uma recaída providencial. O *Tratado de Simbólica*, sexto volume da série, tratando de um assunto bastante desconhecido no Brasil de então, mesmo pelo leitor culto, interrompe a exposição da filosofia pessoal de Mário, para dar os princípios fundamentais de uma ciência do simbolismo resumidos das obras dos bons tratadistas, como Mathila Ghyka, Mircea Eliade, René Guénon e outros. Acontece que, entre esses princípios, surgem as interpretações simbólicas dos números de 1 a 10 segundo o pitagorismo, as quais, no confronto com outros símbolos, de ordem plástica, adquirem uma clareza maior do que se fossem apresentadas no abstrato e sem esse suporte sensível. E acontece também que toda a metodologia, toda a dialética e toda a ontologia de Mário Ferreira se baseiam, em última análise, num aprofundamento do sentido dos números no pitagorismo. Este livro, aparentemente o menos filosófico da série, acaba por funcionar, quase que sem querer, como a mais didática das introduções ao pensamento de Mário Ferreira dos Santos, e será recomendável que o leitor faça por ele seu primeiro contato com a obra do filósofo. Isto lhe dará uma base sensível e imaginativa onde apoiar-se para escalar as abstrações que o elevarão, nos volumes seguintes, a alturas quase irrespiráveis, que aliás já se anunciavam na *Teoria do Conhecimento* (vol. IV) e na *Ontologia* (vol. V).

Carlo Beraldo, no longo verbete que consagrou a Mário Ferreira na *Enciclopedia Filosofica* do *Centro di Studi Filosofici di Gallarate*,[2] definiu a filosofia do mestre brasileiro como uma síntese – "ao mesmo tempo tradicional e pessoal" – de pitagorismo e tomismo. A definição é incompleta, mas verdadeira no essencial, e constitui uma boa via de acesso para a compreensão dessa filosofia.

O ponto de partida de Mário Ferreira é uma reinterpretação completa do pitagorismo, em parte com base nos textos remanescentes da escola pitagórica, em parte fundando-se na idéia de recompor idealmente essa filosofia, tomando como hipótese a sua "coerência intrínseca", isto é, a conjetura historicamente verossímil de que Pitágoras, ou a escola pitagórica, não poderia deixar de perceber as conseqüências lógicas imediatas – e mesmo algumas não tão imediatas – dos princípios que havia postulado.

Mas essa reconstrução não tem necessariamente, segundo Mário, um sentido histórico, e sim doutrinal e lógico. Se ela não nos dá o pitagorismo historicamente autêntico, dá-nos a autêntica filosofia de Mário Ferreira, antes inspirada do que calcada em Pitágoras. Esta filosofia se ergue por etapas – não no sentido cronológico, mas lógico –, que vão ampliando e aprofundando o sentido de uma intuição originária, até reconstruir, tomando-a como centro, o edifício inteiro das ciências filosóficas. As etapas são quatro:

[2] Firenze: G. C. Sansoni Edittore, 2ed. 1969.

Primeira etapa – Mário compreende a Década Sagrada dos pitagóricos inicialmente como um sistema de categorias lógicas. Desde o primeiro desses pontos de vista, ele constrói um novo método dialético – a *decadialética* – que, abordando uma questão desde dez pontos de vista interligados, oferece um contrapeso dialético ao abstratismo da lógica formal. Para a decadialética, todo o ente (ou todo problema) deve ser enfocado, sucessiva e rotativamente, como *unidade*, como *oposição* (interna), como *relação* (entre os opostos), como *proporção* (entre as relações internas) e como *forma* (síntese concreta dos quatro aspectos anteriores). Isto perfaz o exame da sua constituição interna. Mas em seguida o objeto deve ser visto em sua *harmonia* (com o meio circundante), em seus aspectos de ruptura e crise, que o separam abissalmente do meio e o sujeitam a mutações, em seu potencial de *superação* ou *assunção* (pelo qual, perdida a sua harmonia intrínseca, se integra numa harmonia imediatamente superior), na *unidade superior* da forma abrangente (que reúne os oito aspectos anteriores e os integra no todo cósmico) e, finalmente, em sua inserção finalística na *unidade transcendente* do real, no Ser supracósmico, no Supremo Bem de que falava Platão.

Há uma segunda maneira de aplicar a decadialética. Aqui os dez aspectos tornam-se dez *campos*, cada um definido por uma oposição básica:

1 Sujeito *x* objeto
2 Atualidade *x* virtualidade
3 Possibilidades reais *x* possibilidades não-reais
4 Intensidade *x* extensidade
5 Atualizações (e virtualizações) da intensidade *x* atualizações (e virtualizações) da extensidade
6 Razão *x* intuição (oposições no sujeito)
7 Conhecimento x desconhecimento (oposições na razão)
8 Atualizações e virtualizações da intuição *x* atualizações e virtualizações da razão
9 Conhecimento *x* desconhecimento (oposições na intuição).
10 Variante *x* invariante

Só quando enfocado por esses dez prismas, em suas duas versões, é que um problema filosófico pode considerar-se suficientemente elaborado e, eventualmente, pronto para ser resolvido. O método abrange o uso da lógica formal antiga e moderna, das várias dialéticas (aristotélica, hegeliana, nietzschiana etc.), como elementos técnicos que são integrados e superados no conjunto. Quando o objeto ou tema é encarado como um todo, a decadialética inclui ainda um complemento, a *pentadialética*, que o enfoca em cinco planos sucessivos:

1 Como *unidade* em si;
2 No *todo* do qual é elemento;
3 Na *série* a que pertence como etapa;
4 No *sistema* em que se integra funcional e tensionalmente;
5 No *universo*, considerado de maneira esquemática e abstrata.

Segunda etapa – Tendo construído este método e demonstrado sua eficácia na resolução de uma variedade de problemas filosóficos, ele dá o passo seguinte: demonstrar que os dez números não são apenas categorias lógicas, mas noéticas: não regem somente a

estruturação do raciocínio coerente e ideal, mas toda a esfera da cognição humana real. As categorias são assim elevadas a arquétipos. Nesta etapa, ele demonstra a coerência entre suas interpretações das categorias pitagóricas e os simbolismos dos números de 1 a 10, tal como se encontram nas obras de arte sacra, nos textos sagrados das várias religiões etc.

Terceira etapa – Isto feito, ele avança ainda mais; demonstra que não são arquétipos só em sentido noético, mas ontológico; que imperam necessariamente sobre todo ser possível, independentemente e acima das formas da cognição humana: os arquétipos tornam-se princípios.

Quarta etapa – Finalmente, ele demonstrará que os princípios universais assim encontrados não são apenas esquemas da possibilidade universal, mas leis ontológicas, que imperam efetivamente sobre todas as ordens de realidades.

Essas etapas são percorridas em imensos giros, em que o olhar do filósofo vai abarcando sucessivamente todos os temas e problemas da filosofia universal e reordenando-os segundo novas sínteses, cada vez mais abrangentes, que reabsorvem numa unidade transcendente as teses mais opostas, as correntes mais antagônicas, enfim reconciliadas à luz da *Mathesis megiste* – o "ensinamento supremo".

Mathesis megiste: Mário utiliza-se desta expressão pitagórica para nomear a última série da sua *Enciclopédia* e a culminação do seu ensino. Para explicar de que se trata, ele começa por classificar em quatro tipos as linguagens com que se transmitem conhecimentos: *pragmática*, para as comunicações cotidianas; *simbólica*, para a poesia e a religião; *científica*, para dar conceitos nítidos às coisas classificadas pelo conhecimento; e finalmente *filosófica*, "onde os conceitos atingem sua máxima pureza, válidos para todos os setores do conhecimento humano". Realização última e plenária da linguagem filosófica, a *Mathesis megiste*, assim, constrói "um universo de discurso válido para todas as esferas do conhecimento".[3] Quanto ao conteúdo, a *Mathesis* compõe-se de verdades *per se nota*, coligidas das obras de todos os principais filósofos (não houve um que não percebesse alguma) e ordenadas em sistema. A *Mathesis* é, pois, algo como uma *unidade transcendente das filosofias*, na qual se expressam os princípios auto-evidentes subjacentes a toda filosofia possível; é, ao mesmo tempo, a lógica interna de todo sistema de metafísica e ontologia, e finalmente uma suprametodologia de todas as disciplinas filosóficas.[4]

Para dar expressão a esse pensamento grandioso, Mário concebeu o plano de sua *Enciclopédia* em três partes, acompanhando a exigência de sua decadialética de que toda abordagem de um problema filosófico, grande ou pequeno, o enfocasse primeiro numa rápida visão sintética, em seguida o desdobrasse analiticamente em seus vários aspectos e componentes discernidos pela abstração, e que, finalmente, os vários ângulos abstrativamente separados fossem reunificados, concrecionados (de *cum crescior*: "crescer junto") na visão simultânea das dez dimensões do ser.

[3] Cf. *A Sabedoria dos Princípios*, p.15 ss.

[4] Beraldo foi particularmente feliz ao assinalar que essa síntese é "a um tempo tradicional e pessoal", pois Mário não apresenta a *Mathesis* como obra original sua, e sim como uma elaboração pessoal de uma ciência já anunciada e parcialmente realizada pelos grandes filósofos do passado, particularmente Pitágoras, Platão, Aristóteles, S. Tomás de Aquino e S. Boaventura.

Esse esquema ternário – e isto é fundamental para a compreensão do pensamento de Mário – ordena não somente a construção de cada livro em particular, mas a da *Enciclopédia* como um todo, e também a de cada uma das três séries de que, coerentemente com o mesmo esquema, ela se compõe. A rigorosa geometria do conjunto escapa de todo ao leitor que examine as obras de Mário separadamente, ainda que as leia em grande quantidade; e é só a estrutura do conjunto que ilumina a das seções e a dos livros individuais, refletindo-se o todo nas partes e estas no todo.

Mas a ordem geométrica da construção vai ainda mais fundo: na primeira e na terceira séries da *Enciclopédia*, isto é, na síntese inicial e na concreção final, a distribuição dos volumes segue, pelo assunto, a progressão das categorias pitagóricas, de 1 a 10, isto é, o primeiro volume enfoca seu tema pelo prisma da unidade, o segundo pelo da oposição, o terceiro pelo da relação etc. A série intermediária não poderia obedecer a uma ordenação semelhante, visto que é a parte analítica da *Enciclopédia*, na qual se examinam, um a um, temas e problemas cuja divisão, e subdivisão, poderia, em princípio, prosseguir indefinidamente. Aí, portanto, a numeração é livre, obedecendo somente à seqüência cronológica das edições.

A estrutura da *Enciclopédia* pode então ser visualizada segundo o diagrama da página 43. Eis aí, clara e distinta, a ordem interna de uma obra filosófica em que os contemporâneos do autor – incluindo os pajés e caciques da taba filosófica tupiniquim – não souberam enxergar senão a confusão da sua forma externa, movidos por uma ilusão – como direi? – tipográfica. É claro que, ao lhes fazer esta censura, estou consciente de não haver da minha parte atinado com essa estrutura num relance de antevisão genial, mas

num esforço continuado de alguns anos. Mas *fiz* afinal esse esforço, movido pelo pressentimento confiante de que por trás da aparente mixórdia dos textos havia algo de precioso a compreender; ao passo que eles, os importantes do dia – entre os quais muitos ainda importantes hoje em dia –, logo empinaram os narizinhos e viraram as costas a esta obra magnífica, fundados na presunção de que ali não havia nada a compreender. Presunção no duplo sentido, de suposição e de pretensão vaidosa. É claro, também, que a obra materialmente realizada não perfaz em todos os pontos essa estrutura ideal, deixando várias lacunas e imperfeições – sobretudo nos dez volumes finais, inéditos e alguns incompletos –, as quais, no entanto, nem de longe bastam para ocultar os lineamentos do todo aos olhos de um leitor paciente.

Quanto ao sentido geral da obra, a fórmula de Carlo Beraldo, se peca por incompleta – já que entram na composição do pensamento de Mário muitas outras heranças além da pitagórica e da tomista –, chama no entanto a atenção para um ponto fundamental: observando a tendência geral do mundo moderno para a matematização do pensamento filosófico, Mário empenhou-se a fundo em sanear essa tendência de sua preconceituosa hereditariedade gnóstica e anticristã, e supôs, aparentemente com razão, que os males do matematismo só poderiam ser sanados, homeopaticamente, com um matematismo ainda mais aprofundado. A crítica que ele empreendeu da lógica matemática, num de seus livros, aliás dos mais prejudicados pelo descuido da edição,[5] mostra uma intuição quase visionária de uma das principais raízes da tragédia contemporânea: a matematização

[5] *Grandezas e Misérias da Logística*. São Paulo: Matese, 1966.

do pensamento empreendida por intelectos menores, incapazes de apreender, da matemática, senão os seus aspectos lógico-formais, e totalmente cegos para a esfera superior em que por trás do puro formalismo, aparece a realidade suprema dos princípios ontológicos, substancialmente os mesmos proclamados por Aristóteles e S. Tomás de Aquino. A ponte entre o matematismo e a ontologia, Mário julgou encontrá-la em Pitágoras. Daí o acerto essencial da fórmula de Beraldo.

Pouco importa, ademais, saber se o Pitágoras aí referido é o histórico ou se é uma pura projeção de um aspecto superior da alma do próprio Mário Ferreira dos Santos. Mário mesmo brincou com essa hipótese, auto-representando-se, num diálogo filosófico,[6] na figura de um personagem de nome Pitágoras de Mello.

Não é impossível, no entanto, que a *fantasia exata* do seu pitagorismo tenha acertado mais fundo, historicamente, do que ele mesmo supôs. Pois, na sua ousadia de reconstrutor ideal, ele avança sua conjetura até delinear, na base da pura dedução, o que poderia ter sido o ensinamento oral de Platão; e aqui ele acerta na mosca, como se vê pela perfeita homologia entre o seu Platão ideal e aquele revelado, duas décadas após a morte do nosso filósofo, pela exaustiva confrontação histórica dos textos, empreendida em trabalho memorável pelo historiador italiano Giovanni Reale.[7]

[6] *Filosofias da Afirmação e da Negação*. São Paulo: Logos, 1959.

[7] V. Giovanni Reale, *Per una Nuova Interpretazione di Platone: Rilettura della Metafisica dei Grandi Dialoghi alla Luce delle "Dottrine Non-Scritte"*, 5.ed, Milano: Vita e Pensiero, 1987, e tb. Henrique C. de Lima Vaz, "Um novo Platão?", *Síntese* (Belo Horizonte), n.50, jul-set. 1990, p.101-3.

Ao morrer, em 1968, Mário Ferreira dos Santos deixou, além de uma quase centena de livros publicados, uma volumosa coleção de inéditos, entre os quais se encontram – posso assegurar – suas obras mais valiosas. Dentre elas, destacam-se estas *Leis Eternas*, que um exame objetivo permite situar, sem qualquer exagero, como um dos cumes do pensamento metafísico no século XX.

Não foi porém a consideração de seu valor e importância singulares que me fez decidir a começar por este livro a edição da série das *Obras Inéditas* do grande filósofo brasileiro. As razões foram duas. A primeira, de ordem meramente prática: dos inéditos, este era o mais acabado, o de preparação editorial menos dificultosa.[8]

A segunda requer mais explicações. Mário Ferreira dos Santos escreveu sua obra magna, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*,[9] mais de cinco dezenas de volumes, de um só jato, trabalhando incansavelmente de 1952 até o ano de seu falecimento (1968), movido por uma intuição central cuja unidade não se perde, um só instante, ao longo de toda a série.

Obra sistêmica e circular, os vários volumes que a compõem se apóiam e se explicam mutuamente, sendo por isto freqüentes as

[8] A expressão não é casual: no estado de catastrófica mixórdia e inacabamento em que o autor deixou seus manuscritos, o "mais fácil", para o editor, pode significar na melhor das hipóteses apenas o "menos difícil".

[9] O título é incerto. O autor ora usa "Enciclopédia das Ciências Filosóficas *e Culturais*", ora "Enciclopédia das Ciências Filosóficas *e Sociais*", ora apenas "Enciclopédia das Ciências Filosóficas". Para simplificar, o editor optou por esta última alternativa.

remissões de um a outro. Como, ao escrever um dos volumes, o autor já tivesse em vista sua complementação pelos seguintes, ocorre também, com freqüência, o anúncio de que tal ou qual argumento será desenvolvido ou fundamentado numa obra posterior, àquela altura só existente como intenção e plano. No ritmo frenético em que o autor trabalhava, é compreensível que muitas vezes mencionasse uma mesma obra sob títulos diferentes, seja por distração (ele mesmo se penitenciava citando o célebre *Aristotelis insignis negligentia in scribendo*), seja por haver decidido a mudança de título, seja porque resolvera desdobrar em vários volumes a obra inicialmente planejada para um só, ou comprimir num só o concebido para muitos. Ao leitor que conheça somente os volumes publicados em vida do autor, mesmo que os leia em sua totalidade, a obra de Mário Ferreira dos Santos parecerá truncada e informe no seu gigantismo, ficando difícil reconhecer nela as linhas subjacentes de uma coerência arquitetônica que, não obstante, o autor proclama existir. A idéia que nos ocorre ante essa montanha de pensamentos é a da absoluta impossibilidade de completar a execução de um projeto tão ambicioso. Com estonteante surpresa, portanto, foi que descobri, ao examinar os inéditos, que o plano anunciado fora realizado integralmente, que a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* era uma realidade, um todo completo e acabado, não faltando um só volume dentre os muitos que o autor prometera.

Diante desse fato, restava organizar o conjunto, seguindo as indicações, nem sempre concordantes, é verdade, que o autor deixara quanto às linhas de construção e à distribuição das partes; e em seguida preparar o texto de cada volume para publicação.

Para a primeira dessas tarefas, a fórmula da solução foi encontrada, miraculosamente, num fragmento de papel, do tamanho da palma da mão, metido entre as pastas de cartolina guardadas na casa da Avenida Irerê, no bairro do Planalto Paulista, em São Paulo, onde Mário Ferreira dos Santos vivera seus últimos dias. Nesse papelucho o filósofo rabiscara às pressas a numeração dos dez últimos volumes da *Enciclopédia*, que compõem juntos uma série completa dedicada ao estudo da disciplina a que o autor chamava, pitagoricamente, *Mathesis megiste*, "Ensinamento supremo" – o coroamento do seu sistema filosófico. Como, por outro lado, os dez primeiros volumes da obra publicada – de *Filosofia e Cosmovisão* (1954) a *Filosofia Concreta* (1957) – constituíam também e declaradamente uma série completa, de caráter introdutório, ficava nítida a divisão da *Enciclopédia* em três blocos ou séries: uma série de dez títulos no começo, outra de dez no fim, cada uma formando por si uma unidade de caráter sintético; no meio, algumas dezenas de obras consagradas a temas específicos, abordados analiticamente. A estrutura do todo seguia fielmente o método expositivo do autor, adotado dentro de cada obra em particular, que dividia o tema numa "síntese inicial abstrata", num desdobramento analítico intermediário e numa "síntese final concreta". O amontoado confuso de papéis resolvia-se num edifício de linhas perfeitamente cristalinas.

Na breve anotação de Mário Ferreira dos Santos, os volumes finais da *Enciclopédia* distribuíam-se em oito títulos e dez volumes, assim:

I *A Sabedoria dos Princípios*
II *A Sabedoria da Unidade*
III/IV *A Sabedoria do Ser e do Nada*, 2v.
V *A Sabedoria das Leis Eternas*

VI *Dialética Concreta*
VII/VIII *Tratado de Esquematologia*, 2v.
IX *Teoria Geral das Tensões*
X *Deus*

Esses volumes deveriam estampar, transcrito e corrigido, o conteúdo do curso que, sob a denominação geral *Mathesis megiste*, o autor vinha proferindo para um grupo privado desde 1966. Os três primeiros títulos estavam publicados. O volume II de *A Sabedoria do Ser e do Nada* saíra, logo após o falecimento do autor, por iniciativa de sua filha Yolanda Lhullier dos Santos (Mário Ferreira era editor de si mesmo, com uma grande gráfica própria, onde pusera a trabalhar todos os seus familiares). Os títulos restantes foram encontrados em manuscrito, no seguinte estado:

A Sabedoria das Leis Eternas. Transcrição de seis aulas, gravadas em fita e datilografadas pela esposa do filósofo, Yolanda Santos Burdette, e ainda sem revisão do autor.

Dialética Concreta. Constituía-se, em pârte, de aulas transcritas, em parte, de anotações manuscritas do autor.

Tratado de Esquematologia. Idem.

Teoria Geral das Tensões. Coletânea de breves anotações, transcritas e numeradas por D. Yolanda à medida que as entregava o autor, acompanhadas de alguns planos e esquemas para a estruturação da obra.

Deus. Sob este título, o autor reunia sob a unidade de um plano de conjunto materiais de tempos e origens diversas. Aproveitava em parte o que escrevera décadas antes para um livro projetado sob o título *Deus: Provas contra e a favor da Sua Existência*, juntando-lhe notas recentes e transcrições de aulas da *Mathesis*.[10]

Ao lado dos oito títulos da série final, Mário deixara vários outros que, segundo compreendi, faziam parte da série intermediária, já que tratavam sempre de temas específicos. Alguns deles se constituíam de traduções comentadas – S. Boaventura, Plotino, Lao-Tsê, Duns Scot –, o que seguia o hábito do autor, manifestado em sua obra publicada, de expor parte de suas idéias ao fio de comentários a algum filósofo célebre.

Do conjunto dos inéditos, só quatro podiam ser ditos incompletos: a *Teoria Geral das Tensões*, coleção de fragmentos soltos que não abrangiam a totalidade dos temas anunciados no Plano que os acompanhava; a tradução de *De Primo Principio* de Duns Scot, a que faltavam os prometidos *Comentários*; a tradução das *Enéadas* de Plotino, também sem os anunciados comentários; e *Filosofia e Romantismo*, de que não se encontraram senão fragmentos esparsos. Todos os demais títulos anunciados – da segunda e da terceira série – estavam lá completos, ainda que em rascunho. A *Enciclopédia* realizara-se. O filósofo não se fora deste mundo sem terminar sua tarefa.

Ele até deixara, abreviada, mas nem por isto menos eloqüente, uma indicação do que esperava de seu futuro editor: completar,

[10] Curiosamente, os textos mais antigos eram anteriores mesmo à intuição inicial da *Enciclopédia* (1954), que assinala uma mudança decisiva no curso dos pensamentos do autor. Verifiquei depois que Mário Ferreira, tendo passado por uma grande transformação interior por volta dos quarenta anos, quando já era autor de muitas obras publicadas e outras tantas inéditas, tentou reintegrar nas novas linhas do seu pensamento as obras de juventude, mediante correções, cortes e remanejamentos, com maior ou menor sucesso conforme o caso. *Deus* é o único exemplo de remanejamento levado até o fim com plena eficácia, dando origem a uma obra totalmente nova, forjada com as palavras antigas.

antes de tudo o mais, a série da *Mathesis*, fechando a unidade da *Enciclopédia*, no qual mais tarde os volumes restantes poderiam encaixar-se como detalhes complementares. O filósofo mesmo seguira este caminho, publicando os três primeiros volumes da série final antes dos demais inéditos que deixara. Eis por que começo a publicação dos *Inéditos* por estas *Leis Eternas*, quarto tomo da série *Mathesis Megiste*. Qualquer outra escolha seria incorreta, ainda que talvez mais conveniente do ponto de vista puramente editorial.

Quanto ao texto da presente edição, segui o mais fielmente que pude a transcrição, feita pela esposa do filósofo, das gravações das aulas 85ª a 91ª da *Mathesis*, transcrição a que D. Yolanda acrescentou no fim a seguinte nota:

"Aulas proferidas pelo Prof. Mário Ferreira dos Santos em 1966. – Estas seis aulas, numeradas de 85 a 91, no total de 50 páginas, seriam posteriormente revisadas e completadas pelo autor para o volume A Sabedoria das Leis, *que seria publicado após* A Sabedoria do Ser e do Nada, *o que não se realizou devido ao falecimento do Prof. Mário Ferreira dos Santos em abril de 1968. Foram datilografadas diretamente da fita gravada, não tendo, portanto, correção do autor."*

Foi inevitável cortar repetições inúteis e completar algumas frases truncadas, destacando naturalmente, entre colchetes e com tipos menores, os acréscimos de responsabilidade do editor. Sendo o texto compacto, denso e de leitura dificílima para quem desconheça com certa minúcia os livros anteriores de Mário Ferreira dos Santos, julguei conveniente amparar o texto em notas e remissões, sobretudo para indicar os lugares da obra restante onde o leitor

poderá encontrar explicações mais detalhadas sobre certos pontos obscuros, e para destacar alguns pontos de comparação possível entre o pensamento do autor e algumas correntes filosóficas contemporâneas. Como todas as notas eram de autoria do editor, não fazia sentido repetir a toda hora "N. do Ed.", sendo portanto omitidas as obsessivas letrinhas.

Mário Ferreira dos Santos costumava conservar, no texto de suas obras, o uso de algumas consoantes mudas que a ortografia de 1943 suprimira, por julgar que, destacando a etimologia das palavras, ajudava a apreender o seu sentido profundo, por exemplo em *acto*, *dialéctica* etc. Julguei artificioso imitar esse uso num texto que não saiu da pena do filósofo, mas que preparei a partir de uma fita gravada.[11] Empreguei, portanto, a ortografia corrente, mas, para orientação do leitor, dou em apêndice uma lista das palavras deste texto que vi escritas com consoantes mudas em outras obras do autor.

Quanto ao título, em algumas anotações do autor aparece como *A Sabedoria das Leis*, em outras como *Leis Eternas*, em outras ainda como *A Sabedoria das Leis Eternas*, que preferi por conter os outros dois.

[11] O próprio Mário, confessadamente um péssimo revisor de si mesmo, nem sempre seguiu esse uso de maneira coerente, de modo que mesmo uma reedição dos textos publicados trará dificuldades editoriais bem complicadas. Em quase todos os livros publicados, há erros, frases truncadas, trocas de palavras, confusões na ordenação das partes etc. Segundo me informou a filha do filósofo, Yolanda, ele estava consciente dessas deficiências, mas, na urgência de terminar a obra que havia planejado, não pôde parar para as devidas revisões, e expressava seguidamente o voto de que, pelo menos após sua morte, alguém daria a seus textos o tratamento editorial compatível.

O editor da presente obra tem o dever de acrescentar a estas advertências algumas palavras que talvez soem estranhas e desagradáveis.

Mário Ferreira dos Santos é, de longe, o maior dos filósofos brasileiros. A *Enciclopedia Filosofica* do *Centro di Studi Filosofici di Gallarate* reconheceu-o implicitamente, ao conceder ao nosso autor um verbete de página inteira, quando não atribuiu aos demais pensadores de língua portuguesa mais que algumas poucas linhas. Há de reconhecê-lo também qualquer leitor habilitado e honesto, após um exame criterioso deste e dos demais livros fundamentais do autor, especialmente *Filosofia Concreta*, *Pitágoras e o Tema do Número*, *A Sabedoria dos Princípios*, *A Sabedoria da Unidade*, mesmo sem conhecer os demais inéditos em que o filósofo se eleva às alturas da pura sapiência.

Apesar disso, e talvez por isso mesmo, a vasta obra de Mário Ferreira dos Santos não encontrou, da parte do nosso *establishment* universitário, senão uma indiferença renitente e por vezes malévola, que atesta apenas a inépcia fulgurante de muitas cabeças coroadas – coroadas pela aura cinzenta da inveja.

Mário não foi um desconhecido. Algumas de suas obras alcançaram, em vida do autor, nove, dez, quinze edições, e seus cursos tiveram como alunos muitas celebridades de "miolo mole", que, tendo recebido ali um ensinamento de valor extraordinário, não souberam nem reconhecê-lo nem mostrar-se dignas dele, trabalhando por seu resgate e difusão após o desaparecimento do mestre. Falecido o autor, uma ominosa cortina de silêncio baixou sobre sua obra.

Em qualquer país sério, um legado filosófico deste porte seria considerado patrimônio nacional e haveria equipes técnicas, sob

estipêndio do Estado, esforçando-se para organizar os manuscritos, editá-los, estudá-los e discuti-los sob todos os aspectos. Mário Ferreira é, afinal, de pleno direito, o *Philosophus brasiliensis*; sua obra testemunha a eclosão, tardia mas esplêndida, de uma consciência filosófica integral neste país e marca, assim, o verdadeiro ingresso do Brasil na história espiritual do mundo, já não na condição de ouvinte, mas na de orador e mestre.

A ausência de apoio estatal, no entanto, não desculpa a incúria pessoal daqueles que, pelo contato direto com o mestre, se tornaram herdeiros de seu patrimônio filosófico e moralmente responsáveis pela sua guarda e cuidado.[12] Quanto àqueles que, sem ter sido alunos dele, tiveram por outros meios a oportunidade de conhecer algo de sua obra e nem mesmo perceberam a grandeza do que tinham por diante, atestam com isto a inépcia de uma intelectualidade que nada enxerga com os próprios olhos e só sabe reconhecer um filósofo quando ele vem com rótulo de autenticidade firmado por alguma autoridade estrangeira. Infelizmente, o meio filosófico brasileiro é ainda dominado por essa gente fútil, leviana e palavrosa.

Muitos fatores podem ter contribuído para fomentar e legitimar o descaso. O primeiro deles está, evidentemente, no tamanho descomunal da obra de Mário, na sua desordem editorial, no estilo abstruso que, aliado a erros de tipografia, leva por vezes o leitor ao

[12] A única e meritória exceção foi o psicólogo paulista Thomaz de Aquino Ferreira, que se esforçou o quanto pôde para difundir a obra de Mário nos meios universitários, mas que circunstâncias adversas impediram de levar a cabo o trabalho começado. O editor registra aqui sua sincera homenagem a esse pioneiro.

desespero. Mas isto não é desculpa. As obras de Aristóteles, quando reencontradas no século I a.C., não estavam em melhores condições, e em matéria de inacabamento e confusão os textos do nosso filósofo não são mais assustadores que os de Jakob Böhme ou que os originais taquigrafados de Edmund Husserl, que nem por isto deixaram de ser publicados e estudados.

Mas um segundo fator é o preconceito antiescolástico, arraigado nos intelectuais brasileiros a ponto de torná-los cegos para a mera possibilidade de que algo de novo ou de valioso venha a emergir um dia dessa filosofia, que eles tomam, *a priori*, como relíquia de um passado morto ou como uma subfilosofia de manual. *A priori*, naturalmente, porque a desconhecem: nunca conheci neste país um antiescolástico de carteirinha que tivesse lido de S. Tomás, por exemplo – e só para ficarmos no nome de maior projeção –, algo mais que *De Ente et Essentia*, um curto resumo, e partes da *Suma Teológica*, obra que o autor classificava como elementar e introdutória. Uma tradução completa dos *Comentários* aquinatenses a Aristóteles, feita por meu amigo Antônio Donato Rosa, não despertou o menor interesse da cúpula uspiana nem dos editores em geral.

Um terceiro fator, mais sutil, é a propensão, fortíssima nas culturas dependentes, de cada intelectual só se interessar pelas obras que expressam idéias afins às suas ou às de seu grupo de referência. Numa atmosfera dominada pelo "intelectual coletivo" do gramscismo, só têm atrativo as obras que expressam aspirações gerais da comunidade letrada – aspirações que se resumem em tomar o poder e despedir-se o mais rápido possível das obrigações científicas em nome de supostas urgências maiores. O critério de valor das idéias é aí puramente mercadológico, e mesmo a mais profunda

das verdades, se dita por um homem solitário numa linguagem que não ecoe logo no coração das multidões intelectuais, é rejeitada como de menor importância. O império da opinião majoritária nas comunidades letradas, triste herança dos clubes literários da Revolução Francesa, é a versão moderna e absolutizada do *magister dixit*. Ter razão sozinho é, para a mentalidade coletivista, o pior dos pecados. Sócrates ou Jesus Cristo, para essa gente, simplesmente não aconteceram.

O editor deste livro discorda profundamente de muitas opiniões de Mário Ferreira dos Santos e não se considera sob aspecto nenhum seu seguidor ou discípulo. Nunca o conheceu pessoalmente nem muito menos foi seu aluno, tendo tomado conhecimento da obra somente em 1981, graças a uma feliz casualidade que trouxe à sua presença a filha do filósofo, D. Yolanda Lhullier dos Santos, cuja amizade muito o honra e cuja confiança, ao pedir-lhe que revisasse e editasse estas páginas, o desvanece acima de toda medida. Mas, antes mesmo que ela o fizesse, ele já tomara para si esse dever indeclinável, movido tão-somente pelo impacto iluminante de uma primeira leitura e pelo sentimento de inconformidade ante o desconhecimento em que jazia a única filosofia plenamente digna deste nome que se produzira em língua portuguesa e neste país. Nem por um instante lhe passou pela cabeça a idéia de franzir o nariz, com desdém afetado, movido por objeções menores, ante uma obra cuja grandeza e valor devem ser manifestos a todo leitor sério, por mais que ele divirja de um ponto ou de outro, ou mesmo do conjunto. Ele não compreende que aqueles que a conheceram antes e desfrutaram do convívio pessoal do seu autor não tenham tido sentimento igual ou que, se o tiveram, isso não os movesse a nada. Trabalhando

por conta própria, sem apoio de nenhuma instituição estatal ou privada e sem remuneração de espécie alguma, ele se considera recompensado, com sobra de generosidade, pela simples oportunidade de conhecer, pelo trato direto dos manuscritos, um pensamento filosófico de tal elevação e envergadura, e de poder contribuir para lhe dar uma vestimenta editorial mais próxima de seu merecimento.

Olavo de Carvalho

O editor agradece a Ana Célia Rodrigues Warschauer *pela ajuda na pesquisa da bibliografia de Mário Ferreira dos Santos e a* Márcia Regina Sarcinelli *pela digitação dos originais.*

Estrutura da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*

Síntese	I	Unidade	*Síntese*	Série I
	II	Oposição	*Análise*	Dez volumes, numerados segundo a ordem das categorias pitagóricas
	III	Relação		
	IV	Reciprocidade		
	V	Forma		
	VI	Harmonia		
	VII	Mutação		
	VIII	Assunção		
	IX	Integração		
	X	Unidade Transcendente	*Concreção*	

Análise	I			Série II Numeração livre
	II			
	III			
	Etc.			

Concreção	I	Unidade	*Síntese*	Série III Numeração pitagórica
	II	Oposição		
	III	Relação		
	IV	Reciprocidade		
	V	Forma	*Análise*	
	VI	Harmonia		
	VII	Mutação		
	VIII	Assunção		
	IX	Integração		
	X	Unidade Transcendente	*Concreção*	

I. A Lei de Unidade e a Lei de Oposição

[O tema destas lições]

Após o estudo dos princípios, penetraremos agora num dos terrenos mais importantes da *Mathesis megiste*,[1] talvez o mais importante de todos: o estudo das leis, dos *logoi* enquanto leis. Já não se trata, como antes, dos *logoi arkhai* enquanto possibilidades puras, enquanto *arithmoi arkhai*,[2] e sim das leis propriamente ditas, das leis que [descendo do plano dos princípios ao da manifestação[3] imperam efetivamente em todas as ordens de realidade.[4]

[1] *Mathesis megiste* = "Ensinamento superior", "Ensinamento máximo" ou "Sabedoria suprema". Com esta expressão pitagórica, o A. designa a parte superior e última do sistema integral da filosofia. O lugar que ele atribui a esta ciência corresponde àquele que, na formulação de René Guénon, cabe à "metafísica". Ferreira dos Santos, dando a esta ciência o nome de *Mathesis*, conserva o de metafísica para a Ontologia Geral, seguindo, nisto, a nomenclatura que se consagrou na tradição aristotélica (embora não seja do próprio Aristóteles), da qual Guénon se afastou justamente para sublinhar que aquilo que entendia por "metafísica" transcendia – tal como o faz a *Mathesis* – o campo da Ontologia Geral. Note-se que Guénon reconhecia o caráter meramente convencional e provisório do termo "metafísica", afirmando pretender usá-lo "*tant qu'on de nous aura pas proposé un meilleur terme pour le remplacer*" (cf. *La Métaphysique Orientale*, Paris: Éditions Traditionnelles, 1976, p.8). Que o leitor, portanto, não se enrede na aparente confusão terminológica. É de metafísica, no sentido guénoniano (e não acadêmico), que se trata nos dois casos. É também importantíssimo observar que, exatamente como a metafísica, em Guénon, não era somente uma ciência teórica, mas implicava uma "realização espiritual" da qual a teoria constituiria a preparação (*op. cit.*, p.12-13); igualmente a *Mathesis*, segundo Ferreira, estaria associada, no contexto pitagórico, a uma "iniciação de terceiro grau" (v. *infra*, n.9).

Alcançamos estas leis por meio da especulação, como os senhores já viram nas aulas anteriores e nos nossos livros.[5] Tal especulação é feita, ainda, em certa analogia com o pensamento pitagórico.

[2] O *logos* de um ente é a sua "lei de proporcionalidade intrínseca", a *razão* da sua "forma essencial", que expressa sinteticamente todo o corpo de possibilidades de manifestação desse ente. O *arithmos arkhe* do mesmo ente é, assim, o número que, por suas propriedades intrínsecas, corresponde estruturalmente a esse *logos* segundo uma analogia de atribuição intrínseca (ou analogia de proporcionalidade). Por exemplo, a um ente cuja forma essencial tenha uma estrutura senária corresponderá o *arithmos arkhe* 6. Tanto o *logos* quanto sua expressão matemática ou *arithmos* designam o ente considerado meramente na esfera das possibilidades (e das combinações de possibilidades, ou, como dizia Leibniz, das compossibilidades). Para que esse ente possa manifestar-se num universo real, tem de haver, num plano mais baixo que o do puro *arithmos arkhe*, também uma lei senária, que governe e delimite a sua manifestação assim como o número 6 governa e delimita a sua essência. O conceito de "*logos* de um ente" encontra-se em *A Sabedoria dos Princípios*, p.68-91; o de *arithmos arkhe*, em *Pitágoras e o Tema do Número*, p.72-82.

[3] Lembre-se que todas as frases entre colchetes e/ou em tipos menores são intervenções do editor.

[4] A passagem do estudo das "possibilidades puras" ao das "leis que efetivamente regem o ser" corresponde, portanto, em termos guénonianos, à descida do plano da "metafísica" ao da "ontologia geral" ("metafísica" no sentido aristotélico). Se os *arithmoi arkhai* são os "princípios puros", as leis são os "princípios *de manifestação*" desses princípios puros.

[5] O conteúdo das "aulas anteriores" a que o A. se refere – da 1ª à 85ª – está reunido, pela ordem, em *A Sabedoria dos Princípios* (São Paulo: Matese, 1967), A *Sabedoria da Unidade* (id., 1968) e *A Sabedoria do Ser e do Nada*, 2v. (id., 1968). O presente volume – v. IV, portanto, da série – compõe-se das aulas 85ª a 90ª. As aulas subseqüentes, da 91ª até aproximadamente a 130ª (a numeração dos originais é titubeante), compõem os volumes V a X da série *Mathesis*. Quanto aos "nossos livros", os principais precursores das *Leis Eternas* foram *Filosofia Concreta* (São Paulo: Logos, 1957; reed. aumentada em três volumes, 1960) e *Pitágoras e o Tema do Número* (São Paulo: Matese, 1960).

Foi com base na Década Sagrada dos pitagóricos que "reconstruímos" estas leis, às quais chamamos, por este motivo, *leis pitagóricas*.[6] Esta atribuição não tem necessariamente um sentido histórico, isto é, não implica que a formulação que damos às leis tenha sido de fato aquela que vigorou dentro da escola pitagórica; mas cremos que ela esteja perfeitamente coerenciada com a concepção secreta que os pitagóricos tinham da *Mathesis megiste*.

Como em filosofia só aceitamos, naturalmente, uma única autoridade, que é a demonstração, cabe-nos não só apresentar as leis, mas demonstrá-las; e não somente demonstrar que são válidas, mas também que são as leis fundamentais de todo ser. [Mas] para tal demonstração podemos valer-nos, parcialmente, de teses, de argumentos, de postulados já expostos em outras obras de nossa autoria; e só apresentaremos argumentos demonstrativos quando forem novos, portanto necessários.

Ao dizermos que nossa atribuição das leis a Pitágoras não tem um sentido histórico, queremos dizer que tem um sentido lógico e doutrinário. Estas leis são perfeitamente coerentes com o pensamento de Pitágoras e, segundo o que já dissemos em nosso *Pitágoras e o Tema do Número*, representam aquilo a que ele teria chegado (se é que efetivamente não chegou) se prolongasse coerentemente as conseqüências e aplicações do seu pensamento, em concordância com os princípios que havia postulado. Presumivelmente, verossimilmente, podemos dizer que estas leis *deveriam* ter sido de fato as leis pitagóricas. Naturalmente, uma demonstração histórica seria impossível, porque as obras sobre a

[6] O sentido da atribuição destas leis ao pitagorismo está exposto em *Pitágoras e o Tema do Número*, p.21-8 da segunda edição.

parte esotérica da doutrina pitagórica não chegaram até nós, se é que foram escritas. Vamos basear-nos na suposição de que, tendo sido escritas, não chegaram até nós, a não ser através de fragmentos na obra dispersa de autores pitagóricos categorizados.[7] Fundando-nos, assim, em textos universalmente aceitos pelos pitagóricos, tínhamos neles os elementos de base para esta "reconstrução" das leis, pelo menos nos seus aspectos ontológicos e nos seus aspectos matéticos.[8] Dada a coerência que as leis apresentam [com] essa doutrina expressa nos textos, podemos supor que a demonstração da sua validez, tal como a apresentamos, deve ser similar àquela que era conhecida pelos iniciados pitagóricos de terceiro grau, e que eles também teriam chegado às mesmas conclusões a que chegamos, pelo desenrolar dos pensamentos segundo as leis dialéticas da conseqüência.

De qualquer modo, a questão da validade histórica não é a que nos interessa em primeira instância. O que interessa é que, pitagóricas ou não, estas leis são válidas. Se, na análise que se segue, vamos usar de argumentos extraídos dos textos pitagóricos, procuraremos, por outro lado, reforçar esses argumentos segundo enfoques que são próprios ao nosso modo de considerar as coisas.

[7] Alguns dos fragmentos mais significativos são transcritos em *Pitágoras e o Tema do Número*, por exemplo os de Filolau, Arquitas e Jâmblico, e também os *Versos Áureos* de Pitágoras, dos quais o A. fez um extenso *Comentário*, que estamos preparando para edição e que, na nossa classificação, se situa entre os títulos da Série II das *Obras* de Mário Ferreira dos Santos.

[8] "Pelo menos", isto é, sem descer às suas aplicações nos domínios das ciências filosóficas especiais.

Antes de mais nada, não se deve, quando se fala de pitagorismo, confundir os números matemáticos, os *arithmoi mathematikoi*, que pertencem à tríada inferior, com os *arithmoi arkhai*, que são da tríada superior.[9] Estes últimos correspondem às "formas", no sentido platônico, às "idéias exemplares", no sentido de Sto. Agostinho, aos *paradeigmata* do neopitagorismo e do neoplatonismo, isto é, às *idéias universais*, eideticamente (e não só noeticamente) consideradas.[10] Outra distinção que devemos ter em mente é aquela, já mencionada, que há entre as duas maneiras – ou níveis – em que podemos encarar os *lógoi*, ou princípios. De um lado, podemos considerá-los enquanto formas arquetípicas, idéias exemplares, *arithmoi arkhai*, *paradeigmata* – ou ainda, na terminologia escolástica, *pura possibilia*, possibilidades puras – e, de outro lado, enquanto leis ou normas reais e efetivas, que imperam e regem sobre as coisas existentes. Neste último caso, os *lógoi* são normas não somente pelo seu conteúdo noemático, mas pela função que efetivamente desempenham.[11] É das leis neste sentido efetivo que desejamos falar.

[9] A "tríada superior" abrange: 1º, os *arithmoi arkhai* ou números arquetípicos que expressam os supremos princípios (objeto dos três primeiros tomos da série *Mathesis megiste*); 2º, as estruturas do ser real (as leis estudadas no presente volume); 3º, as formas (*arithmoi eidetikoi*) dos entes reais em particular. Seu estudo corresponde respectivamente, na terminologia de Guénon, à "metafísica", à "ontologia geral", à "ontologia especial". A "tríada inferior" compreende, também em ordem descendente: 1º, os números matemáticos; 2º, as formas geométricas; 3º, as coisas sensíveis. Abrange, portanto, o domínio da "cosmologia". Cf. *Pitágoras*, p.75-9.

[10] "Eideticamente e não só noeticamente", isto é, consideradas como realidades arquetípicas, estruturas objetivas do real, e não só como esquemas cognitivos.

Estas leis, que regem todas as coisas, constituíam aquilo que os pitagóricos denominavam a "Tétrada Sagrada" (ou "Quaternário Sagrado"), também chamada de "Década Sagrada" porque a soma dos quatro primeiros números (1 + 2 + 3 + 4) dá 10. Ao conjunto de dez leis, eles denominavam "Mãe de Todas as Coisas", entendendo com isto que elas constituíam a matriz, a fonte, que, ao reger, se repete e, ao repetir-se, faz repetir, produz a repetição, faz surgir as coisas semelhantes e também as coisas que, sendo dessemelhantes de umas, são semelhantes a outras. Estas leis, sendo dez, podem ser então denominadas a *Lei do Um*, a *Lei do Dois*, a *Lei do Três* [e assim por diante até completar], finalmente, a Década.

1 [Lei da Unidade]

A Lei do Um seria, conseqüentemente, a Lei da Unidade. Ora, o princípio de todas as coisas tem necessariamente de ser algo de positivo: se as coisas existentes são positivas, seu princípio tem de ser positivo. O princípio positivo, o princípio que se afirma, que dá testemunho de si e que se positiva a si mesmo, é precisamente o que se chama *Ser*. O princípio de todas as coisas positivas é o Ser. O nada não pode ser princípio de nada. Ora, a unidade, como já dissemos anteriormente,[12] caracteriza-se por ser indivisa *in se* e divisa *ab alio* (isto é, distinta de qualquer outro).

[11] Da abordagem puramente principial, apresentada nos três volumes anteriores, passa-se, neste, ao nível da manifestação. O presente livro está, portanto, na fronteira entre a ontologia e a cosmologia.

[12] Cf. *A Sabedoria da Unidade*, cap. II (p.25-31).

Portanto, a unidade é a lei da integral. *Em toda e qualquer forma dotada de existência, seu ser é um.* Tudo aquilo que seja ser, tudo aquilo que possamos admitir como presença ou adsência,[13] tem de ser uma unidade. *A unidade e o ser, portanto, são mutuamente conversíveis.* Onde há unidade, há ser; onde há ser, há unidade. A primeira lei é simbolizada pelo número 1. O *um* é a primeira lei que rege todas as coisas. Por ser um, o ser é imperiosamente regido pela lei da unidade. Só o nada não é unitário, porque o nada não é.

Há, por certo, uma hierarquia do ser, uma hierarquia de graus intensistas – ou graus de intensidade[14] – do ser; cada ser participa da unidade segundo o seu próprio grau de intensidade, o qual, por sua vez, é comproporcionado à natureza de cada ser. Mas, qualquer que seja o seu grau de intensidade, todas as coisas são unidade[s]: num grau intensista maior ou menor, mas sempre unidade[s]. A lei de unidade preside a todos os seres, os quais participam assim, segundo suas respectivas intensidades, da Unidade Suprema do Ser.

[13] *Adsência* = "Termo proposto por Suárez, provindo do verbo latino *adsum*, no sentido de ser aqui, estar aqui, para substituir 'presença' quando se refere ao ser *a se*, visto 'presença' indicar antes uma relação, um 'ser ante outro', como se dá com o ser *ab alio*, o ser contingente. Deus tem adsência, e nós, presença" (*Dicionário*, t.I, p.89).

[14] Sobre os conceitos opostos e complementares de *extensidade* e *intensidade*, v. *Filosofia e Cosmovisão*, p.154-63. Os conceitos foram apresentados originalmente por Ostwald e Lupasco. Correspondem, em parte, a *quantidade* e *qualidade*. Lupasco (*cit. supra*) associa ao conceito de *extensidade* os de: identidade, homogeneidade, materialidade, espacialidade, simultaneidade, permanência etc.; ao de *intensidade*, os de: não-identidade, heterogeneidade, sucessão, desaparecimento, desenvolvimento, análise.

A máxima unidade é a unidade absoluta da simples simplicidade do ser, do Ser Supremo que é apenas ser, sem deficiência. Tudo quanto há depende deste Ser Supremo. Dele provêm todas as unidades; todos os seres participam deste Um, participam da grande lei da integral, da Lei Suprema do Um, que rege todas as coisas. Tudo quanto é finito é unitariamente o que é, e tende a tornar-se parte integrante de uma unidade. Nada se dá que não seja unitariamente (segundo graus intensistas maiores ou menores, não importa). Esta lei é o *logos* supremo, é a lei primeira de todas as leis: *Tudo quanto é finito é unitariamente o que é e tende a tornar-se parte integrante de uma unidade.*

Ora, o número aritmético 1, o *arithmos mathematikoi* 1, simboliza a unidade, e por isto pode também simbolizar tudo aquilo quanto existe, pode simbolizar todos os entes naquilo que têm de unitário. O 1 simboliza todas as coisas enquanto unitariamente consideradas. Fundando-nos em textos genuinamente pitagóricos, verificamos que, segundo eles, o Ser Supremo Um, que é absolutamente simples, cuja essência e existência se identificam, que é uma pura forma, que é um puro *logos*, é, na terminologia pitagórica, o "Pai". Este "Pai", que é o Um considerado em si mesmo, gera um "segundo um", que é o um considerado enquanto operação, enquanto *operatio*. Gera-o por uma processão *in intra*. Desta geração *in intra* surge então o Um Criador, que é precisamente o denominado "Filho".

[A DÍADA INDETERMINADA]

Encontramos no Cristianismo a mesma concepção: o Pai e o Filho surgem como símbolo da mais estreita das correlações, pois o

Filho é filho do Pai, e o Pai é pai do Filho, de modo que a afirmação de um é a afirmação do outro.

Em linguagem filosófica, o primeiro Um, que é o *Hen Prote*,[15] é existencialmente e essencialmente ele mesmo, imutável e eterno: o Ser enquanto Ser é absolutamente ser, imutável e eterno. Mas este Ser é ativo, ele atua, ele realiza, ele opera. Este operar é um segundo papel do mesmo Ser. O operar, porém, implica escolha, implica preferência e preterição [entre possibilidades], implica, portanto, intelecção, intelecto. Desta maneira, o *Hen Prote*, o Primeiro Um, é pura Vontade, é Querer, é Onipotência, ao passo que o Segundo Um, que realiza aquilo que a potência do Primeiro Um pode, é intelecto. É este Segundo Um, o *Hen Dêuteron*, o *Hen* gerado do Ser Supremo, quem tem a função criadora.[16] Este segundo *Hen* é

[15] Sobre o *Hen Prote*, v. *A Sabedoria da Unidade*, cap. I, e *Pitágoras*, p.67 ss.

[16] Em outros termos, o *Hen Prote*, que é a onipotência, é o princípio do *Hen Dêuteron*, o qual, por sua vez, é o princípio de manifestação dos entes particulares. Para evitar confusões quanto a este ponto, René Guénon prefere chamar ao *Hen Prote* "Não-Ser", e somente ao *Hen Dêuteron* "Ser". Mas, como a noção de "Não Ser" pode ser confundida erroneamente com o "nada", Frithjof Schuon sugere a denominação "Supra-Ser". Qualquer que seja o caso, pode-se compreender que o *Arithmos arkhai* "Um" não é em si mesmo um número propriamente dito (uma vez que ele só pode ser número quando considerado diferenciadamente em relação aos demais números, que dele procedem). Assim, esta pré-unidade suprema é freqüentemente simbolizada como zero, não no sentido de que seja um "nada", mas no de indicar que transcende a numeralidade. O Princípio Supremo é assim o Um Não Numérico, ou "Zero". Cf; a respeito, René Guénon, "Remarques sur la production des nombres", em *Mélanges*, Paris: Gallimard, 1976, p.58 ss., e também Ananda K. Coomaraswamy, "Kha et autres mots significant 'zéro' dans leur rapports avec la métaphysique de l'espace", em *Le Temps et L'Éternité*, trad. Gérard Leconte, Paris: Dervy-Livres, 1976, p.117 ss.

que propriamente vai dar surgimento ao que se chama a "Díada Indeterminada", o *Hen Dyas Aoristos* dos pitagóricos. Ele é o Um-diádico, é o "Filho", o Criador, que é o Ser enquanto opera, enquanto cria. Mas não se separa abissalmente do outro, porque um é o outro, [apenas operando] numa segunda função.

Ora, por que chamar a díada de "indeterminada"? A díada é indeterminada porque a determinação implica uma determinabilidade. Ora, nossa mente é, por natureza, abstrativa, tem a tendência de separar em conceitos distintos aquilo que na realidade se dá identicamente [isto é, unido, ou como unidade]. Ora, esta díada indeterminada caracteriza-se por um poder de determinar ilimitadamente, por uma capacidade indeterminada de determinação; e, por sua vez, o determinar implica, necessariamente, que algo seja determinado. Para haver uma indeterminada determinação é necessário haver uma determinabilidade indeterminada, isto é, algo que possa receber ilimitadamente determinações. Quer dizer, ao poder ativo tem de corresponder um poder passivo; a uma potência ativa, uma potência passiva; então, traduzindo tudo isto em linguagem [aristotélica], reduzimo-lo a estes termos: o ato pode sempre determinar, e a potência é sempre determinada; mas uma determinação absoluta é impossível, porque seria um ato, e haveria então contradição *in adjectis*, pois o infinito é o poder sem fim de determinar, e, se tudo fosse já determinado, o determinado teria alcançado o limite da sua determinação; ademais, um ser determinante, enquanto tal, se atualizado plenamente no ato determinado, alcançaria o [ilimitado] quantitativo em ato, o que é absurdo. Portanto, o ato de determinar implica um limite, o limite da determinação, e ele limita a coisa determinada ou determinável.

Mas aquilo que está determinado é ilimitadamente o que está determinado; o que recebeu uma determinação é, enquanto tal, ilimitadamente ele mesmo, mas limitado pelo que não é ele; e é também limitado no que ele é, pois o é até onde é o que é, na medida em que é o que é. Deste modo, a ação criadora realiza o ilimitado que é, enquanto ele mesmo, ilimitadamente ele mesmo, mas que é limitado por si mesmo na medida em que só é o que é até onde é o que é, e limitado pelo que não é ele, que é aquilo que ainda lhe é possível ser. O determinado não é limitado pelo nada, porque o nada não limita, não tem capacidade de limitar; é limitado pela própria forma da coisa criada, e a limitação consiste nas possibilidades de determinações que ainda não se atualizaram.

Assim, mostramos, em *Pitágoras e o Tema do Número*, que a Díada Indeterminada é potencialmente infinita e é tudo quanto pode ser determinado; é, simultaneamente, o infinito potencial de determinar e o infinito potencial de ser determinado. Neste caso, o ato formativo pode determinar sem fim tudo quanto pode determinar, e a potência material, que é passiva, pode ser determinada sem fim em tudo quanto pode ser determinada. Estamos em face de um infinito potencial-quantitativo e não de um infinito quantitativo-atual, porque este, sabemos, é absurdo. Ora, a Díada Indeterminada não tem limites em si; ela é indeterminada e ilimitada enquanto tal, mas limitadora e determinadora em seu atuar. Estes dois aspectos não são independentes, pois são criados pelo *Hen*, pelo Um, dele dependem, não tendo, por isto, a absoluta simplicidade do Ser Supremo nem possuindo esta Díada a infinitude [dele], que é eterna. A díada não tem infinitude atual, mas apenas uma infinitude potencial; infinitude potencial que é dada pelo poder, pela potência infinita, ativa, de determinar sem limite final.

Encontramos neste pensamento o fundamento da "criação *ab aeterno*" dos pitagóricos, pois a Díada Indeterminada não tem princípio no tempo, uma vez que o tempo já implicaria determinação e coisas determinadas. O tempo começa quando o ato formativo modela a potência materiável. O tempo refere-se às coisas determinadas limitativamente. Deste modo, a Díada, que não é eterna pois não é durável *tota simul*, contém relações das mais diversas. O *Hen*, este, não é temporal, porque o tempo só se pode dar na sucessão das coisas determinadas por aquela Díada gerada; [o *Hen*] pertence, portanto, a uma duração que é *tota simul*, ao passo que a Díada Indeterminada não é simultânea nas suas determinações, mas nela se dá uma sucessão, de maneira que a duração desta díada é eviterna, ela se dá através de uma sucessão, enquanto o *Hen Prote* e o *Hen Dêuteron* são ambos eternos.

[O Ato e a Potência]

Tanto o ato formativo quanto a potência materiável são positividades e não meros nadas. Se se distinguem formalmente, distinguem-se também na realização do ente determinado. São duas positividades, são duas posições, são dois aspectos téticos, que se colocam um ante o outro, isto é, uma posição *ob* outra posição; dá-se, portanto, [entre elas] uma *o-posição*. Ambas são positivas, mas são correlativas, porque a capacidade de ser determinado é a capacidade de ser determinado [pelo] ato determinante; e o ato determinante é o ato de ser da capacidade de determinação. De maneira que, nesta concepção, forma e matéria, como se chamarão na filosofia aristotélica, são correlativas, e não se dão propriamente separadas, neste sentido: a forma é a forma que determina.

Melhor seria usar a expressão: ato e potência. O ato é o ato da potência; a potência é a potência do ato. O ato é que determina; é a capacidade determinante da capacidade determinável da potência. O ato determinante a que se não ob-pusesse a possibilidade de ser determinado perderia o seu poder. De forma que a Díada, enquanto ela mesma, é uma espécie de substância universal, é o que sub-está em todas as coisas, porque é dela que surgem todas as coisas. Na linguagem aristotélica, a "matéria" é a "substância primeira", é a *ousia prote*, e a forma seria a "substância segunda", a *ousia dêutera*. O ser finito então seria a composição destas duas positividades. Esta também é a tese pitagórica, com a distinção de que a substância é uma só, uma mesma realidade com uma dúplice capacidade de determinar – seu aspecto atual – e de ser determinada, que é o aspecto passivo.

Deste modo, tudo quanto há de finito é produto desta oposição, e esta é a razão por que, na classificação das leis pitagóricas, a lei da oposição vem em segundo lugar à lei da unidade; ela decorre da lei da unidade, porque a oposição implica duas unidades: a unidade determinante e a unidade determinada; e daí surge então a idéia de *categoria*. A primeira categoria pitagórica é a *substância*, mas a substância neste sentido, de ser simultaneamente o que nela se opõe, [isto é, de ser] as duas positividades que são o fato formativo e a potência materiável, que surgem em qualquer ser finito.

Ora, vemos que esta concepção é perfeitamente adequada ao pensamento fundamental do aristotelismo, como também ao pensamento fundamental da escolástica e de toda filosofia bem orientada. As dificuldades que podem surgir, filosoficamente, e que serão resolvidas na parte concreta da Matese, dizem respeito à distinção que se deve estabelecer entre ato e potência, se uma distinção real, física, ou não. Nós, por exemplo, nos colocamos numa posição pitagórica em que não há um abismo entre ato e potência, porque o ato finito, que pertence ao contexto *beta*,[17] e a potência, que só pertence ao contexto *beta* no seu sentido passivo, são inseparáveis e constituem a mesma realidade sob dois aspectos formais diferentes, com funcionalidade diferente, daí por que os escotistas, por exemplo, afirmam este aspecto correlativo e admitem que o ato correspondente ao contexto *beta* – não o ato do contexto *alfa* – é nada mais que o ato da potência e a potência nada mais é que a potência do ato.

Esta discussão terá de clarear-se mais adiante. De antemão, já sabemos que está, para a nossa concepção matética, perfeitamente clareada, porque no contexto *beta*, que é o contexto das coisas *ab alio*, das coisas finitas, o ato não pode ser um ato separado totalmente da potência. Este ato tem de ser um ato de certo modo potencial, em sentido também passivo, porque do contrário seria ato puro e ato puro só pode dar-se no conceito *alfa*, que é o contexto de ser *a se*. A posição dos escotistas, aqui, inevitavelmente, terá de ressaltar como mais justa e mais segura do que a tomista – "tomista" no sentido dos tomistas [como escola, isto é, dos epígonos], não de S. Tomás [em particular], pois oportunamente mostraremos que S. Tomás, o pensamento legítimo de S. Tomás, aceitaria a solução escotista.

Temos assim perfeitamente estabelecidas as duas primeiras leis: a *lei do um*, que é a lei da unidade, e a *lei da oposição*, que rege todas

[17] "O contexto do absolutamente simples, na Matese, chama-se contexto *alfa*. O contexto do relativamente simples e do composto de qualquer espécie é o contexto *beta*" (*A Sabedoria dos Princípios*, p.158).

as coisas, incluindo as coisas do contexto *alfa*, porque, como estabelecemos, [entre] o *Hen Prote* e o *Hen Dêuteron*, entre os dois uns, o um primeiro e o um segundo, existe uma oposição, só que esta oposição é apenas transcendental, não é uma oposição tal como a que se dá no contexto *beta*, em que os limites podem ser determinados fisicamente, ao passo que lá [no contexto *alfa*] a determinação é apenas de papéis, porque o "Pai", como gerador, e o "Filho", como gerado, isto é, a Vontade, que corresponde à Onipotência, e o "Filho", que corresponde ao Entendimento, à Intelecção, estes dois distinguem-se, mas, no fundo, a infinita Onipotência implica necessariamente um infinito Entendimento, a Onissapiência, que implica necessariamente o outro [isto é, a Onipotência], forma[ndo] ambos a mesma natureza, embora com papéis diferentes.

2 [A Lei da Oposição]

Ora, tudo quanto é finito é produto desta oposição entre o ato determinante e a potência determinável. Esta lei, este *logos* da oposição, é simbolizado pelo número 2. Todas as coisas do contexto *beta*, todas as coisas finitas, são compostas de duas ordens de ser, no mínimo. Encontramos sempre uma alternância, encontramos sempre uma oposição, encontramos sempre uma ordenação dos elementos que a compõem, que constituem a sua tectônica. Todos os entes do contexto *beta* possuem uma duplicidade tectônica, a sua estrutura forma-se duplicemente, sob muitos aspectos. Há sempre díadas opositivas, que são [expressas] através de todos os pares de contrários, que constituem polaridades, não só de todo filosofar, como de todas as mais primárias classificações e divisões humanas. Não é possível estudarmos

qualquer ente sem que o olhemos, primeiramente, sob seu aspecto de unidade, e, segundo, sob seu aspecto dualístico, isto é, sob o aspecto das oposições, que constituem a sua tectônica ou que regem o seu modo de ser. Assim, temos a oposição entre o princípio ativo-passivo do determinante e o passivo-ativo do determinado, donde surge toda a heterogeneidade dos seres finitos. A determinação estabelece o limitado e o ilimitável, pois todas as coisas são formalmente ilimitadas, mas materialmente limitadas. Todas as coisas podem ser visualizadas do ângulo da sua unidade, como do ângulo da sua dualidade; todas as coisas podem ser olhadas como um feixe de oposições de contrários, como afirma o pitagorismo. Nenhum conhecimento nosso é perfeito sobre alguma coisa se não a estudamos sob o aspecto da sua unidade e sob o aspecto dos opostos, que são classificados diadicamente, e que constituem o seu próprio ser. As duas leis fundamentais são, portanto: a *lei da unidade* e a *lei da oposição*. Os opostos são imprescindíveis, são necessários, são mais do que necessários no contexto *beta*, são "absolutos". O diádico rege todas as coisas e ao mesmo tempo transcende todas as coisas finitas.

A oposição fundamental que se manifesta em todos os seres é o princípio de todos os entes finitos. Por isto a oposição apresenta-se como fundamental no pitagorismo. Os opostos estão frente a frente, um é referido ao outro, correlativos ambos, pois o ato formativo é o ato formativo da potência materiável, como a potência materiável é a potência materiável do ato formativo. Portanto, ambos constituem um *hipokêimenon* no sentido grego, a subsistência última da substância universal.

Chegamos, assim, às duas primeiras leis. Ora, da referência que se forma entre um e outro destes propostos, deste *relatum*, deste

estar um *ab aliud*, deste referir-se necessário de um *ab aliquid*, "a outro", é que surge a relação que necessariamente se forma desta própria oposição, porque estes entes opostos são analogados por um termo comum. Estes entes do contexto *beta* são opostos que constituem a mesma realidade, daí então surgir a terceira lei, que é a *lei da relação*, também chamada *lei da série*, que examinaremos na próxima aula.

II. As demais leis da Década

3 [Lei da Relação]

Encontramos em seguida a chamada lei da série ou lei da relação. Vimos no capítulo anterior que os opostos são relativos, são imprescindíveis um ao outro no mundo do contexto *beta*, porque a potência materiável tem sempre uma forma, o que exige o ato formativo, a determinação, pois o determinante só é determinante quando há o determinável a ser determinado.

A lei da relação é, pois, fundamental nos seres criados, nos seres do contexto *beta*, pois estes não podem existir, não podem dar-se, sem a correlação entre os opostos; e é desta correlação que surge o ente finito, porque este, para usarmos as expressões aristotélicas, tem uma forma e uma matéria.

Mas é preciso distinguir entre a relação enquanto lei e as outras relações acidentais que o ente possa depois manter com outros entes, ou que, na sua acidência, possam manter os acidentes uns com os outros. A relação a que nos referimos é uma relação principial,[1] pois sem ela o ser não surge; ela é, conseqüentemente, uma necessidade do ser, e uma necessidade absoluta. Ela constitui propriamente uma categoria e ao mesmo tempo uma lei. É uma categoria

[1] "Principial" significa tudo aquilo que se refere ao domínio dos princípios, em contradistinção à ordem da manifestação ou da contingência. O termo foi introduzido no vocabulário filosófico do século XX por René Guénon.

porque se dá nas coisas e podemos classificá-las segundo o seu aspecto relativo,[2] como uma classificação última. Mas é também uma lei, que rege as coisas do contexto *beta*. (Também no contexto *alfa* há relações de caráter transcendental, embora noutras condições, diferentes, distintas do modo de regência dos entes que constituem o contexto *beta*.)

Não poderíamos conhecer bem nenhum ser se não o considerássemos pelo lado da sua unidade, pelo lado das suas oposições e pelo lado das suas correlações, das relações que se formam entre os opostos. É preciso conhecer também as relações que brotam, que principiam junto com o surgimento desse ser, porque todo ser diádico, que é um ser do contexto *beta*, que é um ser finito, é um ser que começa a ser simultaneamente com a sua unidade, com a sua oposição e com as suas relações.

Nas relações que se formam entre os opostos principais, surgem o desequilíbrio e o equilíbrio, porque há uma matéria semiformada e graus de proporcionalidade que caracterizam o modo de ser específico da coisa quanto à sua perfeição específica. O equilíbrio e o desequilíbrio surgem também como categorias, subordinadas, naturalmente, à oposição; são subcategorias, [tal como] Platão falava do *mácron* e do *mícron*, que eram subcategorias da oposição porque o grande se refere à máxima determinação e à máxima determinabilidade, e o *mícron*, o pequeno, à mínima determinação e à mínima determinabilidade; quer dizer, o ser de mínima determinabilidade será conseqüentemente o ser de máxima determinação, e, portanto, o *mácron* e o *mícron* estavam sempre juntos, em relação inversa. É por esta razão que Platão falava no grande e no pequeno da díada indeterminada, que é a díada menor, a díada que vem depois do *Hen Prote*, é o *Hen Dêuteron* que é o segundo, o *Hen Dyas Aoristos*.

[2] Isto é, segundo os vários tipos de relações possíveis entre os opostos que a compõem. As leis como categorias ficarão mais esclarecidas adiante, nos parágrafos referentes às leis n.6 e 9.

4 [Lei de Reciprocidade, ou Lei do Quaternário]

Ora, nas relações dentro do ser do contexto *beta*, os opostos são simultaneamente ativos e passivos, mais ou menos ativos ou passivos, de forma que a parte ativa de um atua sobre a parte passiva do outro e vice-versa. Existe entre eles uma interatuação, de que é símbolo o *Yin-Yang* chinês. Este é um símbolo de interatuação, porque o *Yang* não é puramente ativo, nem o *Yin* puramente passivo; o *Yang* é predominantemente ativo-passivo e o outro é predominantemente passivo-ativo. A interatuação que se dá em todo ser finito revela-nos que há uma atuação eficiente, mas compreporcionada à natureza não só daquilo que é eficiente mas também da eficacidade que possua aquele que sofre a determinação. A capacidade de determinar de um está conseqüentemente proporcionada à capacidade de ser determinado do outro. Uma parte deste sofre a ação, e naturalmente uma parte, de certo modo, resiste. Toda determinação de um ente do contexto *beta* mostra uma resistência. O barro, como matéria do tijolo, oferece uma resistência, exerce também uma ação delimitante sobre a forma que a causa eficiente busca imprimir nela. Então, surge aqui a quarta lei fundamental, a lei da interatuação, que é a lei da reciprocidade. Os opostos analogados, nas suas relações, mais do que interatuam: reciprocam-se. A lei do quaternário simboliza, em muitas concepções

religiosas, a ordem cósmica, enquanto vista do ângulo material. Todas as coisas materiais são regidas por estas quatro leis: do um, do dois, do três e do quatro; então, estas quatro leis vão constituir as leis fundamentais de toda a ordem cósmica material. Esta é uma das definições, ou, melhor dizendo, um dos conteúdos simbólicos que se procura dar à tétrada de que falavam os pitagóricos.

Esta lei da reciprocidade observa-se em todos os entes na sua oposição intrínseca, na oposição que se forma entre os opostos analogados que interatuam e também nas oposições extrínsecas e nas interatuações extrínsecas. De maneira que todas as coisas podem ser vistas unitariamente em si, diadicamente nas suas oposições, ternariamente na sua série (nas suas relações e também como começo, meio e fim) e quaternariamente como resultado da reciprocidade dos opostos, os quais se interatuam proporcionadamente à sua capacidade determinante e à sua capacidade determinável. A lei da reciprocidade rege a evolução primária e fundamental dos entes finitos, rege a dinamicidade dos seres finitos. É a chamada "lei da evolução fundamental",[3] para os pitagóricos.

5 [Lei da Forma, ou Lei do Quinário]

Esse interatuar dos opostos não ocorre apenas no momento em que o ser principia, mas também vai decorrer por todo o processo de sua duração. É o que vai caracterizar aquilo que Heráclito sentiu no devir das coisas: o *pólemos*, a luta constante entre os opostos, que se determinam mutuamente de modo diverso, [a qual] vai gerar a heterogeneidade intrínseca do ser singular, do ser finito. Entretanto,

[3] V. adiante, n.29.

esta reciprocidade dos opostos realiza-se dentro de uma lei de proporcionalidade intrínseca do ser. A maneira de disporem-se as partes no seu atuar e no seu sofrer, portanto a maneira de disporem-se os opostos, é o que vai constituir a lei da proporcionalidade intrínseca, ou a lei da forma concreta, da forma que se dá na coisa, *in re*. Esta é a lei do cinco, a lei da forma. Todas as coisas que constituem uma unidade, que têm os seus opostos, que mantêm as suas relações e têm a reciprocidade entre estes opostos, todas elas têm uma forma, têm uma lei (um *logos*) de proporcionalidade intrínseca. Esta é tectonicamente constituída, na sua estrutura, da forma como a coisa é disposta, segundo o modo de ser da sua forma. Onticamente, a coisa é composta do que a constitui, dos opostos que a constituem, mas a forma revela-nos a disposição do *logos* desta coisa, das suas proporções intrínsecas. De maneira que a reciprocidade dos opostos se dá dentro dos limites estabelecidos por esta lei, que é a forma concreta, a forma *in re*, porque, se ela não fosse comproporcionada a esta forma, então a coisa sofreria ou realizaria *per se* o que é desproporcionado à sua natureza, a qual é o princípio da sua ação e também da sua paixão, o seu princípio ativo e também passivo. Uma coisa, para ser devidamente compreendida, exige também ser quinariamente considerada, isto é, ser enfocada segundo a lei de proporcionalidade intrínseca que a rege, pois as suas possibilidades e seu atuar são comproporcionados à sua forma concreta.

Assim, temos que a forma é um *arithmós eidétikos in re*, simbolizado pelo cinco, pela estrela de cinco pontas, que também é o símbolo do homem, e é o símbolo do homem porque é o homem aquele ente que é capaz de captar estas formas, é o ser que intencionalmente as alcança, de modo comproporcionado à sua própria esquemática humana.

Conhecer um ser formalmente, conhecer a reciprocidade que decorre da interatuação dos seus opostos relacionados, que vão constituir também a sua substância, é ter dele uma visão quinária.

6 [Lei de Harmonia, ou Lei do Senário]

Todo ser finito, por sua vez, constitui uma unidade, constitui uma totalidade, constitui um *arithmós plethos*, que é o *arithmós* da sua totalidade. Esta totalidade tem uma coesão, o poder que coacta, que coerencia as suas partes, que coerencia os elementos constitutivos das suas estruturas diadicamente opostas.[4]

Como totalidade, há nele uma função principal, que é aquela que pertence ao todo, à qual se subordinam as funções subsidiárias dos opostos, que as analogam ao *hipokeimenon*[5] deste ser. As funções subsidiárias subordinam-se à função principal, a qual obedece ao interesse da totalidade. Quando o funcionar de todas as partes com as respectivas subsidiárias se subordina à normal dada pela totalidade, temos então o que os pitagóricos chamavam de harmonia. A harmonia é a sexta lei que rege todos os entes finitos, e é simbolizada pelo hexagrama.

A lei da harmonia não é o resultado de uma simetria dos opostos, mas sim a subordinação das funções subsidiárias dos opostos

[4] O tema da coação, que mantém juntas as partes, anuncia aqui o conceito de *tensão*, que foi objeto de uma das principais obras do autor, a *Teoria Geral das Tensões*, inédito cujo manuscrito está sendo preparado para edição. Algo deste conceito é explicado mais adiante (cap. III, logo após o enunciado da lei 18). V. tb. *Filosofia Concreta*, vol. III, p.129-38, e *A Sabedoria da Unidade*, cap. IV.

[5] *Hipokêimenon* = "substrato material".

analogados a uma normal dada pelo todo segundo o interesse desta totalidade, que pode naturalmente ter graus de intensidade maior ou menor.[6] A harmonia que observamos numa célula, num ser vivo, é muito maior do que a harmonia que podemos observar num artefato.

Não só os entes enquanto tomados unitariamente constituem conjuntos harmônicos, mas também, enquanto unidades, podem ser elementos componentes de totalidades, de séries, de sistemas, em suma: de estruturas maiores, às quais se subordinam. A lei da harmonia impera assim em todas as coisas, e, quando uma coisa rompe esta lei, tal rompimento é apenas aparente, porque propriamente, ao romper-se a harmonia de um conjunto, a unidade passa a integrar-se na harmonia de outro conjunto. Assim, a lei da harmonia que rege o universo do contexto *beta* proclama que as funções subsidiárias dos elementos componentes ordenados no conjunto das oposições funcionam obedientes a uma normal dada pela totalidade à qual pertencem. Como, naturalmente, nas coisas finitas, nas coisas do contexto *beta*, há graus de ser, há também graus de harmonia. A desarmonia, então, não rompe, não quebra a lei da harmonia universal, quebra apenas uma harmonia determinada, passando aquele elemento a atuar numa outra harmonia.

7 [Lei de Evolução, ou Lei Setenária]

A harmonia implica, assim, também a desarmonia, porque esta é uma harmonia nova em oposição a outra harmonia; de maneira

[6] Sobre graus de intensidade e graus de extensidade, v. tb. *Filosofia e Cosmovisão*, parte II ("Cosmovisão"), cap. III.

que os aspectos harmônicos podem opor-se, e a desarmonia que surge está nesta oposição. Nas mutações substanciais, nas mutações de toda espécie, vamos observar que em todos os casos elas obedecem, de certo modo, à lei da harmonia; e, ao romper-se esta harmonia, [os seres que a romperam]integram-se em uma nova harmonia. Assim, há verdadeiros saltos específicos, saltos qualitativos que se dão na passagem de um estado harmônico para outro estado harmônico. Esta passagem é simbolizada pela lei do 7, que é a lei da evolução cósmica.[7]

[Assim como] temos de ver cada coisa concretamente pelo seu aspecto unitário, pela oposição intrínseca e extrínseca, pelas relações (série), pela interatuação e pela forma, temos também de concebê-la dentro da harmonia à qual pertence, e depois também

[7] O termo "evolução" não é usado pelo autor nem no sentido darwiniano (com todas as suas implicações ideológicas no sentido de crença num suposto "progresso indefinido"), nem, muito menos, no sentido do evolucionarismo pseudo-espiritual posto em moda pelas correntes ocultistas. Como ele próprio esclarece, "não se trata de evolução no sentido axiológico", isto é, de passagem de um "pior" para um "melhor", e sim de passagem de uma "anterioridade" para uma "posterioridade". Por sua vez, "anterior" e "posterior" não têm aqui um sentido temporal, mas lógico, ontológico e matético. Segundo o A., "anterioridade" e "posterioridade", implicando uma "prioridade" hierárquica, são leis matéticas, leis universais independentes de toda e qualquer manifestação e, *a fortiori*, da manifestação temporal. V., por exemplo, *A Sabedoria dos Princípios*, p.29-30. É preciso dizer isto para cortar pela raiz qualquer tentativa de explorar uma terminologia mais ou menos casual do autor em favor de teses que ele repudiaria totalmente. No tocante ao evolucionismo em particular, Ferreira demonstrou, em *Noologia Geral*, a impossibilidade de explicar a emergência das capacidades abstrativas de terceiro grau no homem pela evolução animal, e, a respeito de Teilhard de Chardin, disse que era filosoficamente "chocho" (*conferência inédita*).

pelas suas possibilidades de romper esta harmonia e de constituir, então, um elemento de uma nova forma.

8 [Lei de Superação, ou Lei do Octonário]

Mas esta evolução, também ela, se dá através de graus, através de mutações, contidas dentro das possibilidades da natureza das coisas. Quer dizer: nas suas relações, na sua interatuação com outras, a coisa vai sofrer mutações, que são correspondentes, contudo, à sua forma. Este desenvolvimento que se contém ainda dentro da sua forma é a sua evolução normal, porque se trata de modificações comproporcionadas ainda à sua forma. Mas, quando se dá o rompimento da sua harmonia e ela passa a possuir outra forma, isto é, quando se dá a sua corrupção e ela passa a constituir o elemento de uma nova estrutura, de uma nova harmonia e com outra forma, então [se dá] o fenômeno da *assunção*, da *superação*, ou da lei da *evolução superior*, que é simbolizada pelo número 8, a lei do octonário.

9 [Lei da Integração, ou Lei Nonária]

Todas as evoluções tendem a chegar aos seus limites e a passar para uma forma evolutiva outra, superior, não em sentido axiológico, mas no sentido de "posterior", logicamente, ontologicamente e mateticamente. Esta lei encontramos simbolizada nas religiões, pela idéia da ressurreição, pela idéia da salvação do ser que é então retirado do ciclo da evolução, isto é, o ser segue o seu fadário e depois, então, [se salva], salta deste estágio para um estágio superior, para o qual tendem todas as coisas, em direção a

uma integração posterior no Todo, no grande Todo, integração esta que é simbolizada pela lei unitiva de todos os seres cósmicos, que é a lei da *integração universal*, a lei da *coerência final de todas as coisas* que constituem o contexto *beta*. A lei que determina este movimento em direção à integração no Todo, é a lei do 9, ou lei nonária.

10 [Lei da Unidade Transcendente, ou Lei Denária]

Todas as coisas integradas no Todo seguem a direção do Bem que lhes é transcendente, em direção à *unidade transcendental*, à Unidade que está acima de todas as coisas, que é a fonte, a origem de todas as coisas, que é o Ser Supremo, que por sua vez é a Lei das leis, o *Logos* dos *logoi*, a lei da Unidade Transcendental, a lei que rege todas as coisas na sua aspiração ao Bem Supremo.

[Conclusão das Leis da Década]

Todas estas leis são simultâneas no seu atuar sobre todas as coisas, quer delas tomemos ou não consciência, quer as compreendamos ou não; tudo no universo é regido por estas leis. Estas dez leis são simultâneas porque provêm do contexto *alfa*, e atuam sobre o contexto *beta*. As coisas do contexto *alfa* estão sujeitas somente até a lei da harmonia. Elas não sofrem uma evolução, porque não sofrem mutações intrínsecas nem ações extrínsecas. Não dão saltos específicos, portanto não conhecem a lei do sete, não são regidas pela lei do sete, nem pela do oito, nem pela do nove. Elas são transcendentais a estas leis. As coisas do contexto *beta* são regidas pelas dez leis.

Se fizemos tanta questão de salientar estas dez leis, de falar tanto sobre elas, é para que elas se gravem para sempre, com aquelas palavras dos pitagóricos: "Que a Tétrada Sagrada se grave na vossa mente como se fosse marca de fogo", porque destas dez leis surgem todas as outras leis, as leis binárias, as leis ternárias, as leis quaternárias, que passaremos daqui por diante a estudar.

III. Leis Diádicas e Parte I das Leis Triádicas

Nas duas aulas anteriores, estudamos as dez leis fundamentais que atribuímos ao pitagorismo. A prova robusta e apodíctica da validade destas leis para todas as coisas no contexto *beta* é algo que já fizemos ao longo de nossos trabalhos, e que julgamos ser suficiente, porque chegamos por ela a verdadeiros juízos de necessidade, encontramos as razões, não só *propter quĭd* como também *quia* das referidas leis. Necessariamente, toda coisa finita está submetida a uma lei da unidade, a uma lei da oposição, a uma lei da relação, a uma lei da reciprocidade, a uma lei da forma, a uma da harmonia, a uma lei da evolução, a uma lei da assunção, a uma lei da integração no Todo, e, finalmente, a uma lei da década ou Lei da Unidade Transcendente.

Agora, vamos estudar as leis diádicas, isto é, a presença destas dez leis nas suas combinações, que dão: um-dois, um-três, um-quatro, um-cinco etc.; dois-três, dois-quatro, dois-cinco etc.; três-quatro, três-cinco etc.; quatro-cinco, quatro-seis etc.; cinco-seis, cinco-sete etc.; seis-sete, seis-oito, seis-nove; sete-oito, sete-nove; e oito-nove. Depois passaremos às leis triádicas: um-dois-três, um-dois-quatro, um-dois-cinco, e assim sucessivamente.

Estas leis, à primeira vista, pareceriam de difícil memorização, mas, desde que tenhamos perfeitamente claras as dez leis fundamentais, é fácil fazer as combinações. A lei do um-dois é a lei da unidade-e-oposição, é a lei que diz: "No contexto *beta*, toda unidade é constituída de uma oposição", ou então: "O oposto é fundamental à unidade no contexto *beta*", ou ainda: "Onde houver um ente do contexto *beta*, há unidade e oposição".

Assim, podemos prosseguir, dando às leis os títulos dos números na seqüência cardinal: 13, 14, 15 etc.

13 [Unidade, Relação]

A lei um-três enuncia-se: Toda unidade do contexto *beta* tem relações intrínsecas entre seus elementos (relações que implicam os opostos, assim como, na seqüência dos números, o dois está implicado entre o um e o três).

Esta lei significa que toda unidade pode ser vista triadicamente, tanto nas relações entre os opostos que constituem a sua estrutura, como também nas relações extrínsecas que acaso mantenha. Um ente do contexto *alfa* também mantém relações, também é regido pela lei um-dois e pela lei um-três, mas a reciprocidade, a interatuação (lei 4) já não se refere ao contexto *alfa*, porque os opostos constituintes da unidade neste plano não interatuam, ao passo que, no contexto *beta*, sim.

14 [Unidade, Reciprocidade]

Enuncia-se assim: Em toda unidade do contexto *beta* encontramos uma reciprocidade (dos opostos e das relações). Ou: A unidade do ser do contexto *beta* é produto também da reciprocidade que surge das relações dos opostos constituintes da sua estrutura.

A vantagem do conhecimento destas leis é que já nos anunciam com antecedência o caminho da nossa investigação. Se queremos

investigar alguma coisa do contexto *beta*, devemos procurar nelas a presença destas leis, porque todas estas leis binárias são atuais neste contexto.

15 [Unidade, Forma]

A forma de uma unidade do contexto *beta* é a lei de proporcionalidade intrínseca da reciprocidade entre os opostos constituintes da sua tectônica ou das estruturas que constituem a sua tectônica.[1]

17 [Unidade, Evolução]

Toda unidade do contexto *beta* tem um desenvolvimento evolutivo comproporcionado à harmonização da sua forma, e esta, conseqüentemente, à influência da reciprocidade nas relações entre os opostos constituintes da sua estrutura.

18 [Unidade, Assunção]

Toda unidade do contexto *beta* está sujeita a sofrer uma mutação formal, passando do ciclo evolutivo da sua forma para o ciclo evolutivo de uma outra forma, da qual passará a constituir parte.

[Conclusão das Leis Binárias]

E assim por diante. As leis binárias são todas elas fáceis; se trabalhamos, por exemplo, com a lei dois-três, já sabemos que entre os opostos se dão relações; com a lei dois-quatro, que entre os opostos se dão relações de reciprocidade; com a lei dois-seis, que entre os opostos que mantêm entre si relações de reciprocidade, regidas pela lei de proporcionalidade intrínseca, se forma conseqüentemente uma harmonia, isto é, que estes opostos estão analogados pela normal das suas funções, estão subordinados à normal da função que segue o interesse da totalidade.

O enunciado destas leis revela-se imediatamente a nós. Assim, podemos prosseguir, por exemplo, com a Lei 45, ou lei quatro-cinco, cujo enunciado é: *A reciprocidade é regida por uma forma.* E podemos passar ao cinco-seis, ao cinco-sete, ao oito-nove e assim sucessivamente. Estas leis permitem vários enunciados concordantes entre si, porque cada uma pode manifestar[-se] de muitas maneiras nas coisas; e pela observação dos fenômenos discernimos estas maneiras.

[Leis Ternárias: Parte I – Nota sobre as Tensões]

O que vai mais interessar estudar são as leis ternárias, mas, para compreendê-las – e também às leis quaternárias que delas decorrem – precisamos dar uma noção que não pertence propriamente à matéria deste curso, e sim a um estudo especial-analítico em separado, que é a noção de *tensão*, da qual tratamos extensivamente na nossa *Teoria Geral das Tensões*.[2] A tensão revela-se na coerência de uma unidade. Toda unidade do contexto *beta* revela uma coerência,

[1] "Emprega-se na Matese o termo tectônica para indicar a construção de uma coisa. Assim, a forma e a matéria aristotélicas constituem a tectônica da coisa" (*Dicionário*, t. IV, p.1320).

[2] Manuscrito inédito, que forma o vol. IX da série *Mathesis*. V. *Introdução do Editor*.

e esta coerência é a tensão.[3] Em toda unidade finita, os elementos constituintes das estruturas que formam a sua tectônica estão coactamente subordinados às normais que já examinamos, e esta coação é a tensão.

A tensão, embora seja sempre o que é, pode prefixar-se, pode acentuar-se em intensidade ou extensidade[4] conforme o vetor que assuma, ou seja: para dentro de si (intensa), ou distanciando-se de si (extensa). Mas a tensão, em si, não é *in* nem *ex*, ela é o que ela é: é um ato, um esforço que coacta, que co-acta vários elementos intrínsecos, subordinando-se à normal[5] dada pela forma, que é a lei de proporcionalidade intrínseca que já estudamos.

Coerência vem de *haeres*, de onde vem também "herança". A tensão manifesta-se na coação com que as partes subordinadas à normal *co-erem*[6] a totalidade. Há tensão sempre que uma forma se estabelece, subordinando elementos diversos a uma normal da unidade. *Coerência* e *coesão* são termos sinônimos, porém podemos estabelecer uma distinção, porque a palavra "coerência" enfatiza o funcionamento harmônico das partes coordenadas, e portanto enfatiza a ordem – lembrem-se do que estudamos sobre o conceito de ordem, na parte sintética[7] –, ao passo que "coesão" indica, antes, o grau de inerência que coacta estes elementos na solidez da totalidade. A coerência indica a seqüência harmônica; a coesão, a solidez da estrutura. Toda tensão é gradativa e, portanto, escalar.

Finalmente, é preciso ter em vista que, em alguns casos, a tensão que produz a unidade da coisa existe apenas na nossa mente, é um dado meramente de razão, ou um ser subjetivamente estruturado; em outros casos, a tensão se dá na coisa mesma, e então temos a unidade da coisa em si mesma, a unidade *in re*. Estas regras fundamentais da teoria das tensões vão-nos auxiliar agora na compreensão das leis ternárias que passaremos a estudar, e que oferecem possibilidades muito maiores de enunciados diversos do que encontramos nas leis binárias.

123 Unidade, Oposição, Relação

As relações imanentes de uma unidade surgem das oposições dos elementos intrínsecos, ou seja: Os opostos, constituintes de uma unidade, mantêm relações diretas entre si (estamos sempre falando no contexto *beta*).

Segunda interpretação: Uma unidade composta de opostos elementares não é uma unidade absolutamente simples, e as relações decorrentes não são meramente transcendentais. É uma conclusão que se tira normalmente desta lei.

[3] "*...e esta coerência é a tensão*": frase infeliz, que não expressa o verdadeiro pensamento do autor. A tensão não se constitui da coerência como tal, que é pura forma lógica, mas da coação, da força coesiva que, nos entes reais, mantém a forma da sua coerência.

[4] V. n.19.

[5] O *Dicionário* de Mário Ferreira não traz a definição do s. f. *normal* (mas só do correspondente adj.). O termo é usado em geometria analítica para designar a perpendicular a uma curva ou superfície. No contexto, designa, por extensão do seu significado geométrico, a linha de possibilidades logicamente coerentes com a forma (ou proporcionalidade intrínseca) do ente. Se tomarmos esta forma como uma curva ou superfície, aquela linha de possibilidades será a sua *normal*.

[6] Lat. *co-herent*, "estão um grudado no outro", de *haero*, "estar grudado, estar unido".

[7] V. *A Sabedoria da Unidade*, cap. XXV.

Terceira: Toda unidade em que seus elementos são opostos e se inter-relacionam diretamente não é uma unidade absolutamente simples, não pertence ao contexto *alfa*.

Quarta: Numa unidade absolutamente simples, as relações dos opostos só podem ser transcendentais e nunca reais-físicas, porque aqui já estamos trabalhando com a dialética dos chamados *lugares*; ou seja: No tópico das oposições, nem tudo o que predicamos do contexto *alfa* pode ser predicado no contexto *beta*, dadas as condições de um e de outro. O que predicamos do contexto *alfa*, se pertence à predicação do contexto *beta*, será sempre de modo transcendental e nunca de modo que se assemelhe ou se univoque com as características do contexto *beta*; serão sempre analogias que formamos, será uma predicação de caráter simbólico. As predicações próprias do contexto *beta*, [quando] aplicadas ao contexto *alfa*, serão sempre simbólicas; nunca poderão ser unívocas, porque, do contrário, univocaríamos dois contextos que não se podem reduzir um ao outro.

De maneira que, numa unidade qualquer, a relação dos opostos é o fundamento da sua ordem. Lembrem-se da *ordem*. O grau de coerência de uma unidade é comproporcionado ao correlacionamento de seus opostos intrínsecos.

A ordem é o correlacionamento dos elementos intrínsecos em oposição, de que se forma uma unidade. Sempre que opostos funcionam analogamente a algo, há uma ordem e, conseqüentemente, uma norma. Há, pois, uma normal, à qual o todo obedece, ou seja, o seu funcionar dá-se segundo o que estabelece a normal; isto vai surgir já como uma lei quaternária, a lei 1236, porque esta lei já decorre da presença da harmonia, [do mesmo modo que,] quando dizemos [que] o grau de coerência de uma unidade é proporcional ao correlacionamento dos seus opostos intrínsecos, já estamos

chegando à lei 1235, porque já chegamos, então, quaternariamente, à *forma*. Quer dizer, [partindo] da unidade, [da] oposição, [da] relação, [etc.],vamos chegar a essas outras leis [i.e., às leis quaternárias], das quais não vamos tratar porque elas podem ser deduzidas muito facilmente dos princípios que já enunciamos.

Vamos ver outro enunciado: *Onde há relação, há série*. A série implica três termos, pelo menos, e na relação há os referentes e a razão da referência. Onde há relação, há analogia, porque, para que dois termos mantenham uma *proportio*, é mister que seja suplantado qualquer abismo diacrítico;[8] eles não podem estar abissalmente separados. Entre dois relacionantes, há uma crise superável, portanto, e apenas uma crise superável.

O fundamento da relação é uma norma, uma normal; onde há ordem, há uma normal; onde há uma normal, há ordem. A relação tem sempre uma normal, portanto uma ordem. Os conceitos de *ordem* e de *normal* implicam o de *relação*. E, finalmente, os termos relacionam-se objetivamente nas referências entre si e subjetivamente no homem, segundo o fundamento da analogia eidética. Assim, há tantos fundamentos quantas são possíveis as maneiras de tomar as referências.

Todos estes enunciados decorrem da lei 123: unidade, oposição, relação.

124 Unidade, Oposição, Reciprocidade

Esta lei pode ter vários enunciados: ela pode ser tomada sob vários aspectos, e estes vão revelar a regência desta lei.

[8] Sobre o conceito de abismo diacrítico, v. *Filosofia da Crise*, p.55-9.

[Primeira interpretação:] Numa unidade do contexto *beta*, os opostos interatuam-se entre si.

[Segunda:] A interatuação dos opostos intrínsecos de uma unidade revela a classe de sua coerência.

Outra: Onde há interatuação, há opostos constituintes de uma unidade, ou: Onde há interatuação, os opostos que exercem entre si um atuar e um padecer são constituintes de uma unidade que os coerencia. Onde há reciprocidade, há atuação e padecimento mútuos, obedientes a uma ordem.

Os opostos intrínsecos de uma unidade não são indiferentes entre si, porque não há um abismo entre eles. Quando um ser atua sobre outro, é que há entre eles uma unidade que os inere. A unidade finita existencia-se através da interatuação dos seus opostos. Na unidade finita a interatuação dos opostos não é identificadora e unívoca, mas análoga. Esta é a diferença da unidade finita para a unidade infinita. O interatuar implica dualidade ativa e passiva, porque exige que mutuamente um atue sobre o outro, e mutuamente um sofra a ação do outro.

Onde há interatuação, há analogia. A interatuação implica o suplantamento do abismo diacrítico. O atuado necessariamente se analoga ao atuante. Diz-se que duas coisas se analogam quando elas, de certo modo, possuem o mesmo *logos*, ou participam do mesmo *logos*. Para que um ser atue sobre outro é mister que haja entre ambos algo em comum; do contrário, não havendo nada em comum, haveria um abismo diacrítico, o que impediria qualquer mútua atuação. Por sua vez, onde há atuação deve haver, além do *logos* comum, algo em que ambos também se diversifiquem, porque do contrário eles seriam os mesmos, idênticos a si mesmos, e não seriam, conseqüentemente, duais. Portanto, entre atuante e

atuado não pode haver uma identificação total, absoluta univocidade.

[Comentários às duas leis anteriores]

[Antes de prosseguir com a enumeração] necessitamos fazer alguns comentários sobre estas duas leis, 123 e 124, que são importantes porque nos abrem as portas para a compreensão das leis subseqüentes.

Todo atuar implica o exercer um ato sobre algo que o sofre. Se o que sofre não fosse outro que não o que age, então seria o mesmo, e, neste caso, o agir seria apenas o agir sem resultado, porque mesmo para um ser atuar sobre si mesmo é mister que de certo modo se desdobre, seja passivo e ativo. Ativo para atuar e passivo para sofrer. O agente age, e o agir do agente produz uma ação no atuado; este, necessariamente, é outro que não o primeiro, mas, por outro lado, a diversidade entre ambos não pode ser absoluta, pois, do contrário, um não poderia sofrer a ação do outro. Assim, há entre eles o que os analoga, e a analogia entre ambos implica um fundamento comum, uma síntese, uma síntese de mesmidade e de diversidade, e há também o que os diferencia, o que os verte para outro *logos*, submetido a outro aspecto. Ora, um ser atuado é necessariamente finito, dependente, porque do contrário não [poderia sofrer] uma nova determinação. A determinação que recebe não a tinha actualmente, mas tinha apenas aptidão para sofrê-la, o que implica uma deficiência atual. Um ser absolutamente em ato não pode sofrer determinações, porque nada lhe falta, não é deficiente. O ser absolutamente em ato não sofre determinações de nenhuma espécie. O ser atua, portanto, proporcionadamente ao seu ato. O ser absolutamente em ato é o ser absolutamente atuan-

te, e, neste caso, toda atuação que houver terá, de certo modo, origem nele, porque nada se faz sem a presença deste ser sumamente ativo. O atuante tem a sua presença junto ao atuado enquanto age; como ser atuante ele pode agir enquanto é. O ser finito, de duração limitada, atua enquanto é atuante, mas o ser absolutamente simples, que atua, sempre tem a sua presença constante.

Um ser atuante deficiente é um ser que não atua tudo quanto é atuado, mas apenas o que pode atuar, segundo a sua atualidade. Ora, um ser absolutamente em ato atuará ilimitadamente. Como a presença do atuante é proporcionada ao ato que é, o atuar de ser absolutamente em ato é ilimitado, e, como seu ato é infinito, seu atuar é também infinito. Conseqüentemente, sua presença é infinita. Todo ser que atua deficientemente é um misto de ato e de potência passiva, porque seu atuar é determinado, e, onde há o determinado, há determinação, e, onde há determinação, há passividade. Conseqüentemente,[9] o *Hen Deuteron*, como criador, atua ilimitadamente, mas as deficiências se dão nos atos criados, que são atos finitos, que são atos que não estão na sua totalidade, porque, se o Ser Supremo, ao criar, criasse um ato absolutamente puro, não criaria nada, apenas estaria afirmando a si mesmo. A criação implica necessariamente o outro, o *allós* (*alter)* de que falavam os pitagóricos. Estes comentários sobre o ato finito e infinito, o ato puro e o ato misto, o ato híbrido, o ato limitado, o ato misto de potência passiva, facilitam-nos a compreensão das leis que passaremos daqui por diante a estudar, porque parte delas rege o contexto *alfa*, mas na sua totalidade elas regem o contexto *beta*.

[9] Suprimi aqui as palavras: "só o ser finito pode atuar" – evidentemente um erro de transcrição.

IV. Leis Triádicas (Parte II)

As leis são simultâneas. Embora no contexto *beta* predomine aparentemente a sucessão, na verdade predominam as leis, pela sua simultaneidade. As leis regem simultaneamente, desde todo o tempo, o ser.

125 Unidade, Oposição, Forma

A forma é a lei de proporcionalidade intrínseca dos opostos analogados imanentes a uma unidade.

Segundo enunciado: A forma, como lei de proporcionalidade intrínseca, revela a oposição que é imanente à unidade.

Terceiro: A forma revela o invariante (*logos*) e o variante (*arithmos*) que constituem uma oposição imanente à unidade.

Ou ainda: Onde há forma, no contexto *beta*, há unidade de elementos opostos. Os opostos analogados, imanentes a uma unidade, revelam entre si uma *proportio*, que é a lei da sua coerência. Portanto, onde há forma, há uma coerência. No ser finito – ou ser do contexto *beta* –, a forma evidencia a coerência dos analogados inerentes e imanentes à sua estrutura. Já no contexto *alfa*, no Ser Infinito, os opostos inerentes, por serem unívocos, portanto idênticos, sua forma é existencialização da sua unidade simples. No ser do contexto *beta*, os opostos coerenciados são necessariamente an*álogos*. Tem de haver entre eles uma analogia para que se dê a oposição, em sentido concreto

Outro enunciado: Há uma forma onde há uma unidade; onde há uma unidade, há forma. Não se pode conceber um ser que ao mesmo tempo seja uma unidade e não possua pelo menos uma forma, quer seja uma forma – no sentido aristotélico – substancial ou acidental; pelo menos tem de ser a forma de sua própria acidentalidade. Nenhum ser há que não tenha uma forma. Ora, em tudo quanto há, há unidade, porque fora da unidade não há ser. "Nada" equivale à negação da unidade. Dizer "unidade" é dizer "ente", é dizer "ser". De todo ser do qual se predica unidade pode-se predicar um *quid sit*, um "o que é", pode-se dizer o que ele é. Isto equivale a dizer que ele tem uma forma pela qual é o que é e não é outra coisa. Dizer que uma unidade tem uma forma é dizer que ela é outra que não outra. Que ela tem uma qüididade. Toda forma exclui as que lhe são outras.

Os opostos podem ser classificados em: "oposições que se dão entre ente e ente" e "oposições entre ente e não-ente". Entre ente e não-ente temos *contradição*; por exemplo, a oposição entre homem e não-homem. É a *contradição privativa*: visão-cegueira. Entre ente e ente temos, primeiro, a *oposição contrária*: bem-mal; segundo, temos a *oposição correlativa*: pai-filho. Ora, os opostos constituídos de ente e não-ente não podem analogar-se, porque não têm com que se analogar, enquanto os opostos constituídos de ente e ente são opostos an*álogos*, porque o que é positivo num lado é positivo do outro, e fatalmente deve haver um gênero, próximo ou remoto, no qual se analoguem. De maneira que, entre os opostos constitutivos de uma unidade, que são conseqüentemente reais – estamos aqui falando do que [diz respeito à] onticidade das coisas –, a oposição tem de ser entre *ens* e *ens*. Os opostos analogados são sempre deste tipo.

Esta lei pode ter vários enunciados. Os que estamos dando agora não são todos os enunciados possíveis. Além destes, poderíamos ter um número imenso de outros, bastando empregar as leis de conversão e outras, que a lógica nos ensina. Damos aqui apenas aqueles que são os mais imediatamente expressivos.

Por exemplo, este: *A harmonia implica a oposição na unidade.* Não é possível conceber que haja uma harmonização entre termos que não constituam unidade. Portanto, a harmonia implica oposição na unidade.

Outro enunciado: A lei que coerencia as partes opostas e analogadas de uma unidade revela a presença de uma ordem, que é a normal da totalidade, e a esta se subordinam os elementos intrínsecos componentes da tectônica das coisas. Conseqüentemente, pode-se estabelecer a lei da harmonia assim: "A harmonia é a lei de subordinação dos opostos analogados de uma unidade, que obedece a uma normal dada pela unidade como totalidade, de modo que o proceder das partes é obediente ao interesse do todo." Isto não implica que as partes não possuam, também, um interesse próprio, e não lhe obedeçam. Esta questão já foi examinada ao estudarmos o todo e as partes, na parte sintética deste curso.[1] Mas este interesse, de certo modo, virtualiza, para atualizar-se de uma outra maneira no interesse da nova totalidade. Assim, por exemplo, procedemos dentro da ordem social, segundo o interesse das várias totalidades das quais fazemos parte, sem que deixemos de atender ao nosso interesse de indivíduos.

[1] Isto é, nos três primeiros volumes, esp. *A Sabedoria dos Princípios*, caps. III, V e IX.

Outro enunciado: A harmonia implica analogia dos opostos imanentes a uma unidade.

Mais outro: Onde há uma forma, há uma harmonia; onde há harmonia, há forma.

Outro ainda: Como os posteriores implicam necessariamente os anteriores aritmológicos, também os anteriores implicam necessariamente os posteriores; o que os diferencia, porém, é o grau de intensidade da oposição, da relação, da reciprocidade, da forma e da harmonia. Falamos em grau porque em todo contexto *beta* há gradatividade. As formas só não são gradativas enquanto examinadas do ângulo do contexto *alfa*.

Mais um enunciado: À proporção que seja maior a coesão da coerência dos elementos intrínsecos de uma unidade, isto é, à proporção que o relacionamento da interatuação da reciprocidade obedeça mais rigidamente à normal da totalidade, então a harmonia será mais perfeita. A harmonia, como já vimos, não é apenas a simetria dos opostos, como se concebia, por exemplo, no pensamento egípcio. No pitagorismo, a oposição dos opostos analogados já é mais dinâmica, como o vemos na própria arte grega. Ela implica, portanto, muito mais que a simples simetria, que é mera harmonia sob fundamento quantitativo, tomado da maneira mais elementar.

Mais um enunciado: Como todas as coisas se coerenciam com outras, intrínsecas a uma totalidade próxima ou remota, há sempre harmonia [entre elas]. Mais um: A harmonia implica necessariamente ordem, e esta implica analogia funcional do múltiplo.

A harmonia nos seres finitos implica ora distinções reais-reais (reais na nossa mente e reais também na coisa), ora distinções cuja realidade há que precisar. A harmonia no ser infinito implica

distinções tomadas apenas transcendentalmente, ou melhor: distinções reais-formais, reais à nossa mente, mas formais na sua constituição, e não reais no sentido físico, [pois neste caso] haveria multiplicidade na constituição. A desarmonia é captada onde os elementos submetidos a uma normal são tomados enquanto submetidos a outra normal. O desarmônico é, portanto, relativo, depende de uma referência extrínseca à normal considerada. Também podemos dizer que aquilo que é desarmônico segundo uma normal é harmônico segundo outra normal. A normal é o que dá o módulo da harmonia.

Mais um enunciado: Na harmonia há, pois, primeiro: uma totalidade, que é a unidade; segundo: opostos analogados que, por serem tais, têm uma normal que é o seu *logos* analogante; terceiro: uma normal dada pela totalidade, pelo *logos* do ser unitário; quarto: subordinação funcional dos opostos ao *logos* analogante que lhes é próprio, enquanto partes; quinto: subordinação funcional de todas as partes que constituem a unidade do *logos* à normal da totalidade e, conseqüentemente, a uma ordem do todo.

Mais outro: Onde há uma forma, há uma harmonia dos opostos. Sendo a forma o que dá à normal da totalidade do ente uma unidade de multiplicidade, os opostos da unidade sendo analogados, o que os analoga é a normal dos opostos subordinados à norma dada pela forma da totalidade. Esta subordinação, esta coordenação e este funcionamento da totalidade segundo as normais que a modulam [são] o que constitui a harmonia dinamicamente considerada. A desarmonia é, conseqüentemente, relativa à ordem. Se tomada uma ordem estranha à imanência da unidade considerada, apresenta-se a desarmonia. Assim, um fato, um determinado aspecto da unidade ou um conjunto de unidades, considerados

fora da ordem da imanência da totalidade que os inclui, contrariam esta totalidade, e a nova totalidade é então desarmônica. Por exemplo, os móveis que estão nesta sala estão ordenados e harmonizados para o funcionamento da nossa aula, mas, para se fazer a limpeza da sala, eles teriam de ser ordenados numa outra ordem, que seria então desarmônica em relação à ordem da aula, assim como a ordem da aula é desarmônica em relação à ordem da limpeza.

Outro enunciado: Onde se nota uma desarmonia, sabe-se logo que se está considerando algo fora da imanência da totalidade à qual pertence. Este é um ponto importante. As disposições prévias corruptivas da unidade, não atualizadas nesta mesma harmonia segundo a sua ordem, são fatores de desarmonia, cuja atualização, cuja tendência a atualizar-se é também uma tendência a corromper a forma dominante. Por isto é que se pode falar de corrupções de caráter intrínseco, do seguinte modo: Potencialmente, como disposições prévias corruptivas das partes que têm o seu interesse próprio que colide com o interesse da totalidade; e atualmente, quando este interesse próprio, por qualquer motivo, por auxílios, digamos, extrínsecos, ou por redução do grau de intensidade da coerência, da tensão do todo, pode atuar de modo a efetivar a corrupção. De maneira que a corrupção pode surgir da combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, sendo que os fatores intrínsecos estão constituídos dentro das partes enquanto partes. Isto permite-nos compreender facilmente a idéia da corrupção. S. Tomás de Aquino percebeu isto com bastante acuidade, quando falou das predisposições prévias corruptivas, que passaram a ser tema de muitos debates dentro da escolástica renascentista. Os conhecimentos científicos que hoje temos, por exemplo em medicina, nos mostram a validade desta tese, onde se nota também que

certas oposições não deixam de ser obedientes à lei do próprio um, ao *logos* do *logos*; que elas obedecem à própria lei da unidade e que não é preciso, portanto, incorporar um fator principal corruptivo, não há necessidade de um *Ahriman*, não há necessidade de hipostasiar o mal como fator corruptivo e primordial; dentro desta concepção, compreende-se a corrupção sem necessidade de construir um princípio corruptivo que fosse o ponto de partida, o fator e a causa eficiente primeira de toda corrupção, o qual seria, então, um "outro" poder que se oporia ao poder do Ser. Vê-se, assim, que a corrupção é sempre acidental, que é algo que acontece à substância da heterogeneidade do seu correlacionamento, sem necessidade da presença de um poder principal corruptivo. A concepção escolástica harmoniza perfeitamente o um com o múltiplo, sem necessidade de intervenção de um fator primeiro de heterogeneidade ou de destruição. Mesmo na concepção hindu, Shiva, como aspecto destrutivo de Brahma, também não é uma entidade fora de Brahma; isto é, as ações de Shiva são conseqüências acidentais da própria atuação da lei da unidade. Esta concepção resolve tal problema de modo definitivo e apodíctico.

127 Unidade, Oposição, Evolução

Sem a dualidade dos opostos, não há evolução na unidade; a dualidade dos opostos fundamenta a evolução da unidade. Ora, a idéia da evolução implica o envolvimento imanente, a passagem dos graus com a concomitante conservação do estagiar daquilo que envolve. Onde há evolução, há o desenvolvimento imanente na forma, ou seja, o variante arítmico formal é envolvido dentro do invariante, que é conservado. Para que haja uma evolução, é

necessário, conseqüentemente, que algo permaneça, que algo seja invariante, que algo seja conservado, enquanto algo se desenvolve nas atualizações das suas possibilidades, comproporcionadas à sua forma. Assim, uma forma pode assumir tais ou quais aspectos nos estágios do seu desenvolvimento dinâmico e cinemático, devido à influência e às correlações que podem manter com terceiros, extrínsecos à sua unidade. O invariante, então, seria a substância no sentido aristotélico, sob o aspecto formal, isto é, a substância segunda; e esta, como sabemos, é predicado indivisível da coisa, é o que a coisa é, e não tem graus. Apesar desta invariância formal, ela admite um *arithmos* variante, isto é, ela pode sofrer mutações que não a destroem na medida em que conservam bem o *arithmos* invariante. Toda coisa em si mesma é o que é pela forma que tem, pela lei de proporcionalidade intrínseca que a faz ser o que é e não outra coisa; mas este *arithmos* pode ser tomado em dois aspectos: *in indivisibile* e *in divisibile*. *In indivisibile* é a forma no sentido aristotélico, e *in divisibile* (divisivelmente, gradativamente) é o seu aspecto dinâmico, a sua dinamicidade.

O *arithmos* eidético da coisa – não o *eidos* noético, isto é, o *eidos* tal como o possuímos –, o *arithmos* eidético *in re* é a forma no sentido aristotélico, que é invariante, e, enquanto tal, é imutável. O triângulo não se transforma em quadrilátero, é sempre triângulo, mas as coisas que constituem o triângulo podem amanhã constituir um quadrilátero, sem que a forma do triângulo deixe de ser de triângulo. A forma tomada *in indivisibile* é invariante e imutável. A coisa que perde sua forma, que deixa de ser o que é por perder o pelo que é o que é, por perder a sua lei de proporcionalidade intrínseca, corrompe-se enquanto tal, para então ser enformada de outro modo, isto é, para surgir uma outra

forma. Se a coisa, segundo o seu *logos*, não se estabiliza de modo absoluto, e sim de modo relativo, é porque as partes que a compõem em sua unidade, incluindo as relações, a reciprocidade, a forma e a harmonia que revelam, apresentam por seu lado propriedades de gênero e de espécie, e também de acidentalidade, que sofrem modificações moduladas pela forma, pelo *arithmos* eidético de cada qual; isto é, são modificações comproporcionadas às coisas. Neste caso, o ser pode alcançar os estágios e os graus que lhes são proporcionais. Todo ser finito, todo ser do contexto *beta*, sofre em sua duração tais modificações, mas estas são-lhe proporcionais, e, como estão subordinadas às suas normais – a da oposição, segundo a analogia dos opostos, e a da totalidade –, sabemos que há um interesse das partes, isto é, enquanto [o ser é considerado como] indivíduo, um interesse das partes enquanto partes de uma totalidade. Estes dois aspectos constituem [respectivamente] o lado prometéico do ser, isto é, as possibilidades que deixam de se atualizar e não podem atualizar-se mais, e [o seu lado epimetéico, isto é,] as possibilidades que [ainda] podem atualizar-se. A evolução implica, portanto, a unidade com seus compostos analogados, subordinados à normal dada pelo *logos* analogante, e a interatuação entre as partes elementares estruturais subordinadas à normal dada pela forma da totalidade, em suma, a lei da harmonia. A evolução processa-se, portanto, dentro das possibilidades da reciprocidade das partes, possibilidades que constituem o prometéico da coisa, conservando, porém, de certo modo, seu epimetéico, que vai ser o fundamento, também, da sua historicidade.

A evolução implica, portanto, a existencialização das possibilidades do prometéico que é próprio do *arithmos* variante do *eidos* da unidade. O prometéico das partes elementares se atua-

lizará na proporção permitida pelas normais da unidade; muito do que é prometéico poderá atualizar-se depois, isto é, ao tornar-se prometéico, torna-se historicamente prometéico, mas isto não se refere às possibilidades iguais ou semelhantes que podem surgir de novo, e sim a uma parte que é prometéica no sentido histórico e não se repetirá mais. Mas há uma parte que, sendo semelhante à epimetéica, é, no entanto, constituinte do prometéico do ser, e, por isto, ao lado da atualização, há uma virtualização de possibilidades das partes componentes, que não podem atualizar-se, mas que não deixam de ser disposições prévias corruptivas. A este pensamento chegou, não *ex professo*, mas indiretamente, Tomás de Aquino, ao comentar o livro de Aristóteles *Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas*.[2]

128 Unidade, Oposição, Assunção

A assunção – evolução superior ou transmutação eidética – só pode dar-se após o esgotamento das possibilidades atualizadas dos opostos que constituem a unidade. Este esgotamento não é necessariamente intrínseco, mas pode dar-se por influências extrínsecas, que podem ocasionar a transformação pela corrupção do estado anterior e por uma evolução superior, isto é, pelo surgimento de uma nova forma, na qual a coisa vai desenvolver-se outra vez.

Os opostos, numa unidade, atualizam as suas possibilidades nas proporções que já mencionamos. Atualizadas algumas possibilidades prometéicas, muitas que não foram atualizadas [se tornam] epimetéicas, não tendo mais oportunidade de atualizações futuras.

[2] Cf. *Aristóteles e as Mutações*.

A unidade em evolução encontra, assim, um término de suas possibilidades atualizadas. Ora, em toda unidade, os opostos não atualizam tudo quanto lhes é possível, pois estão subordinados às normais que lhes são dadas, intrínsecas e extrínsecas ao todo do qual fazem parte. O que é virtualizado, porém, não se niilifica; apenas não se existencializa segundo a forma, mas, virtualizado, é alguma coisa estranha à imanência formal, embora contida na imanência da coisa. O virtualizado pugna por ser em plenitude, porque não está niilificado, e vai constituir, então, um elemento das disposições prévias corruptivas de que falavam Aristóteles e os escolásticos. Estas disposições prévias são constituídas do epimetéico-prometéico, ou seja, de um aspecto do processo prometéico que, não podendo atualizar-se, dentro da subordinação a que está submetido, não se niilifica, e contém ainda poder suficiente para uma possível atualização. Só o rompimento da lei de proporcionalidade intrínseca do todo é que lhe permitiria então desabrochar em existencializações externas à imanência da unidade. Como não há niilificação absoluta, são potências latentes à espera de uma ruptura da unidade formal que lhes abre naturalmente as portas para que se atualizem.

Desde o momento em que a coerência da unidade apresenta um estado de resistência inferior ao poder parcial que pugna por atualizar-se fora da normal dada pela totalidade, o processo corruptivo manifesta-se, de modo parcial ou total, segundo as circunstâncias e as condições concretas que acaso se dêem. A corrupção, pois, é o rompimento da lei de proporcionalidade intrínseca, quando o ser deixa de ser o que é. Há, assim, uma transmutação eidética. Um novo ciclo se abre para a unidade. Há um salto evolutivo e o surgimento de uma nova forma.

Esta evolução é dita posterior, porque aquilo que anteriormente constituía uma unidade com um determinado *logos* deixa de ser, para passar a ser outra, a ter outro *logos*, a ter outra forma. Mas este novo *logos* era um possível da unidade de multiplicidade. O que se chama transformação é propriamente isto, pois só se pode falar de transformação quando há a corrupção de uma forma e a geração de outra, ou seja, quando uma lei de proporcionalidade intrínseca de um ser deixa de imperar, para surgir uma outra lei que regulamentará os elementos. A nova unidade [compõe-se] fundamentalmente dos mesmos elementos da anterior, mas sob uma nova lei de proporcionalidade intrínseca, o que ainda pode admitir a incorporação de outros elementos que não faziam parte da primeira unidade.

Se a evolução é o ciclo do desenvolvimento das possibilidades prometéicas dos múltiplos componentes de uma unidade, segundo uma lei de proporcionalidade intrínseca, a assunção, evolução superior, ou transformação, é o ciclo do desenvolvimento das possibilidades prometéicas destes mesmos múltiplos, quando subordinados às normais dadas por outra lei de proporcionalidade intrínseca. No primeiro caso, temos a evolução generativa. Mas o processo que destrói a ordem e permite a inauguração de outra nova é, de certo aspecto, degenerativo, sem deixar de ser também generativo, porque dá o surgimento da nova ordem. Nos seres finitos, esta lei da revolução e da assunção reina de modo absoluto, em decorrência da natureza das próprias coisas.

Alcançamos, aqui, um ponto importante. Como a lei do 8 é apresentada na simbólica de muitas religiões como a lei da ressurreição, e encontramos o octonário na simbólica das basílicas cristãs dos primeiros séculos e também o encontramos predominante na

concepção religiosa dos chineses,[3] o octonário indica que se alcançou uma nova forma, que é uma forma superior, mas que também de certo modo conserva algo da forma anterior. Quer dizer, o ressurrecto alcança um novo modo de ser, distinto do modo de ser anterior; ele ainda é ontologicamente ele mesmo, mas empiriologicamente já é distinto, já é outro, porque atinge outro modo empírico de ser. Deste modo, no Cristianismo, a ressurreição não é apenas um renascer, mas um renascer em Cristo, um renascer em grau superior; isto também acontece na concepção chinesa da ressurreição.[4] Por isto é que o oito não simboliza apenas a ressurreição-evolução, como o sete, mas uma assunção a um grau considerado axiologicamente superior.

Se fisiologicamente não cabe levar em conta o aspecto axiológico, mas cabe apenas falar de posterioridade, este posterior, nas religiões, é axiologicamente mais elevado. A evolução, enquanto é setenária, constitui-se apenas de estágios formais possíveis ao *hipokêimenon* de alguma coisa, mas a ressurreição já é uma outra forma de evoluir. De qualquer forma, a concepção religiosa não contradiz estas dez leis. De um lado, o *hipokêimenon* de alguma coisa pode apresentar-se com diversos ciclos evolutivos, e de outro lado ele também pode atingir um grau superior, uma ascensão quando se trata de um ser consciente, de um ser já espiritual, de um ser já constituído de um princípio que não é meramente material.

[3] Sobre o octonário chinês, v. Marcel Granet, *La Civilisation Chinoise*, Paris: Le Seuil. Sobre a simbólica do oito no templo, v. Jean Hani, *Le Symbolisme du Temple Chrétien*, e Titus Burckhardt, *Principes et Méthodes de L'Art Sacrée*, Paris: Dervy-Livres.

[4] V. René Guénon, *La Grande Triade*, Paris: Gallimard, 1950.

V. Leis Triádicas (Parte III)

129 Unidade, Oposição, Universalidade

Todas as unidades em oposição estão integradas no *logos* da universalidade total. Todos os seres finitos analogam-se uns aos outros segundo um *logos* de universalidade, que é a grande integral. Todos os conjuntos integram-se em totalidades conjunturológicas, e estas em suas constelações, que por sua vez se integram numa grande integral que dá a normal a todos os entes finitos.

A compreensão deste enunciado já implica o conhecimento da *Teoria Geral das Tensões*, onde se demonstra a formação dos conjuntos tensionais, das totalidades tensionais, das totalidades conjunturológicas tensionais e das constelações tensionais. Esta gradação, que vai das unidades à grande integral, corresponde à gradação pentadialética de: unidade, totalidade, série, sistema, universalidade.

Outro enunciado: Cosmos é o nome que se dá à grande integral dos conjuntos unificados segundo uma lei universal analogante. A grande integral unifica toda a transimanência das unidades numa lei universal; é a lei de "todos em tudo", é a lei que analoga todas as coisas, até as mais diversas. Nenhum ser do contexto *beta* é indiferente a outro ser.

134 Unidade, Relação, Reciprocidade

Toda unidade finita mantém intrinsecamente relações de reciprocidade entre os elementos de sua componência. Outro enunciado: Se dois termos se interatuam, é porque se relacionam imanentemente

a uma totalidade. Outro: Onde há um agente e um atuado que mutuamente exercem os mesmos papéis, há uma unidade na qual se relacionam, e de cuja componência constituem elementos.

135 Unidade, Relação, Forma

Toda unidade tem uma forma, um *logos* de proporcionalidade intrínseca que regula e subordina as relações imanentes dos elementos opostos da sua componência. Outro enunciado: Onde há forma, há relações imanentes a uma unidade. Outro: Onde há relações imanentes a uma unidade, há uma forma à qual estas relações se subordinam. Outro: Os elementos da componência de uma unidade relacionam-se segundo as normas da sua forma, ou seja, do *logos* de sua proporcionalidade intrínseca.

136 Unidade, Relação, Harmonia

Onde há uma unidade, há relações harmônicas entre os elementos de sua componência. Outro enunciado: Se algo se harmoniza com algo, é que mantém relações subordinadas a uma unidade. Se há uma harmonização de algo com algo, ambos estão analogados conseqüentemente a uma unidade. Tem de haver um ponto de analogação.

137 Unidade, Relação, Evolução

O ciclo evolutivo de uma unidade processa-se pelo relacionamento dos componentes da sua componência. Outro enunciado: Uma relação dos elementos componentes de uma unidade revela o estágio de sua evolução.

138 Unidade, Relação, Assunção

A transformação, que é a geração da nova forma, existencializa-se ao realizar o ciclo das relações dos elementos da componência de uma unidade. Toda unidade finita tende a alcançar a sua corrupção final e o novo ciclo transformativo pela completude das relações intrínsecas à sua componência.

139 Unidade, Relação, Universalidade

A universalidade cósmica é composta de ciclos relacionais que são possíveis, atualizados ou não, das unidades. Outro enunciado: Toda e qualquer relação analoga-se com a totalidade universal. Outro: Há uma ordem universal que analoga todas as relações imanentes a todas as unidades. Outro: Não há abismos diacríticos entre os fatos do mundo cósmico, pois todos se integram numa universal.

145 Unidade, Reciprocidade, Forma

É a forma que regula a reciprocidade dos elementos da componência de uma unidade. Outro enunciado: A reciprocidade é sempre relativa à forma de uma unidade.

146 Unidade, Reciprocidade, Harmonia

A reciprocidade dos elementos componentes de uma unidade regula-se por uma normal que lhes dá harmonia. Outro enunciado: O grau de harmonia de uma unidade é proporcionado à reciprocidade dos elementos componentes, quando obedientes à normal da totalidade, sem favorecer as disposições prévias degenerativas ou corruptivas.

147 Unidade, Reciprocidade, Evolução

A evolução de uma unidade é proporcionada à reciprocidade dos elementos de sua componência. Outro enunciado: Uma unidade alcança a sua completude evolutiva pela existencialização das relações recíprocas dos elementos de sua componência.

148 Unidade, Reciprocidade, Assunção

O ciclo evolutivo chega a seu fim pelo esgotamento da reciprocidade, obediente à normal de uma unidade, e o assuncional ou superevolutivo se dá, com seu salto correspondente, quando novas relações de reciprocidade se dão, obedientes a uma outra normal, dada por outra forma. Quando há predominância de uma outra forma, o interesse pertencente à unidade já é componente da nova totalidade. Outro enunciado: A seqüência do processo recíproco prepara o advento da transformação.

Estas leis já revelam muitas das conseqüências das pesquisas realizadas na Teoria Geral das Tensões, onde fazemos a análise de diversas esferas em que vamos encontrar a presença destas leis, desde a esfera físico-química até a esfera da psicologia superior do homem, isto é, da psicologia relacionada à vontade e ao entendimento.

149 Unidade, Reciprocidade, Universalidade

A universalidade cósmica é a grande integral, na qual se realizam todos os processos recíprocos das diversas unidades. Outro

enunciado: Todas as relações recíprocas de interatuação obedecem a uma normal transimanente dada pela universalidade integral cósmica.

156 Unidade, Forma, Harmonia

Na unidade, é a forma que estabelece as normas harmônicas. Outro enunciado: A harmonia, onde há, revela a existência de uma forma na unidade. Outro: O funcionar harmônico de uma unidade é proporcionado à sua forma. Outro: Implicando a harmonia o funcionar ajustado e coerente dos elementos constituintes de uma unidade, estes interatuam-se segundo a lei de proporcionalidade intrínseca da mesma unidade. Outro: A cooperação harmônica dos elementos constituintes de uma unidade processa-se subordinada proporcionadamente à forma desta unidade. Outro: A tensão de uma unidade é proporcionada ao funcionar harmônico dos elementos regulados segundo a sua forma.

157 Unidade, Forma, Evolução

O ciclo evolutivo de uma unidade processa-se dentro do âmbito de sua forma. Outro enunciado: A forma de uma unidade marca as possibilidades do seu ciclo evolutivo. Outro: Nenhum ser (unidade) evolui além do âmbito marcado pela sua forma. Tudo quanto lhe acontece, acontece proporcionadamente a ela. Outro: Pertence à evolução de uma unidade tudo quanto é coordenado pela sua forma. O que lhe suceda de estranho à forma será meramente acidental, e o que estabelece obstáculos à forma é repelido normalmente pelas forças defensivas da totalidade, pela tensão.[1]

Outro: Tudo quanto perturba o pleno funcionamento da forma é oposto e prejudicial à evolução da unidade respectiva. Outro: As disposições habituais da nova forma, da assunção, são virtualizadas na unidade, porque são contrárias à evolução normal destas. Estão virtualizadas, mas são possibilidades a serem atualizadas posteriormente.

158 Unidade, Forma, Transformação

Vamos dar cinco enunciados desta lei. Primeiro: Tudo quanto é virtualizado pela forma de uma unidade constitui as disposições habituais para a recepção de uma nova forma. Segundo: O conjunto das disposições habituais, das disposições corruptivas prévias à nova informação superevolutiva, constitui, propriamente, a capacidade de suscepção, ou capacidade susceptível de um ser. A assunção é um ato pelo qual estas disposições prévias, estas disposições habituais são informadas por uma nova forma. Terceiro: Onde há uma assunção, há suscepção. Para que elementos componentes de um ser, informado segundo certa forma, sejam assumidos por outra, é mister que tenham virtualmente disposições prévias, disposições habituais, favoráveis à nova forma ou capazes de, cooperando com outras, permitir a suscepção necessária, imprescindível para que se dê a assunção. Quarto: Tudo quanto é virtualizado, em seu funcionar, pelas normas da unidade, constitui disposições prévias habituais acomodadas às novas assunções. Quinto: Em toda transformação há uma suscepção prévia e uma assunção atualizada. O ser que se transforma, que muda generativamente de forma,

[1] V. *Teoria Geral das Tensões* e, *supra*, n.31.

é o que era já susceptível de sofrer uma nova assunção. Já tinha, portanto, uma possibilidade de ser outro que não ele mesmo. Esta possibilidade de ser outro que não ele mesmo é um tema muito importante, porque é a contradição que está contida potencialmente nas coisas, porque as contradições, potencialmente, podem dar-se juntas.

159 Unidade, Forma, Universalidade

Vamos dar cinco enunciados. Primeiro: A universalidade cósmica é a totalidade das formas unitárias, que constituem uma tensão que é a grande integral. Segundo: Toda forma unitária está submetida, subordinada à lei de tudo-no-todo. Terceiro: Não há abismo diacrítico entre as formas das unidades e a universalidade cósmica. Quarto: Todos os conjuntos unitários subordinam-se à lei da universalidade. Quinto: Toda forma unitária finita é uma imagem da universalidade cósmica.

167 Unidade, Harmonia, Evolução

Daremos, também, cinco enunciados desta lei. Primeiro: Todo rompimento da harmonia na unidade prepara o advento da transformação, quer dizer, prepara o processo corruptivo degenerativo da forma para o advento da outra forma. Segundo: A presença da harmonia na unidade é a afirmação do cumprimento do processo cíclico da evolução formal. Terceiro: A evolução segue o vetor das possibilidades prometéicas harmônicas da unidade. Quarto: A unidade da harmonia é a afirmação da evolução. Quinto: A evolução termina quando é executado o ciclo harmônica da unidade.

168 Unidade, Harmonia, Transformação

A esta lei daremos dois enunciados. Primeiro: O salto evolutivo, que aliás é revolutivo, é superevolução, dá-se pela assunção de uma disponibilidade susceptiva dos elementos harmonizados da unidade. Segundo: O cumprimento do ciclo harmônico de uma unidade predispõe a possibilidade da transformação. À proporção que o ser [do contexto *beta*] vai-se atualizando na sua plenitude, ele vai-se predispondo cada vez mais à transformação que se sucederá.

169 Unidade, Harmonia, Universalidade

A esta lei daremos três enunciados. Primeiro: A universalidade cósmica é a coordenação subordinada das harmonias unitárias. Segundo: Toda harmonia unitária processa-se em subordinação à lei da universalidade. Terceiro: A harmonia como processo unitário está subordinada à lei da harmonia universal.

178 Unidade, Evolução, Transformação

A esta lei daremos três enunciados. Primeiro: O cumprimento do ciclo evolutivo de uma forma é simultâneo ao advento de uma transformação e ao surgimento de uma nova forma. Segundo: A transformação, que abre o novo ciclo evolutivo, surge ao cumprir-se o ciclo evolutivo de uma unidade formal. Terceiro: Toda unidade finita cumpre apenas o seu ciclo formal e tende a constituir, em sua dimensionalidade, princípios de formação de uma nova forma, que, por sua vez, tende a cumprir o seu novo ciclo.

179 Unidade, Evolução, Universalidade

A esta lei daremos três enunciados. Primeiro: A universalidade cósmica é composta de todos os ciclos evolutivos das diversas unidades formais concretas. Segundo: Toda evolução de uma unidade formal processa-se subordinadamente à lei da universalidade cósmica. Terceiro: Nenhum ciclo evolutivo de uma unidade formal concreta se processa alheio às leis da universalidade.

189 Unidade, Transformação, Universalidade

Três enunciados: Primeiro: A universalidade cósmica é constituída também de todos os ciclos evolutivos posteriores, possíveis e atuais. Segundo: Todos os ciclos superevolutivos obedecem às leis da universalidade cósmica. Terceiro: A transformação da unidade formal em outra unidade formal está subordinada às leis da universalidade cósmica.

Terminamos o primeiro grupo das leis que partem da unidade. Começaremos agora a estudar as leis que partem da oposição.

[Leis que partem da oposição]

234 Oposição, Relação, Reciprocidade

A esta lei daremos cinco enunciados. Primeiro: A reciprocidade aponta as relações entre os opostos. Segundo: A oposição é a base das relações recíprocas. Terceiro: Onde há reciprocidade, há relações de opostos. Quarto: O fundamento da reciprocidade é a oposição nas suas relações. Quinto: Toda relação na unidade implica uma oposição e revela a existência da reciprocidade, isto é, a relação sendo intrínseca.

235 Oposição, Relação, Ordem

Enunciados desta lei: Primeiro: As relações entre os opostos subordinam-se à lei da forma, *logos* de proporcionalidade intrínseca. Segundo: A forma estabelece a normal da totalidade das relações entre os opostos. Terceiro: A oposição dos elementos constituintes de uma unidade funciona por relações subordinadas à forma.

236 Oposição, Relação, Harmonia

A esta lei daremos três enunciados: Primeiro: A oposição dos elementos constituintes realiza-se pela atuação de uns sobre os outros, em relações subordinadas à harmonia da unidade. Segundo: As relações harmônicas de uma unidade estão subordinadas à lei que regula as oposições. Terceiro: A harmonia é sempre proporcionada às relações dos opostos de uma unidade formal, portanto será sempre relativa ao tipo de oposição, porque há oposição de antagonismo, de antinomia etc., conforme já estudamos na parte que chamamos "sintética" da Matese.

237 Oposição, Relação, Evolução

A oposição é o fundamento das relações do ciclo evolutivo de uma unidade formal. Outro enunciado: As relações entre os opostos, numa unidade formal, constituem as fases do ciclo evolutivo.

Outro: A evolução de uma unidade formal processa-se através das relações entre os opostos constituintes da mesma unidade.

238 Oposição, Relação, Transformação

A oposição dos elementos constituintes, quando rompe a lei da harmonia, prepara o advento da assunção da nova forma, ou seja, fica em estado de suscepção. Outro enunciado: As relações dos elementos opostos imanentes a uma unidade virtualizam o que predispõe à transformação evolutiva. Outro: A transformação se dá pela assunção por uma nova forma, estabelece novas relações entre os elementos opostos constituintes de uma unidade formal.

239 Oposição, Relação, Universalidade

A universalidade cósmica é constituída também por relações entre os conjuntos opostos de sua imanência. Outro enunciado: As relações entre os opostos constituintes da unidade universal ou cósmica obedecem à lei desta universalidade. Outro: Os opostos fundamentais são os princípios das relações reais que se dão na universalidade.

245 Oposição, Reciprocidade, Forma

A reciprocidade entre os opostos realiza-se segundo a normal dada pela forma. Outro enunciado: Tudo quanto se exclui da normal da forma virtualizada no ser atua como disposição prévia corruptiva da forma, salvo quando contribui adequadamente

ao desenvolvimento evolutivo da forma, como certos acidentes que são proporcionados à mesma. Outro (e este é importante): As oposições intrínsecas que, de certo modo, se opõem à forma, ao *logos* de proporcionalidade intrínseca, que são as que corrompem uma unidade, estão virtualizadas, enquanto o grau de tensão é suficientemente forte para manter a unidade; contudo, é mister considerar que esta virtualização não é total, mas apenas parcial, pois há um atuar corruptivo que acompanha todo ciclo evolutivo, o qual não é suficiente para romper a força de coerência; quando, porém, consegue romper tensão, o processo corruptivo inicia-se obstaculizado, conseguindo ou não o rompimento total, segundo certas circunstâncias. De qualquer forma, há, em todo ser finito, potências corruptivas virtualizadas, cuja atualização pode ser apenas parcial, sem conseguir o rompimento total da tensão, mas suficiente para perturbar, de certo modo, a coerência do ser. Ademais, estas potências corruptivas podem atuar sem nunca conseguirem um total rompimento da tensão. Há, aqui, um campo vastíssimo para investigações, segundo as diversas esferas da realidade, que permitem captar leis que não são facilmente determináveis pela simples análise da coexistência das dez leis fundamentais da ordem do ser finito do contexto *beta*. Há lugar aqui para muitas investigações, que poderão permitir a precisão destas leis, mas de uma coisa estamos certos: não irão derruí-la, porque elas correspondem à realidade. Não esqueçamos que estas dez leis fundamentais são simultâneas, inclusive, nas coisas do contexto beta.

Por hoje, como chegamos ao fim da nossa aula, aproveitaremos o tempo que nos sobra para que os senhores façam perguntas e

teçam comentários sobre as leis já dadas. Na próxima vez prosseguiremos no estudo destas leis.

Encerramos, portanto, a octogésima nona aula de Matese, segunda parte, parte analítica do estudo das leis.

VI. Leis Triádicas (Parte IV)

[Escolástica e pitagorismo]

Na aula anterior, chegamos ao estudo da lei 245; hoje vamos ver os enunciados da lei 246. Antes, porém, de entrarmos nesta matéria, faremos alguns comentários que são de importância para os estudos que ora procedemos.

Queremos comentar primeiramente o que se refira a estas leis. Como os senhores podem verificar facilmente, estes enunciados referem-se à parte concreta, porque realmente o que dizemos é o que se dá na coisa, é o que se verifica na nossa experiência. Não há aqui afirmações fundadas em aspectos meramente especulativos, como se eles fossem realizados *a priori*, mas são leis que tratam da nossa própria experiência, fundadas na nossa experiência, ou seja, estamos aqui usando e seguindo, de certo modo, a orientação metodológica de Aristóteles. Por outro lado, também seguimos a orientação metodológica de Platão, descendo das idéias para as idéias subordinadas, e também partindo de algumas para as idéias subordinantes, aquelas que estão de certo modo implicadas, usando todos os processos da Dialética, não só platônica, como da Dialética de todos os tempos, incluindo também as nossas contribuições.

Ora, o que desde logo se nota é que a nossa posição se intitulará uma posição pitagórica. Ora, fazemos questão, mais uma vez, de que fique bem claro o que significa uma posição pitagórica. O pitagorismo não é uma filosofia sistematizada, como também

como os antigos foram os fecundadores do pensamento atual. É isto o que devemos procurar.

Esta introdução serviu apenas para esclarecer alguns pontos e evitar algumas más interpretações que pudessem ocorrer. Podemos, então, prosseguir na análise das leis.

246 Oposição, Reciprocidade, Harmonia

A harmonia constitui também a reciprocidade dos opostos que não contradigam o interesse da tensão da unidade. Outro enunciado: Sempre que a reciprocidade entre os opostos obedece às normais da harmonia, o ser realiza-se com certa plenitude evolutiva. Outro: Toda reciprocidade entre os opostos que ofenda a harmonia da unidade tem um papel prejudicial aos interesses desta.

247 Oposição, Reciprocidade, Evolução

O ciclo evolutivo de uma unidade é gerado pela reciprocidade dos opostos. Outro enunciado: O ciclo evolutivo de uma unidade encontra o seu termo quando a reciprocidade dos opostos atua de modo a romper...[1] Temos assim, nos enunciados desta lei, o desenvolvimento da lei evolutiva e também o seu término.

248 Oposição, Reciprocidade, Assunção

Dá-se a assunção de uma nova forma, a transformação, quando a reciprocidade entre os opostos rompe definitivamente a unidade

[1] O restante da frase é inaudível na gravação.

tensional de um ser. Outro enunciado: A reciprocidade dos opostos é corruptiva quando há atualização das potências que contradizem o interesse da totalidade. Outro: Um ser está apto a assumi outra forma, ou seja, é susceptível desta assunção, quando a reciprocidade entre os opostos é capaz de romper a tensão de sua unidade por ação intrínseca ou extrínseca.

249 Oposição, Reciprocidade, Universalidade Cósmica

A reciprocidade entre os opostos fundamentais da ordem cósmica obedece às leis da universalidade. Outro enunciado: A universalidade cósmica, com suas leis, impede qualquer reciprocidad entre os opostos que possa realizar a corrupção da mesma. Outro A universalidade cósmica é incorruptível enquanto tal. Deste mod a reciprocidade entre os opostos pode destruir, corromper conjun turas, jamais porém a unidade tensional universal, que de cert modo é transimanente aos elementos que a compõem. Natural mente, esta última lei pode levar a certas discussões em torno del mas a justificação é fácil, pois também depende das objeções qu acaso possam ser feitas.

256 Oposição, Forma, Harmonia

A harmonia de um ser é proporcionada à forma, estabelece ordem de funcionamento dos opostos intrínsecos e elementare Outro enunciado: A forma, que é o *logos* de proporcionalidad intrínseca, dispõe os opostos que se interatuam, segundo a norm dada pela totalidade, que é a sua harmonia. Outro: As oposiçõ que contradizem a ordem da forma são potências corruptivas

harmonia do funcionamento, e podem pôr em risco a tensão total da unidade.

257 Oposição, Forma, Evolução

A esta lei daremos cinco enunciados. Primeiro: O ciclo da evolução processa-se segundo a oposição das formas. Segundo: A evolução de uma conjuntura processa-se segundo o modo harmônico do proceder das formas específicas. Terceiro: Sem a oposição intrínseca dos elementos proporcionados segundo a forma, não há evolução. Quarto: Onde há forma sem oposições intrínsecas, não há evolução. Quinto: Só estão sujeitos à evolução os entes cuja forma é uma lei de proporcionalidade intrínseca de potências opostas. A idéia de evolução implica necessariamente uma oposição. Só pode haver evolução em seres cuja constituição seja opositiva e não apenas opositiva de modo antagônico, mas uma oposição das quatro, conforme já estudamos. Não se pode falar, por exemplo, de uma evolução em Deus. Os que falam em oposição em Deus vão constituir nele uma parte potencial que atualize, que se possa atualizar, e uma parte ativa que vá atualizando. Estas idéias sobre a evolução de Deus são encontradas em certos pensamentos esotéricos e que decorrem também do pitagorismo, mas do pitagorismo de péssima categoria, de aprendiz, de grau de *paraskié*, quer dizer, destes que iniciaram um certo conhecimento pitagórico mas que não tiveram a iniciação completa, não atingiram o grau de *epopter*, e que vão construindo um pensamento como este do evolutivo. Renan, por exemplo, chegou a pensar que Deus é o fecho, o término de uma evolução, e coisas semelhantes.

Quando a oposição existente nas formas rompe a tensão da unidade, há assunção de uma nova forma. Outro enunciado: O ciclo evolutivo de uma forma é encerrado quando, tornando-se susceptível de uma transformação, esta realiza-se pelo rompimento da tensão da unidade, que pode ser por causas, por fatores intrínsecos e por fatores extrínsecos. Outro: Para que haja um salto evolutivo para outra forma, numa conjuntura, é mister que a oposição entre as formas componentes das unidades das mesmas [seja] de tal modo [que provoque] o rompimento da tensão unitária. Este também é um tema muito importante.

259 Oposição, Forma, Universalidade Cósmica

A universalidade cósmica inclui imanentemente a oposição de todas as formas possíveis. Outro enunciado: A oposição entre as formas, por mais contraditórias que sejam, não rompe a unidade de tudo no todo. Contraditória, aqui, deve-se substituir por contrária, [o] que seria mais consentâneo. Outro: A universalidade cósmica não é jamais ofendida pelas oposições entre as formas, mesmo quando estas provocam a corrupção de uma e o surgimento de outra.

[Excurso: O Problema do Mal]

Antes de prosseguirmos no estudo das leis, desejamos chamar a atenção dos senhores para um ponto importante. O conhecimento destas leis nos facilita, como já dissemos, compreender o problema dos chamados fatores destrutivos, da destruição, e,

conseqüentemente, também o problema do mal, que é de difícil compreensão dentro das outras posições filosóficas. Aqui torna-se perfeitamente claro o problema do mal e sua solução. O mal foi sempre uma queda de harmonia. Toda forma, por exemplo, toda unidade, tem os seus opostos, sua reciprocidade, a sua série, a sua forma etc.; este ser sofrerá, apresentará aspectos maléficos na quebra da harmonia, isto é, toda vez que a harmonia for ofendida. De maneira que a tendência é a harmonia. Quando, no catecismo pitagórico, fazia-se uma série de perguntas – *"Qual é a lei que rege o bem?" "É a harmonia." "O que devemos procurar em todo o nosso modo de viver?" "A harmonia"* – e repetia-se aquela "harmonia" constantemente, parecia tratar-se de uma ingenuidade; mas, para alguém com um pensamento especulativo feito, o catecismo pitagórico tem razão em chamar a atenção para a harmonia, porque é precisamente na queda da harmonia que se dá todo o deslize que é maléfico para nós, como para qualquer ser: toda quebra da harmonia que corresponda a qualquer termo. Poderemos comentar vários outros ângulos desta matéria ao fim da aula. Agora vamos prosseguir no exame das leis.

267 Oposição, Harmonia, Evolução

A harmonia, nas oposições intrínsecas de uma unidade, promove o ciclo da evolução. Outro enunciado: A oposição harmônica é conservativa do ser em evolução. Enquanto a evolução [se processa] harmonicamente, ela conserva. Outro: A evolução é o cumprimento harmônico das oposições em suas diversas fases, ou seja, o cumprimento harmônico do funcionar das oposições em suas diversas fases.

A harmônica oposição dos elementos intrínsecos determina a evolução normal do ser. O rompimento da harmonia nas oposições intrínsecas põe em risco a evolução do ente e o torna susceptível à assunção por outra forma. A assunção realiza-se quando o ciclo harmônico das oposições intrínsecas é rompido em sua tensão. Quer dizer, a harmônica oposição dos elementos intrínsecos determina a evolução normal de um ser, enquanto predominar a harmonia nesta oposição dos elementos intrínsecos, como já estudamos. Qualquer perturbação, ou seja, qualquer quebra na sua tensão, vai tornando este ser suscetível de ser assumido por outra forma.

[Substância e *Orexis*]

Este é um aspecto importante: Os elementos são sempre componentes de uma totalidade e nunca podem permanecer fora de uma totalidade, ou integram uma ou passam a integrar outra. Em outras palavras, nos instantes em que eles permanecem fora de uma totalidade, são... instantâneos! Assim, por exemplo, no nosso sistema solar há uma tensão, sem dúvida alguma, a ciência o comprova. É um exemplo provado, experimental, em que nós encontramos uma unidade que funciona segundo o interesse do todo e constitui uma perfeita substância. Nosso sistema solar é uma substância, uma entidade *per se*. Uma entidade que tem perseidade é a essência da substância que não se pode negar, a não ser que se modifique completamente o conceito de substância, que é formado de entidades em ato, o que vem a provar

que é possível a formação de *unum per se*, constituído de elementos em ato. Este sistema solar não está isolado do restante dos outros sistemas. Vamos admitir que se desse um rompimento neste sistema por qualquer motivo, por exemplo uma intervenção de qualquer outro poder deste universo, que rompesse a tensão do sistema solar; digamos que a Terra escapasse da atração. Os elementos componentes do nosso sistema solar perderiam a sua adesão, perderiam as suas relações numéricas de atração entre si e ficariam livres, subitamente livres, haveria o rompimento. Os elementos que sobrassem iriam fatalmente organizar novas totalidades ou integrariam uma nova totalidade. O que se nota na natureza é que há uma tendência, um buscar, uma espécie de *oréxis*, de anelo, uma espécie de ímpeto à constituição de novas tensões. Todos tendem a formar parte de uma nova tensão, quer dizer, a singularidade não pretende tornar-se absoluta a ponto de desligar-se totalmente dos outros. Há uma tendência solidária em toda a ordem cósmica, e isto prova que existe, portanto, uma lei de solidariedade cósmica, que é a lei de *tudo no todo*, que é a nona lei, de que já falamos. Poderemos tecer mais comentários sobre este assunto mais adiante. Agora vamos prosseguir no estudo das leis.

269 Oposição, Harmonia, Universalidade Cósmica

Na universalidade cósmica há sempre harmonia entre os opostos específicos. Outro enunciado: As oposições harmônicas são necessariamente presentes na universalidade cósmica, porque os opostos contraditórios, aliás contrários, que destroem as tensões singulares, obedecem, por sua vez, a uma lei de harmonia universal.

Outro: A harmonia da universalidade cósmica é dada pela lei de tudo no todo, e independe das oposições específicas entre os opostos. Aqui, as oposições específicas são as oposições consideradas na sua especificidade entre os diversos opostos, porque dois opostos podem se opor ainda, segundo vários aspectos.

278 Oposição, Evolução, Assunção

O ciclo das oposições evolutivas completado, favorece a suscepção a uma nova forma. Claro, esgotando-se as possibilidades de uma entidade, ela perde a sua razão de ser e transforma-se. Outro enunciado: A assunção de uma nova forma se dá quando a evolução alcança uma oposição que rompe a unidade tensional de uma unidade. Outro: Todo ser evolutivo, através de suas oposições imanentes, prepara-se para ser assumido por uma nova forma, desde que a oposição seja apenas dos princípios do ser e não de elemento formal e materialmente diverso.

279 Oposição, Evolução, Universalidade Cósmica

A oposição evolutiva dos entes dá-se dentro da ordem da universalidade cósmica, ou seja, os seres evolvem em suas oposições, mas dentro de uma ordem da universalidade cósmica. Tudo, no fundo, obedece a uma lei universal.

289 Oposição, Assunção, Universalidade Cósmica

Toda oposição entre as formas que assumem anteriores elementos processa-se dentro da ordem da universalidade cósmica.

Nenhuma forma evolutiva ou revolutiva rompe a unidade da universalidade cósmica.

Agora iniciaremos o exame das leis que partem da relação. Naturalmente, à proporção que avançamos, as leis vão-se tornando em número cada vez menor, dentro de cada ordem, porque já estão contidas nas anteriores.

345 Relação, Reciprocidade, Forma

As relações de reciprocidade se dão no âmbito da forma. Outro enunciado: As relações de reciprocidade contrárias à forma têm um caráter de potências corruptivas. Outro: A reciprocidade é uma relação proporcionada à forma, segundo esta proporcionalidade e adequação é benéfica, do contrário (se maléfica), é causadora do rompimento da tensão.

346 Relação, Reciprocidade, Harmonia

Nem todas as relações de reciprocidade na unidade são harmônicas; as não harmônicas são precisamente aquelas que não funcionam segundo a normal dada pela totalidade tensional. Outro enunciado: Há, na reciprocidade, relações que correspondem ao interesse das partes componentes intrínsecas de uma unidade; estas são precisamente harmônicas. A harmonia está na relação de reciprocidade que se processa adequadamente ao interesse do todo tensional. Quando há este rompimento, começa a haver o rompimento da harmonia, e, conseqüentemente, põe-se em risco a tensão, o que a tornará, então, suscetível de ser assumida por uma nova forma.

347 Relação, Reciprocidade, Evolução

As relações de reciprocidade realizam o ciclo evolutivo da unidade tensional. Outro enunciado: As relações de reciprocidade que não [estejam adequadas] ao ciclo evolutivo da forma de tensão da unidade têm um papel corruptivo acidental, caso não [destruam] a tensão. Outro: A evolução de uma unidade tensional processa-se dentro das relações de reciprocidade dos opostos constituintes de sua imanência, que podem apressar, retardar o seu término ou alcançá-lo, antes de completar os estágios possíveis, que estão implícitos nas possibilidades do variante da sua forma.

348 Relação, Reciprocidade, Transformação

As relações de reciprocidade que são corruptivas preparam, mais cedo ou mais tarde, o advento da assunção de uma nova forma, pela corrupção da forma anterior e pela geração da nova. Outro enunciado: As relações de reciprocidade não harmônicas são disposições prévias da corrupção da tensão de uma unidade e de sua forma.

349 Relação, Reciprocidade, Universalidade Cósmica

As relações de reciprocidade que geram a corrupção de uma unidade tensional são ainda harmônicas com a ordem universal, pois se desarmônicas em relação ao todo, de que fazem parte, são harmônicas com outras totalidades conjunturais. Outro enunciado: A universalidade cósmica da lei remota das relações de reciprocidade cuja harmonia é relativa às totalidades em que se dão e para as quais se dão. Quer dizer, a universalidade cósmica, no fundo, é

a lei remota das relações de reciprocidade, cuja harmonia é relativa às totalidades em que se dão, e para as quais esta reciprocidade se dá, em benefício, no interesse; é lógico que há muitas expressões que não repetimos porque já estão inclusas e já estão compreendidas, do contrário seria uma longa repetição dos mesmos termos.

356 Relação, Forma, Harmonia

São harmônicas todas as relações que se dão subordinadas à normal dada pela forma. Outro enunciado: A forma é o *logos* de proporcionalidade intrínseca das coisas e lhes dá unidade e as torna o que são; é, pois, a coordenadora da tensão da unidade e da sua coerência. Ela exerce seu domínio sobre as relações imanentes da unidade, mas este domínio não é absoluto, caso contrário, o ser seria incorruptível por fatores internos e apenas por internos, o que nem sempre se dá.

357 Relação, Forma, Evolução

As relações internas subordinadas à forma, que são as harmônicas, são estágios acidentais do ciclo evolutivo de uma unidade tensional. Outro enunciado: O aspecto evolutivo de uma unidade tensional é a parte variante da forma intrínseca de um ser com as suas relações imanentes.

358 Relação, Forma, Transformação-Assunção

Como nem todas as relações intrínsecas de um ser estão subordinadas à normal da totalidade e não são harmônicas com a unidade, as

que não procedem deste modo preparam o advento da transformação, são disposições prévias corruptivas que originam as corrupções.

As relações internas de uma unidade sofrem influências estranhas e constituem relações extrínsecas, muitas vezes provocadoras de outras desarmônicas com o interesse da totalidade. Outro: Os elementos que constituem a intrinsicidade física de uma unidade não são imunes às atuações provindas do exterior, extrínsecas, e que perturbam a harmonia da forma, tornando favorável, assim, o advento da nova forma, a assunção da nova forma.

Naturalmente, também esta suscetibilidade, ou melhor dizendo, esta suscepção para receber uma nova forma, pode ser constitutiva da própria natureza da coisa; a coisa é proteicamente apta a receber outras formas. Não se pode [falar] aqui de disposições prévias corruptivas ou de caráter ativo intrínseco, mas de [disposições de] caráter passivo e extrínseco à [sua] forma, [e intrínsecas somente à forma da outra] a que ela possa aderir, que ela tenha capacidade de receber. Em outras palavras, ela tem esta particularidade de receber um novo *logos* de proporcionalidade intrínseca, [de modo que] a [sua] estrutura hilética pode ser disposta segundo um novo *logos*, tomando, deste modo, uma nova forma.

359 Relação, Forma, Universalidade Cósmica

A lei da universalidade [cósmica] subordina todas as relações que estão naturalmente subordinadas ou não à forma da unidade tensional. Outro enunciado: A forma, com suas relações, integra-se na universalidade cósmica. Na natureza nada surge em contradição à própria natureza, [...] mesmo aquilo que chamaríamos de milagre, de ato sobrenatural [...]. Assim, a pedra falar inglês é

sobrenatural à natureza da pedra, mas o falar inglês não é sobrenatural dentro da ordem cósmica.

367 Relação, Harmonia, Evolução

A evolução de uma unidade tensional processa-se através das relações subordinadas à normal dada pela lei de proporcionalidade intrínseca da totalidade, ou seja, são harmônicas. Outro enunciado: A harmonia nas relações completa normalmente o ciclo evolutivo.

368 Relação, Harmonia, Transformação

A harmonia das relações intrínsecas de uma unidade tensional retarda o advento de uma nova forma. Outro enunciado: Conseqüentemente, a desarmonia nas relações é uma disposição prévia à transformação, que é generativa de uma nova forma.

369 Relação, Harmonia, Universalidade Cósmica

A universalidade cósmica processa-se por uma harmonia universal de relações, embora desarmônica em relação às diversas unidades às quais pertence. A própria harmonia universal pode ser desarmônica em relação a uma determinada unidade, e esta então pode entrar, naturalmente, em oposição, em choque, que é o que nos surge, o que nós percebemos, o que notamos. Não gostamos, por exemplo, de depender da... lei da gravidade! Gostaríamos, por exemplo, de em certo momento nos libertar dela, e temos meios para isto, conseguimos em muitos aspectos vencê-la, mas não destruímos, propriamente, as leis [*matéticas*], porque o que realizamos

são efeitos que podem ser obtidos sem a destruição destas leis. A inverso, há os efeitos que normalmente surgiriam se permanecês semos no estado anterior [à mudança].

378 Relação, Evolução, Transformação

As relações desarmônicas do ciclo evolutivo preparam o advento d transformação. Estas relações podem ser consideradas intrínsecas extrínsecas, pois a corrupção de uma unidade depende da desarmoni intrínseca ou da atuação de fatores externos, que rompem a tensão d unidade. É lógico que a relação, atuando na evolução, para alcançar transformação necessita romper naturalmente a lei da harmonia.

379 Relação, Evolução, Universalidade Cósmica

As relações que se dão no ciclo evolutivo de uma unidad tensional estão sempre necessariamente subordinadas às leis da uni versalidade cósmica. Quer dizer, as relações na evolução obedecen à universalidade cósmica. A universalidade cósmica inclui, neces sariamente, todas as relações que cumprem o seu ciclo evolutivo.

389 Relação, Transformação, Universalidade Cósmica

As relações que promovem o advento de novas formas obede cem às leis de universalidade cósmica, pois nada se dá na orden cósmica contrariamente às mesmas leis.

Encerramos, assim, o ciclo da relação e iniciaremos o ciclo d reciprocidade.

VII. Parte V das Leis Triádicas e Conclusão

Vamos iniciar a análise das leis que partem da reciprocidade:

456 Reciprocidade, Forma, Harmonia

A reciprocidade conveniente à forma é a que funciona em harmonia com esta, ou seja, segundo a normal dada por ela. Outro enunciado: A forma regula a harmonia da reciprocidade. Outro: A harmonia revela-se pelo funcionamento adequado da reciprocidade segundo o interesse da forma.

457 Reciprocidade, Forma, Evolução

O funcionamento regular da reciprocidade segundo o interesse da forma realiza o ciclo evolutivo de uma unidade. Outro enunciado: A forma, através da reciprocidade, atualiza as suas possibilidades evolutivas. Outro: A evolução é um ciclo processivo da reciprocidade adequada à forma da unidade.

458 Reciprocidade, Forma, Assunção

A reciprocidade que não se atualiza segundo o interesse da forma é uma disposição prévia à corrupção e à assunção de uma nova forma. Outro enunciado: A forma que é inadequada à reciprocidade tende a corromper-se e a ser substituída por uma nova forma.

Outro: As oposições de suas reciprocidades não adequadas à form preparam a suscepção à assunção de nova forma.

459 Reciprocidade, Forma, Universalidade Cósmica

O funcionamento da reciprocidade, adequado ou não à form da unidade, obedece às leis da universalidade cósmica.

467 Reciprocidade, Harmonia, Evolução

A reciprocidade harmônica realiza o ciclo evolutivo da unidade Outro enunciado: A harmonia da reciprocidade é adequada ao ci clo evolutivo da unidade. Outro: A evolução de uma unidade pro cessa-se através de um ciclo harmônico da reciprocidade de seu elementos componentes.

468 Reciprocidade, Harmonia, Assunção

O rompimento da harmonia na reciprocidade predispõe o ad vento da assunção de nova forma. Outro enunciado: O cumpri mento normal e harmônico da reciprocidade, ao realizar todo c ciclo evolutivo, prepara o advento da assunção. Outro: A assunçã da nova forma se dá no fim do ciclo evolutivo harmônico da reci procidade dos elementos componentes da unidade.

469 Reciprocidade, Harmonia, Universalidade Cósmica

A reciprocidade harmônica ou a não harmônica funciona na unidade sempre subordinada às leis da universalidade cósmica.

Outro enunciado: Na universalidade cósmica há uma harmonia entre a reciprocidade dos elementos componentes fundamentais da mesma. Há uma harmonia e pode não haver, e, [ainda] não havendo harmonia, não se rompe a lei da universalidade cósmica.

478 Reciprocidade, Evolução, Transformação

A reciprocidade dentro do ciclo evolutivo prepara o término deste e o advento da transformação. Outro enunciado: A evolução é um estágio no caminho do desenvolvimento universal e é uma preparação à assunção de nova forma. Outro: A transformação é a atualização das possibilidades latentes que permanecem na reciprocidade não harmônica das unidades tensionais.

479 Reciprocidade, Evolução, Universalidade Cósmica

As reciprocidades evolutivas e as estranhas ao ciclo evolutivo de uma unidade tensional estão, contudo, subordinadas à lei da universalidade cósmica.

489 Reciprocidade, Transformação, Universalidade Cósmica

A reciprocidade atualizada pela transformação está subordinada à lei da universalidade cósmica.

[Leis da Forma]

Entramos, agora, no grupo das leis da forma.

567 Forma, Harmonia, Evolução

O desenvolvimento da forma é a evolução da unidade tensional. Outro enunciado: A harmonia do funcionamento de uma forma conduz-se no desenvolvimento do ciclo evolutivo de uma unidade tensional.

568 Forma, Harmonia, Transformação

O funcionamento harmônico da forma retarda a transformação de certo modo e de certo modo a apressa, pois o pleno cumprimento do ciclo evolutivo favorece a transformação perfectiva superior, perfectiva ou não. Perfectiva ela é sempre, mas ela pode ser de maior ou menor valor; quando do ciclo superior, diz-se de maior valor.

569 Forma, Harmonia, Universalidade Cósmica

O funcionar harmônico da forma de uma unidade tensional subordina-se, contudo, à lei da universalidade cósmica. Quando nós não damos vários enunciados, não é porque não se possam dar, mas porque às vezes um enunciado só abrange completamente o pensamento, e novos enunciados seriam apenas repetições.

578 Forma, Evolução, Transformação

O cumprimento do ciclo evolutivo da forma prepara o advento da transformação, perfectiva ou não. Outro enunciado: O ciclo evolutivo da forma processa-se atualizando as possibilidades desta e virtualizando as que correspondem ao novo ciclo evolutivo da nova forma possível, das formas possíveis.

579 Forma, Evolução, Universalidade Cósmica

A evolução das formas está subordinada à lei da universalidade cósmica, à lei tensional de tudo no todo.

589 Forma, Transformação, Universalidade Cósmica

A transformação das formas obedece à lei universal da grande integral, que é tudo no todo.

[Leis da Harmonia]

Entramos agora nas leis da harmonia, que são apenas duas, e, finalmente, na lei da evolução, terminando, assim, este ciclo de leis.

678 Harmonia, Evolução, Transformação

A transposição do ciclo evolutivo para os ciclos evolutivos superiores está subordinada à lei da harmonia.

689 Harmonia, Transformação, Universalidade Cósmica

O ciclo da evolução harmoniza-se com a lei da universalidade cósmica.

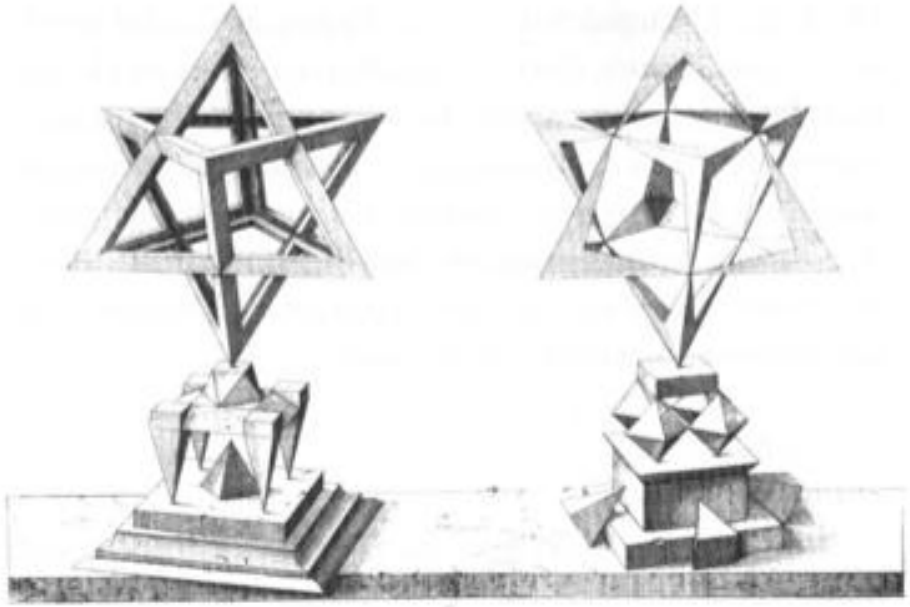
789 Evolução, Transformação, Universalidade Cósmica

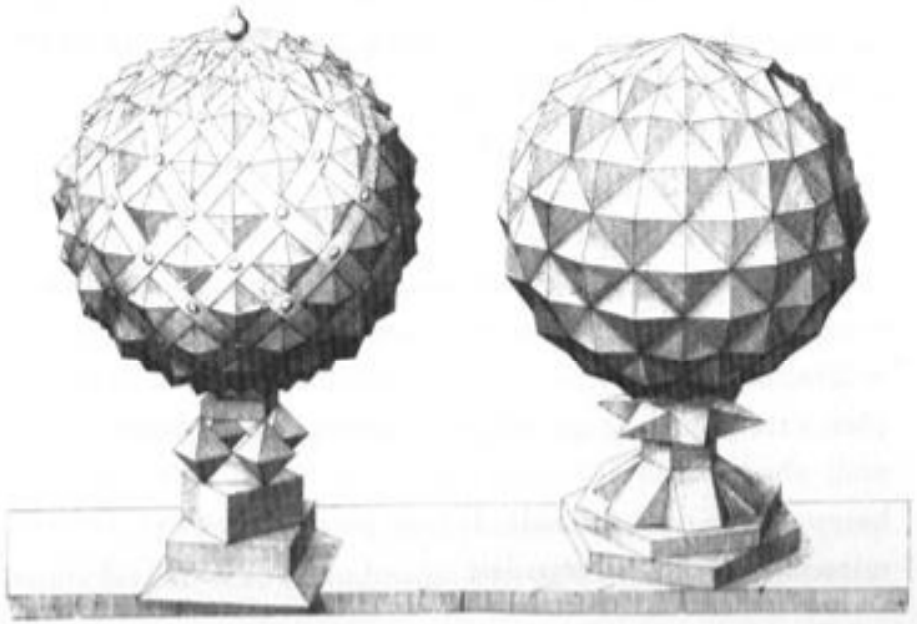
Os ciclos evolutivos e os revolutivos das transformações, assunções etc. estão subordinados à lei da universalidade cósmica,

à lei da grande integral, tudo no todo. Quer dizer, elas dão-se dentro da ordem cósmica. Outro enunciado: Elas confirmam a lei cósmica do contexto *beta*. Outro: Elas apontam a dinamicidade, a cinematicidade das coisas concretas do contexto *beta* com as suas condições específicas neste contexto. Em suma: Estas leis, todas elas, vigoram dentro do contexto *beta*, não são contrariadas por este contexto, todas elas decorrem daquelas dez leis fundamentais que tivemos a oportunidade de examinar.

[Conclusão]

Estamos, assim, encerrando esta parte das leis. Poderíamos, ainda, procurar leis quaternárias, como íamos fazendo no princípio: a lei 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, depois a 1245, 1246, 1247, 1248, 1249; a 1256, 1257, 1258, 1259, a 1267, 1268, 1269, a 1278, 1279; a 1345, 1346, 1347, 1348, 1349; a 1456, 1457, 1458, 1459; a 1567, 1568, 1569; a 1678, 1679, e daí então passaríamos para as leis 2345, 2346, 2347, 2348, 2349; a 2456, 2457, 2458, 2459; a 2567, 2568, 2569; a 2678, 2679 a 2789, depois 3456, 3457, 3458,, 3459, a 3567, 3568, 3569 a 3678, 3679, a 3789 e terminaríamos aí. Poderíamos fazê-lo, mas estas leis nada mais seriam do que repetições dessas outras leis. Entretanto, se os senhores quiserem construir mentalmente uma lei, poderíamos dar, por exemplo, a lei 2456, *oposição, reciprocidade, forma e harmonia*. A construção é fácil: As oposições, a reciprocidade que surge das oposições, obedecem à normal; obedecendo à normal dada pela forma, constituem a harmonia de uma unidade. É fácil para os senhores, com os números, analisar diversas leis.





Apêndices

ORTOGRAFIA DA *ENCICLOPÉDIA*

Mário Ferreira dos Santos fazia publicar no verso da folha de rosto de seus livros a advertência seguinte: "Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes (mudas, entretanto, na linguagem de hoje), nós as conservamos quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão histórica do termo empregado". Não se trata de uma norma rígida, e o próprio Mário a emprega de maneira irregular, ora conservando, ora suprimindo as consoantes mudas, conforme lhe pareça melhor no momento. Às vezes, há mudança no mesmo texto, e de edição para edição. O critério da presente edição foi atualizar uniformemente a ortografia, dando em apêndice uma lista das palavras em que com mais freqüência o autor seguia sua norma. São as seguintes:

- abstracção, abstractismo etc.
- acção
- accidental, accidente etc.
- acto, actual etc.
- afecção, afectividade etc.
- assumpção, assumptivo etc.
- carácter
- céptico, cepticismo etc.
- coacção
- deducção, deductivo etc.
- descripção
- dialéctica
- objecto, objectivo etc.
- reacção
- subjectivo, subjectividade
- susceptível, suscepção etc.

BIBLIOGRAFIA DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

Seção I - Enciclopédia das Ciências Filosóficas

Primeira Série

I *Filosofia e Cosmovisão*. São Paulo: Edanee, 1952 (6.ed., São Paulo: Logos, 1961).

II *Lógica e Dialéctica*. São Paulo: Logos, 1953 (5.ed., São Paulo: Logos, 1964).

III *Psicologia*. São Paulo: Logos, 1953 (5.ed., São Paulo: Logos, 1963).

IV *Teoria do Conhecimento (Gnosiologia e Criteriologia)*. São Paulo: Logos, 1954 (4.ed., São Paulo: Logos, 1964).

V *Ontologia e Cosmologia*. São Paulo: Logos, 1954 (4.ed., São Paulo: Logos, 1964).

VI *Tratado de Simbólica*. São Paulo: Logos, 1956 (5.ed., São Paulo: Logos, 1964).

VII *Filosofia da Crise*. São Paulo: Logos, 1956 (5.ed., São Paulo: Logos, 1964).

VIII *O Homem perante o Infinito:* Teologia. São Paulo: Logos, 1956 (5.ed., São Paulo: Logos, 1963).

IX *Noologia geral: A Ciência do Espírito*. São Paulo: Logos, 1956 (3.ed., São Paulo: Logos, 1961).

X *Filosofia Concreta*. São Paulo: Logos, 1957 (4.ed., revista e ampliada, São Paulo: Logos, 1961, 3v.).

Segunda Série

(A) Publicados

XI *Filosofia Concreta dos Valores.* São Paulo: Logos, 1960 (3.ed., São Paulo: Logos, 1964).

XII *Sociologia Fundamental e Ética Fundamental.* São Paulo: Logos, 1957 (3.ed., São Paulo: Logos, 1964).

XIII *Pitágoras e o Tema do Número.* São Paulo: Logos, 1956 (2.ed., São Paulo: Matese, 1965), Ibrasa, 2000.

XIV *Aristóteles e as Mutações* (tradução e comentário de *Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas*, de Aristóteles). São Paulo: Logos, 1955 (2.ed., São Paulo: Logos, 1958).

XV *O Um e o Múltiplo em Platão* (tradução e comentário do *Parmênides*, de Platão). São Paulo: Logos, 1958.

XVI *Métodos Lgicos e Dialécticos.* São Paulo: Logos. 1959 (4.ed., revista e ampliada, São Paulo: Logos, 1965, 3v.).

XVII *Filosofias da Afirmação e da Negação.* São Paulo: Logos, 1959.

XVIII *Tratado de Economia.* São Paulo: Logos, 1962, 2v.

XIX *Filosofia e História da Cultura.* São Paulo: Logos, 1962, 3v.

XX *Análise de Temas Sociais.* São Paulo: Logos, 1962, 3v. (2.ed., São Paulo: *Logos*, 1964).

XXI *O Problema Social.* São Paulo: Logos, 1964 (2.ed., São Paulo: Logos, 1964).

XXII *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais.* São Paulo: Matese, 1963, 4v. (4.ed., São Paulo: Matese, 1966).

XXIII *Origem dos Grandes Erros Filosóficos.* São Paulo: Matese, 1965.

XXIV *Grandezas e Misérias da Logística.* São Paulo: Matese, 1967.

XXV *Erros na Filosofia da Natureza.* São Paulo: Matese, 1967.

XXVI *Das Categorias*, de Aristóteles (tradução, notas e comentários) São Paulo: Matese, 1960 (2.ed., São Paulo: Matese, 1965).

XXVII *Isagoge*, de Porfírio (tradução, notas e comentários). São Paulo Matese, 1965.

XXVIII *Protágoras*, de Platão (tradução, notas e introdução) São Paulo: Matese, 1965.

XXIX *O Apocalipse de S. João: A Revelação dos Livros Sagrados* São Paulo: Cone Sul, 1998.

(B) Inéditos

XXX *Comentários a S. Boaventura.* Original datilografado, 100p.

XXXI *As três críticas de Kant.* Original datilografado, 226p.

XXXII *Comentário aos "Versos Áureos" de Pitágoras.* Original datilografado 88p.; mais tradução dos *Comentários* de Hiérocles, 57p.

XXXIII *Cristianismo, a Religião do Homem.* Original datilografado, 69p

XXXIV *Tao-Tê-Ching*, de Lao-Tsê (tradução e comentários). Origina datilografado, 85p.

(C) Dispersos e Fragmentos

XXXV *Filosofia e Romantismo.* Inacabado. Original datilografado, 42p

XXXVI *Brasil, País de Excepção.* Inacabado. Original datilografado, 50p.

XXXVII *Santo. Tomás e a Sabedoria – e outras palestras inéditas* Transcrição datilografada, 158p.

XXXVIII *Enéadas*, de Plotino. Tradução. Original datilografado, 179p

XXXIX *De Primo Principio*, de John Duns Scot. Tradução. Origina datilografado, 68p.

XL *Da Interpretação*, de Aristóteles. Tradução. Original datilografado, 36p

Terceira Série

(A) Publicados

XLI *A Sabedoria dos Princípios*. São Paulo: Matese, 1967.
XLII *A Sabedoria da Unidade*. São Paulo: Matese, 1968.
XLIII *A sabedoria do Ser e do Nada*. São Paulo: Matese, 1968 (póstumo), 2v.
XLIV *A Sabedoria das Leis Eternas*. Introdução, edição e notas por Olavo de Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2001.

(B) Inéditos

XLV *Dialéctica Concreta*. Original datilografado, 196p.
XLVI *Tratado de Esquematologia*. Original datilografado, 215p.
XLVII *Teoria Geral das Tensões*. Inacabado. Original datilografado, 131p.
XLVIII *Deus*. Original datilografado, 228p.

I *O Problema Social*. São Paulo: Logos, 1962 (2.ed., São Paulo: Logos).
II *Curso de Oratória e Retórica*. São Paulo: Logos, 1953 (12.ed., São Paulo: Logos).
III *O Homem que Nasceu Póstumo*: Temas nietzscheanos. São Paulo: Logos, 1954 (3.ed., São Paulo: Logos).
IV *Assim Falava Zaratustra*. São Paulo: Logos, 1954 (3.ed., São Paulo: Logos).
V *Técnica do Discurso Moderno*. São Paulo: Logos, 1953 (5.ed., São Paulo: Logos).
VI *Práticas de Oratória*. São Paulo: Logos, 1957 (5.ed., São Paulo: Logos).
VII *Curso de Integração Pessoal*. São Paulo: Logos, 1954 (6.ed., São Paulo: Logos).
VIII *Análise Dialética do Marxismo*. São Paulo: Logos, 1954.
IX *Páginas Várias*. São Paulo: Logos, 1960 (10.ed., São Paulo: Logos).
X *Assim Deus Falou aos Homens*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).
XI *Vida não é Argumento*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).
XII *A Casa das Paredes Geladas*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).
XIII *Escutai em Silêncio*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).
XIV *A Verdade e o Símbolo*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).

XV *A Arte e a Vida*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).

XVI *A luta dos Contrários*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).

XVII *Certas Sutilezas Humanas*. São Paulo: Logos, 1958 (2.ed., São Paulo: Logos).

XVIII *Convite à Estética*. São Paulo: Logos, 1961 (6.ed., São Paulo: Logos).

XIX *Convite à Psicologia prática*. São Paulo: Logos, 1961 (6.ed., São Paulo: Logos).

XX *Convite à Filosofia*. São Paulo: Logos, 1961 (6.ed., São Paulo: Logos).

XXI *Dicionário de Pedagogia e Puericultura*. São Paulo: Matese, 1965. 3v.

XXII *Invasão Vertical dos Bárbaros*. São Paulo: Matese, 1967.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Mário Ferreira dos, 1907-1968
A sabedoria das leis eternas / Mário Ferreira dos Santos; introdução, edição de texto e notas Olavo de Carvalho. -- São Paulo: É Realizações, 2001.

"Enciclopédia das Ciências Filosóficas: série III, Mathesis Megiste, parte II (analítica), tomo IV".
Bibliografia.

ISBN 85-88062-03-8

1. Filosofia 2. Enciclopédias I. Carvalho, Olavo de. II. Título.

01-5788 CDD-103

Índice para catálogo sistemático

1. Ciências filosóficas: Enciclopédias 103
2. Filosofia: Enciclopédias 103

Este livro foi impresso pela Donnelley Cochrane para a É Realizações, em setembro de 2001. O tipo usado é Agaramond. O papel é Pólen 80 g/m², para o miolo, e supremo 250 g/m², para a capa.

problemático e provável. Para ele, a Filosofia pos
o genuíno valor de ciência, seja na investigação e
sistematização, seja na análise e na síntese de ten
expositivos e polêmicos. Em 1959, a edição de M
Lógicos e Dialéticos *expõe uma nova metodolog*
guiar com segurança o estudioso no campo do sab

A década de 1960 foi o período em que suas obr
tiveram maior difusão em todo o território nacio

Imagem da capa - D. A.Freber (Works of J. Behmen

COLEÇÃO É FILOSOFIA

· **O Jardim das Aflições**
Autor: Olavo de Carvalho
· **A Sabedoria das Leis Eternas**
Autor: Mário Ferreira dos Santos
· **A Coerência das Incertezas**
Autor: Paulo Mercadante

É Realizações Ltda.
Caixa Postal: 45321 · 04009 970 · São Paulo ·
Telefax: (11) 5572 5363
e-mail: e@erealizacoes.com.br